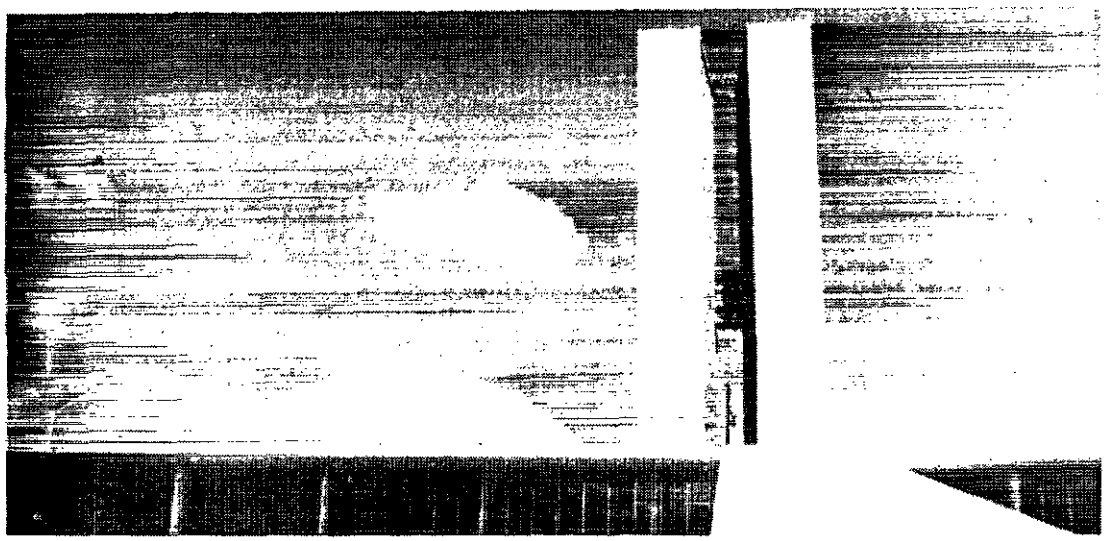
República Federativa do Brasil
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
SEÇÃO II

ANO XXXVIII — Nº 052 CAPITAL FEDERAL QUARTA-FEIRA, 18 DE MAIO DE 1983



SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 66ª SESSÃO, EM 17 DE MAIO DE 1983

1.1 — ABERTURA

1.1.1 — Comunicação da Presidência

— Reassunção, em caráter definitivo, à representação do Estado do Rio Grande do Sul, do Sr. Senador Octavio Cardoso, na vaga decorrente do falecimento do Sr. Senador Tarso Dutra.

1.1.2 — Fala da Presidência

Referente ao objetivo da sessão, destinada ao comparecimento do Sr. Ministro Antônio Delfim Netto, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, em atendimento à convocação desta Casa, a fim de prestar informações sobre a dívida externa e sua administração pelo Governo — política fiscal e cambial.

1.1.3 — Exposição feita pelo Sr. Ministro Antônio Delfim Netto

1.1.4 — Interpelações dos Srs. Senadores feitas ao Sr. Ministro e respostas de S. Exª às interpelações formuladas

1.2 — ENCERRAMENTO DA SESSÃO

2 — DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÕES ANTERIORES

— do Sr. Jaison Barreto, proferido na sessão de 5-5-83

— do Sr. Mário Maia, proferido na sessão de 9-5-83

3 — TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O SENADO FEDERAL E A FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA

4 — MESA DIRETORA

5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 66ª sessão, em 17 de maio de 1983

1ª sessão legislativa ordinária, da 47ª legislatura

Presidência do Sr. Nilo Coelho

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Dinarte Mariz — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Marco Maciel — Nilo Coelho — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Eneas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Carlos Chiarelli — Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 62 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — A Presidência comunica ao Plenário que assume nesta data, em caráter definitivo, a representação do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Partido Democrático Social, o Senador Octavio Cardoso, na vaga decorrente do falecimento do Senador Tarso Dutra.

Convido S. Exª a tomar lugar no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Em atendimento à convocação feita através do Requerimento nº 2, de 1983, comparece a esta Casa, S. Exª o Sr. Ministro Antônio Delfim Netto.

Para introduzi-lo em plenário a Presidência designa Comissão Constituída dos Srs. Senadores Aloysio Chaves, Virgílio Távora, Hélio Gueiros e Marcelo Miranda. *(Pausa.)*

(Acompanhado da Comissão designada pelo Sr. Presidente, tem ingresso no recinto o Sr. Ministro, que ocupa a cadeira a ele reservada.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Acha-se em plenário S. Exª o Sr. Ministro Antônio Delfim Netto, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

Antes de conceder a palavra a S. Exª, cumpre à Presidência esclarecer que, nos termos regimentais, não poderão os Srs. Senadores apartear o Sr. Ministro durante o período de respostas às interpelações.

Do mesmo modo, o Sr. Ministro não poderá apartear os Srs. Senadores na interpelação destes.

Para as interpelações a S. Exª serão chamados os Srs. Senadores inscritos, que disporão, na forma regimental, de 10 minutos cada um, sendo assegurado ao Sr. Ministro igual tempo para as respostas.

Concedo a palavra ao Sr. Ministro Antonio Delfim Netto, que terá, para sua exposição, o tempo que julgar necessário.

O SR. DELFIM NETTO (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de dizer que é uma grande honra para mim vir a esta Casa, hoje, a convite dos Srs. Senadores, para debater o assunto que foi proposto e que se refere ao endividamento externo do País.

Creio que se trata de assunto da maior significação e o seu esclarecimento permitirá talvez uma compreensão mais adequada da situação em que se encontra o Brasil.

A par disso, me parece que a discussão desse assunto ajudará, também, a uma compreensão mais justa e mais profunda da realidade mundial, dentro da qual estamos inseridos.

Creio, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que uma forma talvez eficaz de realizarmos esta discussão seria entendermos o porquê do endividamento externo. Seria procurarmos analisar objetivamene porque um país se endivida, e, mais do que isso, porque praticamente todos os países em vias de desenvolvimento, e alguns também desenvolvidos, se endividaram.

Fundamentalmente, o endividamento externo sempre foi entendido como um instrumento adicional da poupança interna. Ninguém ignora que o desenvolvimento econômico depende, de uma maneira absolutamente fundamental, do nível de investimentos e que, por outro lado, esse nível de investimentos está ligado ao nível de poupança interna. Um país se endivida, portanto, quando, desejando acelerar o seu processo de crescimento, ele junta à poupança interna alguma poupança externa. Basicamente, era isso que faziam todos os países em vias de desenvolvimento até 1973. Eu digo até 1973, porque 1973 marca, realmente, uma diferença decisiva na natureza do endividamento e nas condições desse endividamento.

Até 1963, — se quisermos tomar uma data como base, tomemos 64 — o Brasil se endividou externamente, basicamente para ampliar o nível de poupança interna. Ele se endividou de uma forma que ajudou a acelerar o desenvolvimento econômico; endividou-se de uma forma em que a poupança externa vinha juntar-se à poupança interna, e chegamos a atingir uma taxa de formação de poupança da ordem de 27,28%, com relação ao produto, taxa comparável àquelas que realizaram os países de maior sucesso nos últimos 40 ou 50 anos.

Isso era possível exatamente porque se tinha um mundo num desenvolvimento extremamente rápido e as exportações brasileiras cresciam com suficiente rapidez para que não houvesse nenhuma perturbação no nível de endividamento, nem nas relações entre o nível de endividamento e qualquer outro indicador que se desejasse tomar como base, sejam as exportações, seja o produto ou qualquer outro desses indicadores.

Durante esses 9 anos, de 64 a 73 — isso é importante — o saldo do balanço comercial, isto é, a diferença entre importação e exportação, foi da ordem de 3,3 bilhões de dólares.

O Brasil era nitidamente um país que tinha um balanço comercial positivo. Com pequenas variações durante esses 9 anos, ele foi basicamente positivo durante todos esses anos. Ao contrário, o balanço em contas correntes, que representa realmente a entrada efetiva de recursos, este foi um balanço negativo da ordem de 5,6 milhões de dólares. É este déficit em contas correntes que permite a entrada da poupança externa. Frequentemente as pessoas desejam a entrada da poupança externa, mas não desejam o déficit em contas correntes é apenas a explicitação da entrada de recursos externos.

Este foi um período em que, juntando as poupanças internas às poupanças externas, foi possível realizar um desenvolvimento extremamente acelerado. Nós crescemos a uma taxa média extremamente alta, taxa média que passou dos 9%, esteve muito próximo dos 9% ao ano, que é uma taxa rigorosamante excepcional para qualquer país do mundo, sem nenhum problema para o balanço de pagamento. Por quê? Porque as exportações puderam crescer realmente a uma taxa de 18% ao ano durante esse período. É uma taxa extremamente elevada, mesmo quando se considera que o comércio mundial crescia a 8% ou 9%. Isto significa que a economia brasileira estava ampliando, tinha ampliado o seu poder de competição o seu poder de ajustamento às condições internacionais e que podia financiar o seu endividamento externo sem nenhum problema.

Terminamos esse período em 1973 com uma situação rigorosamente em equilíbrio. O balanço comercial de 1973 revelou uma exportação da ordem de seis bilhões e duzentos milhões de dólares e uma importação da mesma ordem, isto é, o balanço estava rigorosamente em equilíbrio. E havíamos acumulado, durante esse período, não só a dívida que existia antes desse período, que era de 4 bilhões de dólares, como havíamos elevado a dívida a 12 bilhões e 600 milhões de dólares. Mas tínhamos uma reserva da ordem de 6,4 bilhões de dólares, ou seja, a dívida líquida era da ordem de 6,2 bilhões de dólares, praticamente o mesmo valor de um ano de exportações. E a reserva trambêm era superior a um ano de importações.

Por outro lado, havíamos tido um sucesso bastante importante na redução da taxa de inflação, tínhamos conseguido um equilíbrio interno e externo de uma forma bastante satisfatória.

Foi com esse equilíbrio plenamente realizado e com o desenvolvimento econômico que atingiu 14% no ano de 1973, isto é, no ano de 1973 a economia brasileira cresceu 14% em termos reais, foi com este crescimento que o balanço terminou em equilíbrio, o que mostra que as condições eram de extrema solidez.

E o que aconteceu em 1974? Em 1974, nós tivemos o primeiro grande problema no mercado mundial, em 1974 tivemos a primeira manifestação de um cartel que havia sido formado há alguns anos antes, mas que não estava produzindo nenhum efeito importante. A cartelização da oferta de petróleo produziu em 1974 o primeiro resultado. Na reunião da OPEP realizada já nos fins de 1973, o preço do petróleo foi elevado de uma só vez de 2 e meio dólares por barril, que era o que pagávamos em 1973 por um barril de petróleo, para 10 dólares e meio por barril em 1974, e, rapidamente, cresceu ainda mais um pouco, chegando em torno de 12 dólares o barril. E permaneceu nesse nível no período de 1974 até 1978. Durante esses cinco anos o preço do petróleo permaneceu relativamente constante. Havia, evidentemente, se estabilizado no nível cinco vezes superior ao nível anterior. Nós que gastávamos, em 1973, 10% de nossa receita de exportação com o petróleo, gastamos, em 1974, 20% dessa receita.

O que é importante compreender é que aquelas exportações de 6 bilhões e 200 milhões ou 6 bilhões e 300 milhões de dólares em 1973 foram violentamente impulsionadas em 1974. De 1973 para 1974 as nossas exportações revelaram um crescimento muito grande, um crescimento de 28%, crescimento que se divide: um pedaço é um crescimento de quantidade exportada em torno de 2%, o resto são aumentos de preços das matérias-primas e produtos que nós exportamos da ordem de 26%. Essa composição de 26% de aumento de preços mais 2% de aumento de quantidade compôs um aumento de exportação da ordem de 28%, em 1974. É um esforço extremamente importante que a economia fez, de ajustamento. Mas, o que aconteceu com as importações? As importações sofreram um aumento brutal. Passaram de 6,2 bilhões de dólares, em 1973, para 12,6 bilhões de dólares, em 1974, revelando um aumento da ordem de 104%.

Aquele equilíbrio existente em 1973 foi quebrado de forma extremamente violenta em 1974, justamente por causa dessa ampliação do preço do petróleo. Ainda que tivéssemos feito um enorme esforço exportador, aumentando as exportações em 28%, as nossas importações cresceram 104%. Deste crescimento, 51% era basicamente devido à elevação de preços; cresceu também a importação física em 35%, por motivos que são compreensíveis. Quando se instaurou a crise do petróleo houve uma comoção mundial. Ninguém tinha idéia do que poderia acontecer. Era natural que esses países procurassem fazer alguma reserva, não só de petróleo, como também de outras matérias-primas, porque não retinha uma idéia de como evoluiria a situação no Oriente Médio. E foi isso que combinou um aumento de importação física da ordem de 35% com um aumento de preço da ordem de 51%. E a combinação desses dois aumentos, deu um aumento de 104% nas importações.

Ora, criou-se pela primeira vez, depois de muitos anos, depois de mais de dez anos de equilíbrio, um desequilíbrio brutal, um desequilíbrio imenso, um desequilíbrio muito superior ao que qualquer sistema de preços poderia absorver. Para que os ilustres Senadores tenham uma idéia, no ano de 1974 aquele superávit da balança comercial transformou-se num déficit de 4,7 bilhões de dólares. Para que os Senhores tenham uma idéia da magnitude disto, basta dizer o seguinte: que, nos nove anos anteriores, nós havíamos equilibrado o superávit no balanço comercial de 2,3 bilhões de dólares e um déficit em contas correntes da ordem de 5,6 bilhões de dólares. E num ano apenas, em 1974, registramos um déficit de 4,7 bilhões de dólares no balanço comercial. E mais pesado ainda, mais dramático ainda, foi o déficit em contas correntes.

Volto a insistir: em nove anos havíamos acumulado um déficit de 5 bilhões e 600 milhões de dólares, destinado todo ele a investimento, e registramos, apenas em 1974, um déficit em conta corrente de 7,1 bilhões de dólares.

Isso dá uma idéia da magnitude do desequilíbrio produzido pela ampliação do preço do petróleo. Instantaneamente, o petróleo pulou de 10% do valor das nossas exportações, para 20% no valor de nossas exportações, iniciou-se um processo de desquilíbrio que o Governo trabalhou arduamente para corrigir.

Ao longo do período de 1974 a 1978, ao longo destes cinco anos, foram se acumulando saldos negativos do balanço comercial de 11,6 bilhões de dólares. E um saldo negativo em contas correntes de 30,9 bilhões de dólares. Isto são os números, as magnitudes, isso dá uma idéia clara das dificuldades que tinham de ser enfrentadas para restabelecer o equilíbrio.

Em nove anos havíamos acumulado um déficit de 5 bilhões de dólares — volto a insistir — todo ele destinado a investimentos, e nos 5 anos seguintes acumulamos em déficit em contas correntes de 34 bilhões de dólares, todo ele destinado a pagar o acréscimo do preço do petróleo.

Isso mostra o tremendo esforço que teve de ser realizado pelo Brasil durante o Governo Geisel, um esforço imenso de ajustamento, um esforço extraordinário de ajustamento, que já em 1978 caminhava para o equilíbrio.

A grande verdade é que 1978 já revela, pela primeira vez, um saldo positivo, praticamente o equilíbrio no balanço comercial, tendo as exportações passado daqueles 6 bilhões e pouco para 12,7 bilhões e as importações permanecido no nível da ordem de 13,7 bilhões.

Neste período de 5 anos o petróleo foi comendo, realmente, os recursos da exportação. Ele que era 10% em 73, passará a 20% em 74, em 78 já havia atingido 30% do valor de nossas exportações. Estávamos, realmente, à

mercê de um processo que se realizava externamente e sobre o qual tínhamos muito pouco controle.

Este extraordinário aumento de exportação no período de 74/78, no período mais difícil do ajustamento, no período mais complicado do ajustamento — e lembrem-se os senhores que foi neste período que a Inglaterra teve que ir ao Fundo Monetário Internacional e que a Itália teve que ir ao Fundo Monetário Internacional — neste período crítico de ajustamento, na primeira crise do petróleo, as nossas exportações cresceram em quantidade 29%, e os preços cresceram 63%. Em compensação, as nossas importações cresceram em quantidade apenas 23%, e os preços 82%. É preciso ter essa dicotomia, durante o exercício que estamos praticando. É preciso que separemos o efeito preço do efeito quantidade, para poder entender se era possível ou não produzir outro tipo de ajustamento.

Um país que neste período aumenta em 30% o valor físico de suas exportações estava fazendo realmente um esforço extraordinário e foi o que foi feito no Governo Geisel.

Mais sério talvez do que tudo isso é que, juntamente com esta acumulação de déficit, acumulamos uma dívida adicional sobre aquela que tínhamos, e terminamos este período, terminamos 1978, com uma dívida de 43,5 bilhões de dólares e reservas de 12 bilhões de dólares. É preciso compreender que a parte importante desta dívida foi de um lado destinada a investimentos e, de outro lado, a parte financeira desta dívida foi destinada a financiar o pagamento do petróleo. Nós veremos, logo depois, se isto valeu a pena ou não. A minha convicção é de que foi a estratégia mais adequada para o momento, foi a estratégia mais ajustada para a situação em que vivíamos. Num País que fazia um esforço de adaptação extraordinário e que, a grande verdade, depois de cinco anos de iniciada a crise, ele tinha voltado para o equilíbrio, tinha voltado para uma relativa estabilidade externa, ainda que tivesse acumulado uma dívida de 40 bilhões de dólares para o pagamento de petróleo.

As alternativas seriam, realmente, suspender as importações de petróleo, e nós veremos, dentro de pouco tempo, o que isto poderia significar. Nesse período que V. Exª viram, os preços das nossas exportações cresceram 63% e os preços das nossas importações cresceram 82%, isto é, as relações de troca deste País se deterioraram, era preciso um esforço maior do trabalho nacional para comprar cada unidade de produto importado. Isto, ao lado desta grande pressão sobre o balanço de pagamento, é que representa o custo real do endividamento, é que representa a forma pela qual a sociedade teve de pagar este processo de ajuste.

A verdade, entretanto, é que em 1978 já estávamos no equilíbrio, tínhamos voltado para o equilíbrio, mas tínhamos acumulado uma dívida.

Em 1979 acontece o segundo fato, um fato também imprevisível, um fato extremamente difícil de compreender: o cartel que havia permanecido razoavelmente quieto durante 5 anos, decide operar novamente, e os preços do petróleo começam a subir com a maior rapidez. De 12 dólares por barril em 1978, ele passa para 17 dólares em 79, para 29 dólares em 80, para 34 dólares em 81 e para 33 dólares em 82. Ele vem de um patamar de dois para um patamar de 12, e depois avança rapidamente para um patamar se 34 dólares de barril. Quando isso aconteceu nós estávamos — eu volto a insistir — já tínhamos caminhado para a situação de equilíbrio no balanço comercial, mas tínhamos acumulado obviamente a dívida, para manter a economia funcionando durante uns cinco anos. A economia realmente funcionou; a taxa média de crescimento andou aí pela ordem de 6%, que é uma taxa extremamente respeitável, e o País continuou funcionando.

Se nós tomarmos o ano de 79, veremos o grande esforço que o Brasil fez de novo para buscar o ajustamento.

Entre 78 e 79, as exportações cresceram 20%, e, esta vez, não com o aumento de preço como havia acontecido no primeiro choque, esta vez com aumento de 10% na quantidade e 10% nos preços. Desta vez a situação era extremamente dramática, desta vez a situação era muito mais complicada do que originalmente.

Na primeira vez, nós tínhamos tido um aumento de preços da ordem de 50 e poucos por cento, mas tínhamos tido um crescimento de quantidade de apenas 2%. Agora não; o esforço do exportador foi ainda maior em 79, e as exportações cresceram 10% em termos físicos e 10% em preços.

Mas, as importações? As importações, estas deram um pulo gigantesco, elas passaram de 13,7 bilhões de dólares em 78 para 18 bilhões de dólares em 79. Por maior que tenha sido o esforço desenvolvido, o aumento de preços que foi da ordem de 70 e poucos por cento, era impossível que fosse alcançado pelo esforço físico, por maior que ele fosse. E registramos de novo, do equilíbrio, do relativo equilíbrio de 78, registramos outra vez um déficit no balanço comercial de 2,8 bilhões de dólares. Agora, com uma coisa mais grave, com aquela dívida já acumulada, um déficit em conta corrente de 10,7 bilhões de dólares. Isso mostrava que era preciso um esforço redobrado, se desejávamos caminhar para o equilíbrio, tínhamos de mobilizar ainda mais a economia nacional, no sentido de realizar as exportações adequadas.

O País foi, realmente, mobilizado a partir de 1979 na direção das exportações, o País, desde o início do Governo Figueiredo, escolheu três linhas de desenvolvimento: de um lado, a expansão da agricultura, que todos hoje reconhecem como um fato evidente; de outro lado, a substituição da importação de petróleo, que também revela uma situação bastante melhor do que anteriormente, como veremos, e a ampliação das exportações. Este é um fato talvez menos conhecido, mas a grande verdade é que entre 1978 e 1981 — estou tomando 1978 como base, que é para incluir 1979, 1980 e 1981; deixo 1982 de lado, para um tratamento especial — durante três anos, entre 1978 e 1981, as exportações brasileiras cresceram 84%, isto representava a carne nacional, o trabalho nacional a mão-de-obra nacional, toda ela voltada na direção de restabelecer o equilíbrio rompido pelas forças externas, novamente.

Mas aqui, é preciso chamar a atenção dos senhores, porque o grande esforço se deu, realmente, na quantidade exportada. Nesses três anos o volume exportado pela economia brasileira cresceu 67% e os preços apenas 10%, a quantidade importada caiu 6% e os preços dos produtos importados cresceram 70%. Um desequilíbrio total.

As relações de troca, se tomarmos 78 como base, chegaram em 1981 a 64. O que é que isso significa? Significa, grosseiramente, que com uma tonelada de produto nacional se comprava, em 1978, uma tonelada de produto importado e, em 1981, podia-se comprar apenas 640 quilos. Isto é uma aproximação grosseira, mas dá uma idéia física do enorme esforço desenvolvido pela sociedade brasileira para que voltássemos ao equilíbrio. Caminhamos nessa direção durante os três anos e acumulamos um déficit comercial da ordem de 4 bilhões e 400 milhões de dólares e um déficit, em conta corrente, de 35 milhões de dólares.

É importante compreender que no ano de 81 já havíamos voltado para o equilíbrio, nós já registramos um saldo positivo no balanço comercial. Vejam os senhores, no primeiro choque do petróleo, naquele em que ele passou de 2,5 dólares o barril para 12 dólares, nós levamos 5 anos para produzir o equilíbrio. Aqui, de 1979 a 1981, com este esforço enorme realizado na quantidade exportada, voltamos ao equilíbrio com relativa rapidez, em dois anos e meio, 30 meses realmente, para tornarmos, de novo, a balança comercial positiva.

Terminamos esse período, que foi um período dramático, um período de dificuldades crescentes no comércio internacional, uma crise que se aprofundou na OCDE de maneira muito significativa, com uma dívida de 61,4 bilhões de dólares e com reservas, em dezembro de 1971, de 7,5 bilhões de dólares, ou seja com uma dívida líquida de 54 bilhões de dólares.

Esse enorme esforço de ajustamento já se havia realizado, nós caminhávamos, no balanço comercial, já estávamos caminhando para o equilíbrio, mas durante este período um fato talvez mais dramático do que o aumento do petróleo ocorreu, um fato mais difícil do que o aumento do petróleo ocorreu. Como se processava realmente a reciclagem que permitia aos países em vias de desenvolvimento, não produtores de petróleo, continuarem operando? Basicamente essa reciclagem se realizava com os superávites dos países exportadores de petróleo. Superávites que atingiram números absolutamente imensos, durante os anos de 1974 a 1978 e, de 1979 a 1981. Esses superávites eram aplicados em papéis em bancos internacionais, esses bancos internacionais acabavam reemprestando esses recursos para os países em vias de desenvolvimento, e o circuito se fechava. Você pagava a importação de petróleo, o seu recurso era depositado num banco, o banco acabava emprestando o recurso que você havia depositado, e você financiava o déficit em contas correntes. Criou-se, então, um sistema em que a reciclagem se processou e se processava com relativa eficácia.

Durante a primeira crise as taxas de juros permaneceram constantes, em torno do nível de 6,5 a 7%, mas nos primeiros sintomas da segunda crise do petróleo, as taxas de juros começaram a se elevar, revelando, por um lado, o risco dos próprios banqueiros e, por outro, a compreensão de que este processo de reciclagem tinha um limite finito. Ainda que houvéssemos inventado o eurodólar, que não era possível prosseguir nesse tipo de reciclagem indefinidamente. E as taxas de juros, refletindo também um aumento muito importante da inflação em todos os países (a inflação passou dos 10% nos Estados Unidos e atingiu níveis de 18, 20, 25% em alguns países da Europa) as taxas de juros nominais acompanharam esse movimento da inflação, que se para eles eram nominais, para nós eram bem reais. A taxa de juros Libor que, em 1976, de seis três oitavos, passou já em 1978 a 11,12%, em 1979 para 15%, em 1980 para 21%, para começar a revelar um acréscimo em 1981, caindo para 16% e, felizmente, em 1982 chegando a 11,5% na média, e corre hoje em torno de 10,5% a Prime, e em torno de 8 e alguma coisa, talvez treze e dezesseis avos a Libor.

A combinação desses dois efeitos, a combinação de uma acumulação de déficit em contas correntes, destinado a produzir os recursos para que a economia continuasse funcionando, somada a esta elevação da taxa de juros, produziu realmente um resultado desastroso para os países em vias de desenvolvimento. Ela produziu uma enorme deficuldade para este País. Para os senhores terem uma idéia, nós gastávamos em 1976, 1,8 bilhões de dólares com juros e gastamos em 1982, 11,4 bilhões com juros, juros líquidos. É claro que isso revela, de um lado, a elevação da dívida e, de outro, a elevação da taxa de juros. A grande verdade é que se nós fizermos um exercício aritmético, separado a partir de 1979, o efeito do aumento do petróleo o aumento da taxa de juros, verificaremos que a dívida teria permanecido praticamente constante a partir de 79, isto é, todo o acréscimo de endividamento foi devido, basicamente, a uma ampliação do preço do petróleo e a uma ampliação da taxa de juros.

A contrapartida desse endividamento pode ser entendida, de um lado, como nos ajudando a financiar alguns grandes projetos, como se fez desde 74; mas, de outro lado, não é possível ignorar que realmente esses projetos, na parte de fornecimento, é que são financiados pela dívida externa. A dívida financeira esta financiou, efetivamente, a importação e o pagamento do petróleo, isto é, foi uma dívida destinada a financiar o consumo de petróleo durante o período de ajustamento.

Estávamos em 81 nessa situação, uma situação ainda relativamente razoável. Tínhamos realmente uma dívida de 54 bilhões de dólares; tínhamos reservas de 7,5 bilhões de dólares, estávamos navegando, e já havíamos restabelecido o equilíbrio, isso é muito importante, havíamos restabelecido o equilíbrio graças a uma ampliação extremamente rápida das exportações. Volto a insistir com os senhores, neste período, num período de três anos, ampliamos as exportações em 84%. Mas, o mais significativo é que desses 84%, 67% foram aumentos de exportações físicas. Não se trata aqui de efeito/preço.

Chegamos a 82, e realmente, as coisas se alteraram de forma dramática. Primeiro, a crise de pagamento na Polônia produziu um desequelíbrio e um susto no sistema financeiro internacional extremamente grande.

Depois, nós tivemos no Atlântico Sul o problema das Malvinas que desequilibrou, como veremos em poucos minutos, praticamente, o comércio com os nosssos principais parceiros latino-americanos. Foi uma situação extremamente dramática que os nossos parceiros enfrentaram, houve praticamente uma suspensão do comércio, durante alguns meses paralisou-se o comércio, ficamos numa situação difícil, não só nós como nossos parceiros, porque a dependência é mútua.

Ao lado disso, o México teve um problema financeiro, ainda um pouco antes da reunião de Toronto, e a crise realmente se isntaurou na reunião do Fundo Monetário de Toronto.

Quando os banqueiros se reuniram em Toronto e trocaram entre si as dificuldades que estavam enfretando, nós ficamos diante de uma manifestação de uma crise financeira internacional.

Antes disso, nós tínhamos uma crise que era realmente um ciclo econômico físico, havia uma redução do volume produzido no mundo inteiro, havia uma elevação da taxa de inflação no mundo inteiro, havia este fenômeno da estagflação, mas ainda não se havia instaurado uma crise financeira. Instaurou-se a crise financeira, realmente, em setembro de 1982, quando praticamente a liquidez generalizou-se de um instante para o outro, mercado, que funcionava relativamente bem, deixou de funcionar, e aquela ampliação extraordinária das importações, aquela ampliação extraordinária que vinha se processando ao longo dos três anos que já havia conduzido ao equilíbrio, enfrentou, em 82, a sua primeira mudança de sinal, pela primeira vez, em muito anos, as exportações brasileiras declinaram. Pela primeira vez, as exportações brasileiras foram reduzidas em valor. Vejam V. Exª eu volto a insistir em valor porque basicamente elas caíram 13%, mais o decréscimo pode ser dividido em 12% de decréscimo nos preços e apenas 1% na quantidade, o que de novo revela o enorme esforço nacional, de ajustamento.

Neste ano de 82, a despeito da redução das exportações, as importações se reduziram ainda um pouco mais e atingiram 19.4 bilhões de dólares, e revelamos um saldo positivo no balanço comercial da ordem de 780 milhões de dólares, o que mostra que estávamos de novo, ainda que tivéssemos sofrido o revés nas exportações, estávamos de novo no equilíbrio do balanço comercial que não deixaria mais de crescer, como está crescendo até agora. Mas, este ano de 1982 revelou realmente um déficit em contas correntes de 14 bilhões de dólares. Déficit em contas correntes que foi o resultado daquela acumulação do aumento do preço do petróleo e da ampliação das taxas de juros.

Para V. Exªs terem uma idéia de porque motivo realmente as exportações de repente passaram a se comportar de forma tão perversa, basta lembrar o seguinte: alguns países que foram e que eram parceiros importantes, a Nigéria reduziu as suas importações do Brasil em quase 70%; o Chile, em 55%; a Polônia, em 67%; os Países Baixos, em 23%; o México, em 50%; a Argentina, em 26%; o Uruguai, em 63% a Argélia, em 53%, e a Alemanha Ocidental, em 10%.

Isto mostra para V. Exª, ilustres Senadores, o enorme esforço que foi ampliar as exportações nos mercados mais competitivos da Europa, e do Japão, e dos Estados Unidos da América para impedir que essa queda extremamente importante nas importações de parceiros significativos não se transformassem num verdadeiro desastre para as nossas exportações.

Felizmente, o poder de competição da economia brasileira revelou-se suficiente e nós logramos, uma redução de exportações de apenas 13%. Volto a insistir com V. Exª, 12% desses decréscimos deveu-se a preços.

Terminamos 1982 com esse déficit em contas correntes de 14,4 bilhões de dólares, com uma dívida de 70 bilhões de dólares. Aqui, vou começar a distinguir, cada vez que me referir à dívida, a dívida é sempre maior do que 360 dias; esta é a dívida maior do que 360 dias, e esta dívida se divide praticamente em 2/3 dívida do setor Público, Setor Federal, Estadual, Municipal, e 1/3 do Setor Privado. As dívidas menores de 360 dias representam efeitos comerciais, são créditos de comércio que se renovam automaticamente, o famoso projeto 3 representa qualquer coisa de 8 bilhões de dólares, e tínhamos ainda, no final do ano de 1982, mais ou menos 4 bilhões de dólares, um pouquinho menos, de dívidas de curto prazo que eram as pontes para o financiamento do Projeto 1, que iria realizar-se posteriormente.

A dívida em 31 de dezembro de 1982, portanto, dividia-se da seguinte forma: 69,6 bilhões de dólares eram as dívidas acumuladas, desde 1974 a 1982, ao longo destes nove anos de ajustes, e as dívidas menores de 360 dias, das quais mais ou menos nove bilhões — 8.8 bilhões — representam efeitos comerciais que giram normalmente, e um pouco menos de quatro bilhões eram dívidas feitas para o pagamento do Projeto 1, quando ele se realizasse.

Como é que se distribuía essa dívida em 31 de dezembro de 1982? A dívida de curto prazo, a dívida de quatro bilhões, some no próprio processo de utilização do Projeto 1; a dívida de 8.8 bilhões é uma dívida que rola normalmente, porque representa adiantamentos sobre exportações e importações que estão se processando, hoje, normalmente; a dívida de 69,6 bilhões, dos quais 2/3 é pública e 1/3 privada, tinha uns vencimento, em 1983, de 7.3 bilhões de dólares; em 1984 7.6; em 1985, 8.8 bilhões de dólares; em 1986 de 10.1 bilhões de dólares; em 1987, de 9.9 bilhões de dólares. O restante, mais ou menos 26 bilhões de dólares, vence depois do sexto ano.

Esses números mostram que a dívida é rigorosamente distribuída no tempo. Nós nunca admitimos nenhuma dívida que não tivesse um prazo de pagamento menor do que oito anos — a não ser em 1977, quando encurtamos esse prazo —, e um período de carência de trinta meses. Elas se distribuíam e se distribuem ao longo do tempo, e exatamente por causa disso nós conseguimos superar as dificuldades maiores enfrentadas a partir de setembro de 1982. Foi porque não havia nenhuma concentração de dívida a curto prazo, que exigisse realmente uma mobilização maior de recursos, impossível de ser conseguida no mercado financeiro tão difícil quanto o do fim de 1982. Este período final de ajustamento de 1979 a 1981, que foi realmente o período mais difícil, até chegarmos ao equlíbrio, ele revelou algumas condições extremamente difíceis, e pela primeira vez, talvez, o Brasil enfrentou realmente uma crise industrial. Ainda em 1979, tivemos um crescimento de quase 7%; em 1980, tivemos um crescimento de quase 8%, 7,9; em 1981, tivemos um decréscimo do produto de 1,8 ou 1,9%, e em 1982 um crescimento da ordem de 1,6%.

A despeito de todo o processo de ajustamento, a despeito da dificuldade maior do ajustamento, a despeito do esforço enorme que representou o controle das importações, o País continuou e seguiu crescendo. De fato, o País seguiu crescendo em todo o período da crise. Um cínico poderia dizer que é exatamente por isso que se acumularam tantas dívidas. Mas nós vamos ver que há razões muito sérias e muito significativas para considerar isso realmente um êxito.

Basta comparar a *performance* brasileira com a *performance* dos países que se supõe mais bem administrados do mundo, que são os países da OCDE. O que aconteceu no período de 1964 a 1973, primeiro período de 9 anos? O Brasil cresceu em média 8,7% ao ano, sem nenhum problema no balanço de pagamentos, sem nenhum desequilíbrio externo de maior significação, com saldos positivos no balanço comercial, e utilizando a poupança externa exclusivamente como complemento da poupança interna e, conseqüentemente, com a aceleração do desenvolvimento econômico.

No período 74/78, nesses 5 anos, o Brasil cresceu 6,9%. Cresceu de uma forma muito importante, continuou crescendo, graças ao processo de substituição de importações e graças, obviamente, ao financiamento de importações a que nos referimos.

No período 79/82, nestes 4 últimos anos de maior dificuldade, a taxa média de crescimento foi de 3,5%.

Como essas taxas se comparam com o crescimento realizado pelos países da OCDE? Peguemos o primeiro período, de 64/73. Enquanto o Brasil cresceu 8,7% ao ano, os países da OCDE cresceram 4,5% ao ano. Tomemos o período de crise mais aguda, o período mais difícil, 74/78, a primeira crise do petróleo. O Brasil cresceu 6,9% ao ano e os países da OCDE, 2,4%. No período 79 a 82, onde, visivelmente, vivemos uma situação ainda mais dramática, ainda mais difícil, ainda mais complicada para ser superada a curto prazo, o Brasil cresceu em média 3,5%, tendo revelado, num ano, um decréscimo, e os países da OCDE cresceram 1,6%.

Ora, meu Deus do céu, isto significa que, a despeito de todas as dificuldades, a despeito de todas as complicações derivadas do mercado internacional, a despeito de todas as dificuldades derivadas de um processo de endividamento que não foi nosso apenas, nós seguimos crescendo, o Brasil continuou crescendo um pouco mais rapidamente do que os seus parceiros. Certamente esta é uma das causas ou seria, no momento de equilíbrio, uma das causas de desequilíbrio, se as exportações brasileiras não crescessem com o dinamismo que cresceram. As exportações brasileiras, volto a insistir para os senhores, cresceram 84% entre 1979 e 1982.

Haveria um caminho melhor? Será que existe, realmente, um caminho melhor? Teria algum país descoberto um caminho mais simples? Teria algum país, desenvolvido ou subdesenvolvido, socialista, comunista, seja lá o que for, encontrado alguma fórmula diferente de realizar o seu processo? Teria algum país descoberto uma fórmula diferente? Não, ninguém. O mundo acumulou, o mundo não produtor de petróleo acumulou um déficit de 700 bilhões de dólares. A América Latina acumulou um déficit de 300 bilhões de dólares. O Brasil acumulou uma dívida de 83 bilhões de dólares. Nós simplesmente fomos companheiros num processo de endividamento que envolveu o mundo inteiro. Não foi à toa que Brasil, México, Argentina, Venezuela, Chile, Polônia, 25 países sofreram problemas mais sérios de pagamento. Alguns tiveram problemas muito mais sérios — suspenderam os pagamentos. Não foi à toa que, durante este período, a Inglaterra teve de ir ao Fundo Monetário Internacional, em 1976; não foi à toa que a Itália teve de ir ao Fundo Monetário Internacional, também em 1976; não foi por outro motivo que agora a França teve de tomar emprestado na própria Comunidade Econômica Européia 4 bilhões de dólares, acima dos 4 que já havia tomado há menos de três meses, para fazer frente aos problemas, os mesmos problemas que nós temos. O processo de endividamento que garantiu estas taxas de crescimento foi o mecanismo que garantiu internamente o desenvolvimento e o emprego, ainda que não tivesse podido garantir no nível que todos desejaríamos, ainda que não pudesse ter conseguido manter o mesmo processo de desenvolvimento realizado no passado, mas foi um processo de endividamento que garantiu isto.

Teria sido melhor fazermos um ajuste em 74? Teria sido melhor simplesmente em 74 cortar as importações e esperar que as exportações levassem cinco anos para atingir o nível das importações e voltar a crescer? Ora, o cálculo aritmético mais simples mostra que este teria sido um caminho desastroso, este teria sido o caminho do subdesenvolvimento progressivo, do desemprego crescente, este teria sido o pior caminho, a pior escolha.

Ainda agora, depois de 79, teria sido melhor penalizar a economia brasileira com a paralisação do endividamento e deixar de crescer, na média, 3,5%? Teria acontecido alguma coisa muito diferente com o Mundo ou com o Brasil? Ter-se-ia realmente a situação alterado de forma fundamental, quando provamos — é uma questão de simples aritmética — se não se controlava mais nem as taxas de juros nem o preço do petróleo e que estava realmente sendo arrastado não só o Brasil, o Mundo inteiro sendo arrastado por um caminho que levou à recessão mundial, que levou, afinal de contas, a uma redução do volume do comércio mundial? Creio que não. Creio que

há muitas e boas razões para se mostrar que valeu o esforço, que valeu a pena o esforço de ampliar as exportações, de voltar ao equilíbrio, de sofrer realmente neste processo difícil de pagamento, de negociar a cada instante e de continuar negociando, porque, na minha opinião, isto vai representar uma mudança muito importante no desenvolvimento econômico deste País.

Não foi apenas isto, não foi apenas este desenvolvimento que se realizou, e que se realizou a despeito das dificuldades vigentes, que se realizou a despeito de um aumento do nível de desemprego, diga-se de passagem muito menor do que aconteceu nos outros países subdesenvolvidos e desenvolvidos.

Aquelas linhas de desenvolvimento a que me referi no início desta conversa com os nobre Senadores, a agricultura continua a receber o seu apoio, e estamos agora mesmo colhendo uma nova safra, quando se bate, outra, vez, um recorde em matéria de colheita de cereais. Estamos agora mesmo continuando a fazer a substituição na importação de petróleo; estamos continuando a fazer o ajuste da estrutura econômica deste País. Não estamos simplesmente administrando esta crise de pagamentos. Estamos mudando profundamente a estrutura da dependência energética deste País. Se no ano de 1979 importávamos 950 mil barris por dia de petróleo; em 1982 importamos 750 mil por dia; em 1983, já no primeiro trimestre, importamos 620 mil barris por dia. Graças a quê? Graças à persistência numa mudança da estrutura do consumo do combustível líquido. De um lado, o Programa do Álcool, que se tem desenvolvido de forma muito adequada e que produziu uma substituição extremamente importante na gasolina. Não é energeticamente um substitutivo para a gasolina, mas é certamente um substitutivo extremamente importante — talvez economicamente menos do que gostaríamos que fosse —, mas foi graças ao Programa do Álcool que tivemos uma recessão muito menor do que deveríamos ter tido, se tivéssemos de produzir o ajustamento sem o álcool.

Hoje, 4/5 dos automóveis novos produzidos neste País funcionam a álcool. Significa uma substancial economia de combustível. Mas do que essa economia de combustível, significa que foi possível manter, de certa forma, o nível de emprego no setor automobilístico, um setor de ponta, puxador de todos os outros setores. No setor siderúrgico foi possível manter esse nível de atividade, porque tínhamos o Programa do Álcool, no qual se perseverou de forma extraordinária nestes últimos 4 anos.

Por outro lado, o Programa do Carvão hoje significa, já, mais de 25 mil de barris equivalentes por dia no consumo. Susbstituímos o combustível em algumas indústrias, como na indústria cimenteira, na indústria do vidro, pelo carvão nacional, um carvão pobre, é verdade, mas um carvão que pode ser utilizado como fonte de calor.

Iniciamos um processo de utilização do gás, que deverá produzir resultados muito bons nos anos próximos, e que hoje já representa 11 mil barris por dia.

Iniciamos também a substituição do petróleo por eletrotermia, coisa que parecia muito difícil. Hoje estamos com mais de 13 mil barris por dia de substituição, e a perspectiva neste campo é extraordinária. Temos projetos, já recebidos, de substituição superior a 30 mil barris por dia.

Finalmente, a produção de petróleo. Produzíamos, em 1979 170 mil barris por dia. Produzimos em 1982, em média, 270 mil barris. Vamos produzir, em 1983, 320 mil barris por dia, em média.

Já é claro que em 1984 teremos 440 a 450 mil barris por dia, em média.

Ora, se essa substituição enorme no consumo de energia for acoplada à redução de consumo de energia, derivado do fato penoso de termos ajustado os preços reais do petróleo, que produziram, pelo menos, uma economia na utilização de petróleo — no ano de 1981 tivemos uma economia no consumo de petróleo que é qualquer coisa parecida com 6 ou 7% por unidade de produto —, teremos o seguinte: se aquelas importações de petróleo, que em 1979 eram de 950 mil barris por dia, que em 1983 já serão de 620 mil barris por dia, em 1984 deverão atingir 440 mil barris por dia, e em 1985 a perspectiva é de 350 mil barris por dia, significa que estamos trabalhando para alterar as condições estruturais da economia brasileira, significa que as crises do petróleo, se elas vierem, encontrarão o Braisl muito menos vulnerável do que foi encontrado no passado.

Acredito que esse processo de substituição intensa da energia importada, esse processo combinado com a expansão das importações vai-nos permitir, pouco a pouco, ir superando as dificuldades que estamos vivendo, a aproveitarmos o crescimento que realizamos, graças ao financiamento do petróleo que fizemos no passado. Temos todas as condições para prosseguir no nosso desenvolvimento, hoje não muito ambicioso, como foi no passado, mas um desenvolvimento permanente, um desenvolvimento apoiado numa mudança estrutural importante das importações, sem criar problemas adicionais para o nosso balanço de pagamentos.

Hoje, depois de muito tempo, o Mundo começa a revelar uma pequena expansão. O desenvolvimento econômico nos Estados Unidos — creio — já é um fato importante. Na Alemanha aparecem os primeiros sinais de desenvolvimento. Na Inglaterra os sinais já são visíveis. No Japão temos os primeiros sinais, e, o que é mais importante, esse desenvolvimento está-se fazendo hoje com o aumento da produtividade, porque o produto não deixou de crescer realmente, e a utilização da mão-de-obra é menor do que foi no ano passado, o que significa que as indústrias poderão eventualmente, se existir demanda, encontrar taxas de crescimento muito superiores, sem nenhum impedimento físico maior.

Por outro lado, este desenvolvimento deverá produzir uma pequena recuperação nos preços das matérias-primas e nos produtos que exportamos, o que deverá nos ajudar. Os resultados do balanço comercial de março e de abril são extremamente alentadores e mostram que realmente nós poderemos continuar caminhando na direção do superávit desejado.

Há em marcha uma substituição de importações, não só de energia, mas de pequenas partes de componentes que representam quase 1 bilhão de dólares por ano, que é uma substituição muito eficaz. Temos, portanto, as condições de continuar crescendo, se pudermos continuar nesta linha de não agravar as dificuldades do balanço de pagamentos.

Seria uma ilusão imaginar que não temos problemas, temos problemas seriíssimos. Temos problemas internos realmente sérios. Temos um problema de desemprego extremamente grave, um problema de desemprego com o qual nós não estávamos acostumados a lidar, o qual nós estamos muito pouco preprados para enfrentar, um problema de desemprego, como eu disse, menor do que aquele que se produziu nos países mais desenvolvidos, mas isso não significa nenhum consolo adicional. Esse é um problema que temos de enfrentar sem criar problemas adicionais para o balanço de pagamentos.

Temos certamente um problema de taxa de juro real, que é preciso enfrentar na sua origem. O início desse processo é, no fundo, o déficit público. A despeito do extraordinário esforço feito pelo Governo, o déficit público vem-se reduzindo de maneira muito pouco significativa. Temos de prosseguir na mesma linha.

— Mas não existe nada que indique que o Brasil não possa voltar a crescer ordenadamente. Nós temos todas as disponibilidades para isso: nós temos a mão-de-obra, nós temos o capital, nós temos uma capacidade empresarial razoável, nós temos uma economia razoavelmente competitiva. Estamos vencendo a crise mais grave que já atingiu este País, sem realmente interrompermos os nossos pagamentos. Acho que num prazo longo isso é importante.

Para alguém como eu, comprometido com o processo de desenvolvimento econômico, para alguém como eu, que a vida inteira procurou realizar o desenvolvimento econômico, é extremamente importante encontrar, e encontrar depressa, as formas de superar essas dificuldades emergentes. Elas estão aí à vista. Nós vamos realmente superar essas dificuldades. Seria ingênuo pensar que o mundo vai mudar com rapidez. O mundo não vai mudar com rapidez. O mundo vai prosseguir nas dificuldades existentes, hoje, está melhorando lentamente, caminha na direção que deve ser conveniente à economia brasileira, e nós temos de aproveitar esse movimento, para voltar a realizar o desenvolvimento que precisamos.

O Brasil não é um país que possa condescender com taxas de crescimentos de 3% ao ano. Realmente, nós precisamos de taxas de crescimento de 5 a 6% ao ano, se quisermos absorver a nova força de trabalho que vem aí a cada ano e aquela que está aí, hoje, sem emprego.

Para fazer isso é preciso trabalhar, e trabalhar duro, na superação da limitação mais séria que nós temos, que é a do balanço de pagamentos.

É preciso perseverar empurrando a economia na direção das exportações, empurrando a economia na direção da substituição dos energéticos derivados do petróleo, empurrando a economia na direção de uma ampliação do setor agrícola.

A combinação desses três fatores deverá ajudar-nos no futuro a encontrar um equilíbrio maior, tanto no ponto de vista interno como no ponto de vista externo. E, mais do que isso, temos realmente que reduzir o déficit público, o déficit não só do Governo Federal, mas o dos Governos estaduais e dos Governos municipais, para que possamos voltar a ter um equilíbrio interno mais decente. Nós não podemos continuar com taxas de inflação como as existentes hoje, inflação basicamente produzida não só por mecanismos de realimentação, mais por um déficit público que se revela extremamente difícil de controlar.

Acho, e isso é o importante, durante todo o Governo do Presidente Figueiredo perseguirmos a mesma direção. O Partido ficou firme com o Presidente na consecução dos seus três objetivos, que era a ampliação da agricultura, a substituição de importação de energéticos e a ampliação das exportações. Eu acho que este é o caminho correto, este é o caminho que vai levar-nos a superar as dificuldades que estamos vivendo hoje, esse é o caminho que nos vai levar a construir realmente a sociedade desenvolvida e livre que todos nós desejamos, este é o caminho que vai permitir o aperfeiçoamento que todos nós queremos do setor econômico, social e político. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Srs. Senadores, Sr. Ministro Delfim Netto, V. Exª está na tribuna há setenta e sete minutos ininterruptos. Há um fato inédito nos Anais do Senado! Estão inscritos 30 Srs. Senadores, exclusive as Lideranças.

O Sr. Delfim Netto — É uma honra para mim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Pelo tempo regimental, seriam necessárias três sessões. Nós vamos iniciar os debates. Consultaríamos V. Exª se aceitaria, para os que não tivessem acesso às perguntas na sessão de hoje, uma formulação de perguntas por escrito.

O Sr. Delfim Netto — Com o maior prazer.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Eu vou iniciar os debates, concedendo a palavra ao nobre Senador Virgílio Távora.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (Sem revisão do orador.) — Sr. Ministro, inicialmente são escusadas as congratulações que lhe enviamos, porque, inegavelmente, com muitíssimo menos brilho, mas com igual convicção, esses

mesmos pontos de vista esposados por V. Exª temos procurado aqui transmitir à Casa.

Mas permita-nos, dentro da sua brilhante alocução, referir a alguns pontos que sobressaiam, para respigá-los sob a forma de algumas perguntas. Tomamos nota de algo que V. Exª afirmou e que deixou aqui de ser percutido. Assim, dentro da maneira sintética com que apreciamos apresentar todas as nossas questões, vamos enviar-lhe quatro perguntas.

V. Exª deseja tomar nota ou responder uma por uma?

O Sr. Delfim Netto — Se quiser, posso tomar nota. Para mim é indiferente.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Pois bem. Então, vamos à primeira: ampliação do mercado interno, como solução para contornar as atuais dificuldades econômicas, tendo em vista que a crise internacional limita as chances do Brasil de ampliar as suas exportações. Que diz V. Exª da atitude que é recomendada por essas pessoas?

A segunda pergunta: ouvimos, mais de uma vez, aqui, com ênfase, serem anunciadas aquelas prioridades que tantas vezes também por elas nos temos batido, nesta Casa: o aumento da produção agrícola, o aumento das exportações, a redução da dependência do petróleo importado. Mas, Senhor Ministro, neste momento em que o preço dos produtos agrícolas ainda estão em baixa no mercado internacional, em que o preço do petróleo acaba de baixar, mas não dentro daquela proporção ansiada pelos consumidores, em que as dificuldades de exportação são notórias, será que esse conjunto de prioridades pode ter algum substituto para enfrentar as dificuldades presentes?

A terceira questão, por prosa e verso bem cantado nesta Casa, principalmente pelos eminentes Líderes dos Partidos que compõem a Oposição, no Senado Federal: a adoção da moratória, a que V. Exª não quis fazer referência. Existem sugestões de que o Brasil deveria negociar uma moratória, a fim de criar espaço para crescer. Como a vê V. Exª e a crítica que faz a essa proposta? Quais as experiências históricas de outros países que pediram ou negociaram essa maneira de agir?

E, finalmente, vamos repetir palavras que dirigimos a seu colega da Fazenda. Não se julgue advogado do diabo. Quais são as chances efetivamente de o País conviver com essa dívida externa extremamente elevada, numa conjuntura externa adversa, com protecionismo crescente, por parte de nossos parceiros e, ao mesmo tempo, com parcela importante desses em situação precária?

São as quatro perguntas que eu endereço a V. Exª

O SR. DELFIM NETTO — Muito obrigado, Senador Virgílio Távora.

A primeira pergunta, eu acho que é extremamente interessante e valeria a pena desenvolvê-la um pouco — se é possível, realmente, fazer um desenvolvimento com ampliação do mercado interno. E, mais importante do que isso, se é possível fazer o desenvolvimento com ampliação do mercado interno, num sistema politicamente aberto, e eu acho que aqui existe uma contradição extremamente grande entre algumas das propostas e os resultados a que elas conduziriam. Por que não é possível realizar um desenvolvimento apens apoiado no mercado interno? Simplesmente porque V. Exª tem, basicamente, um componente importado que está ligado ao nível do produto. Não é possível alterar, de forma muito significativa, as relações, e a curto prazo, pelo menos, entre importação e produto. Pode-se fazê-lo, como se fez no caso do petróleo, desenvolvendo alguns substitutos, uma vez que são 3 ou 4 linhas de substituição e que têm muito pequeno o coeficiente de importado. Digamos, o PROÁLCOOL não tem praticamente nenhum coeficiente de importação, hoje ele é praticamente todo produzido no Brasil e, a não ser pela renda gerada por ele, não exerce nenhuma pressão sobre as importações.

O mesmo acontece com o caso do carvão. Já não é a mesma coisa com o petróleo. Uma parcela importante da ampliação da produção de petróleo exige um volume significativo de importações.

Ora, qual é a experiência mundial? E nós temos isso no Brasil, centenas de casos para mostrar isso. V. Exªs tomem, por exemplo, o caso de Caraíba Metais, que é um processo de substituição de cobre, um processo extremamente importante de substituição de cobre importado, vai substituir uma parcela de cobre importado e que está sendo conduzido hoje pelo BNDES. Nós gastamos com a importação de cobre em torno de 200 milhões de dólares por ano. Para construir a usina, foram gastos em torno de 1 bilhão de dólares, não tudo importado, mas uma parcela importante disso importado. A curto prazo, nos cinco anos, em que se estão fazendo a substituição de importações, estão ampliando-se o volume das importações e não reduzindo.

Ora, esse é o instante crítico em que o processo do balanço de pagamentos está se deteriorando. É exatamente por isso que todas as teorias que se desenvolveram na CEPAL, e em alguns outros centros, em que apoiavam o desenvolvimento num processo de substituição de importações, deram com os burros n'água, terminaram com problemas graves no balanço de pagamentos.

Claro que seria possível fazer um desenvolvimento só com o mercado interno. A Rússia fez isso, alguns países socialistas fazem isso. E de que forma? Num nível de eficiência extremamente baixo. O comércio exterior é um mecanismo de elevar o nível de eficiência na utilização dos recursos do país, o comércio exterior é uma das formas mais eficazes de elevar o nível de produtividade do País.

Quem propõe o desenvolvimento só com o mercado interno — não acredito que ninguém faça isso, não existe ninguém que faça uma proposta absurda como essa, não estamos levando ao extremo — normalmente as pessoas de bom senso propõem que se acelere o processo de substituição de importações. É exatamente isso que o País fez e que está fazendo. Vou dizer mais: talvez fez isso mais do que devesse no período 74/78; talvez fez isso com uma velocidade superior àquela que seria possível suportar no período 74/78. Uma parcela importante dos nossos problemas não escapa a esse fato, mais ainda do que essa substituição das importações.

Freqüentemente, se ouve falar em agricultura de exportação, em agricultura de mercado externo, não existe mais isso no Brasil. Normalmente, mesmo no caso do café, na média se consome metade do que se produz, não há mais uma economia voltada para o exterior. No caso da soja nem se fala, está-se exportantdo menos de 1/5 do que se produz. É o caso do milho, de todos os produtos hoje, não existe mais, na agricultura, a agricultura de exportação. Toda agricultura é, hoje, uma agricultura voltada para o mercado interno e para o mercado exportador.

Quando se diz, portanto, dar mais ênfase à substituição de importações, seria preciso provar que é possível dar mais ênfase do que tem sido dado, até hoje, ao mercado interno. Acho que tem sido uma ênfase extraordinária. E volto a insistir, entre 1974 e 1978, cometemos até alguns equívocos, exageramos até algumas substituições de importação e estamos pagando, hoje, o preço por isto.

A segunda pergunta refere-se, realmente, às relações de troca do Fundo. É que os preços dos produtos agrícolas continuam extremamente baixos e os preços do petróleo baixaram menos do que parecia. De fato, os preços do petróleo caíram em torno de uns 4 dólares, é uma coisa parecida com 10% ou 12%. E mais, o preço dos produtos exportados pelo Brasil havia caído muito mais. Nós estamos assistindo a uma recuperação lenta, mais progressiva, nos preços dos produtos exportados, e a minha esperança é a de que voltemos a ter relações de troca um pouco mais favoráveis do que tivemos nesses últimos anos. Como procurei mostrar a V. Exªs, se tomarmos como base 1978, as relações de troca, hoje, são da ordem de 64, o que é, realmente, extremamente penoso, o que significa termos que exportar quase que uma tonelada e meia de produtos nacionais para importar uma tonelada de produto, como se fazia anteriormente.

A sua terceira pergunta refere-se à moratória. Ninguém tem medo da moratória, a gente tem medo é das conseqüências da moratória. Esta é forma fácil de se falar para quem não tem nenhuma responsabilidade de fazer ou de realizar o processo. A moratória produziu alguns efeitos importantes, também. O mais notável deles certamente foi a moratória alemã nos anos 20. A Inglaterra fez uma espécie de moratória; não foi moratória, suspendeu os pagamentos de mercadorias, não de empréstimos, no fim da 2ª Guerra. E todos os países, de uma forma ou de outra, têm feito atrasos de pagamentos. Raramente o país se mete numa moratória sem um custo extremamente elevado.

No caso brasileiro, em particular, existe uma dificuldade: se nós tivéssemos auto-suficência energética, a moratória seria um fato que causaria uma certa amolação, mas sobreviveríamos. Suponha no Brasil um fenômeno como este: era preciso passar a pagar o petróleo à vista imediatamente, o que é impossível obviamente. Então teríamos, imediatamente, de introduzir um racionamento de combustível, o que seria o primeiro passo para as liberalizações que viriam depois. Ao mesmo tempo, uma moratória teria de levar a uma nacionalização das agências bancárias no exterior, pois não se poderia correr o risco de uma agência dessas ser declarada *en defant*, ser declarada insolvável. Ao lado disso, ter-se-ia que fazer um controle feroz das importações. Por exemplo teria que fazer controle sobre tudo que se importa, desde papel de imprensa até máquinas.

Nós já estamos vendo para onde leva uma moratória. Não precisa ser muito esperto para saber que a moratória leva ao fechamento da sociedade. Esta que é a grande verdade. Não precisa ser economista, não precisa ter uma visão muito longa para compreender que a moratória, num país que depende basicamente de importações, conduz realmente a um processo extremamente delicado do ponto de vista político. E não é isso que nós estamos querendo fazer, estamos querendo fazer o oposto. Nós estamos construindo o menos um dessa proposição. E por quê? Porque vale a pena, vale a pena honrar os compromissos, porque nós podemos honrá-los, e temos honrado esses compromissos. Porque se é certo que eles têm tido um custo importante, não é menos certo que têm tido benefícios também importantes; se é certo que o processo de ajuste produziu um certo desemprego, não é menos certo que nesses quatro anos nós crescemos; num ano 8%, noutro ano 7%, no outro decrescemos 1,9% e no outro crescemos 1,6%. Não é menos certo que o custo desse ajuste tem sido pago pelo trabalhador brasileiro. É preciso encontrar os mecanismos de compensação adequados para isto, mas a moratória eu acho que é uma proposta, me perdoem os Srs. Senadores, que chega ao nível da irresponsabilidade. Ela é o oposto do que todos os grandes democratas propõem, ela produz resultado exatamente contrário àquilo que todos nós desejamos. É por isto, é exatamente por isto que o Governo Figueiredo rejeitou essa solução, que rejeita esta solução, que não está na sua agenda esta solução, que vai continuar lutando para que nada disso aconteça. É exatamente por isto que nós vamos continuar pedindo que ampliemos as exportações, que continuemos a substituição de energéticos importados, que ampliemos a produção agrícola, para que não sejamos forçados a uma coisa tão dramática como essa.

Não creio que ela seja necessária. E não há nenhuma razão estética que me leve a imaginar que a moratória é um fato mais bonito do que continuar pagando as nossas dívidas. Mais grave, eu acho, do que não pagar as dívidas, mais grave do que todo esse mecanismo de ajuste econômico, seriam as conseqüências que inevitavelmente decorreriam de um processo como esse, ao longo do tempo. Acho que é experiência de todos os Srs. Senadores, todos viajam muito e podem ver os países que adotaram medidas parecidas como essas, como funcionam. *(Risos.)* Perdão, nem todos!

A sua quarta pergunta...

O Sr. Virgílio Távora — Quais as chances de, efetivamente, o País conviver com essa dívida externa extremamente elevada, numa conjuntura externa adversa, com expansionismo crescente, e parcela importante de nossos parceiros comerciais em situação muito precária?

O SR. DELFIM NETTO — Infelizmente esgotou-se o tempo. Se V. Exª quiser me enviar a pergunta, eu terei o maior prazer em respondê-la por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Fábio Lucena.

O SR. FÁBIO LUCENA (Sem revisão do orador.) — Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores Senadores, Excelentíssimo Senhor Ministro do Planejamento Professor Doutor Antônio Delfim Netto:

Sabe o Congresso, sabe a Nação, que quem de fato governa a República é V. Exª *(Risos)*. V. Exª tem mais poderes sobre o colegiado ministerial e sobre o Presidente da República do que Sua Santidade o Papa sobre o Sacro Colégio dos Cardeais. *(Risos)*. E, com tantos poderes, com tanta força, V. Exª habituou-se às decisões sigilosas, sem dar satisfação a este Congresso ou à Nação dos atos que tomou à crista da política econômica do nosso País. V. Exª e os demais ministros da área econômica assinaram acordos com o Fundo Monetário Internacional que fizeram com que o Brasil abdicasse da sua soberania nacional. Um acordo em segredo, firmado em nome do Governo brasileiro, estabelece que o Banco Central se submete irrevogavelmente, por meio deste ato, à jurisdição de qualquer tribunal do Estado de Nova Iorque e de qualquer juizo federal situado na cidade de Nova Iorque e à Jurisdição da alta Corte de Justiça de Londres, em qualquer ação ou procedimento legal.

Ora, Sr. Ministro, isto é uma grave violação da Constituição Federal, isto é uma alienação de jurisdição, porque a competência nesse assunto, estabelecida pela art. 119 da Constituição, letra *c*, é do Supremo Tribunal Federal, e não de tribunais localizados em outros países:

> Compete ao Supremo julgar e processar, originariamente, os litígios entre estados estrangeiros ou organismos internaçionais e a União, os Estados, Distrito Federal e os Territórios.

Neste acordo nefasto, reza uma das cláusulas:

> "Na medida em que o Banco Central tenha ou possa obter qualquer imunidade de jurisdição em qualquer tribunal ou qualquer processo legal, o Banco Central abdica irrevogavelmente de imunidades relacionadas com as obrigações constantes desse Acordo, e fica obrigado a desistir de qualquer privilégio ou de ingressar com qualquer ação. Assegura-se, contudo, a renúncia de imunidades de jurisdição relacionada com sua propriedade efetiva apenas quando se tratar de propriedade que seja usada em atividades comerciais."

As decisões dos tribunais arbitrais, três tribunais, tribunais estrangeiros, constantes do Acordo do FMI assinado em segredo, sem o conhecimento deste Congresso, sem o conhecimento da Nação, estabelece essa cláusula iníqua, Sr. Ministro, iníqua por excelência! Essas decisões serão tomadas inteiramente com base na Lei Substantiva especificada na secção 8.10, e não com base no princípio do Direito e da Justiça, no princípio do *ex aequo et bonno*, ou outro qualquer.

A decisão de qualquer tribunal arbitral deverá ser definitiva em toda a extensão permitida pela lei, se necessário for com apoio de tribunais. O garantidor, o Brasil, reza o contrato, durante o procedimento arbitral não poderá alegar razões de soberania nacional para apresentar qualquer defesa, à qual não tenha direito nos termos do contrato. E além disso, o garantidor, o Brasil, concorda que se faça o pedido de homologação dessa decisão e concorda com que a execução da sentença seja cumprida por qualquer tribunal legalmente capaz de homologar tal decisão e expedir a ordem: o *exequatur*, em função de cujos objetivos, o garantidor, por meio deste documento, renuncia a todas as suas imunidades, seja por razões de soberania, Sr. Ministro, sejam por quaisquer outras.

> Na medida em que o garantidor é ou se torna investido de qualquer imunidade, decorrente de procedimentos judiciais, ou de execuções judiciais no Brasil, ou decorrente de execução forçada, realizada no Brasil, fundamentada no direito de soberania, ou mesmo relacionada com qualquer outra matéria que surja, ou que esteja relacionada às suas obrigações neste acordo, o garantidor, o Brasil, concorda irrevogável e incondicionalmente, a não postular, nem reclamar tais imunidades que estejam relacionadas às suas obrigações ou com qualquer outra matéria que seja objeto decorrente ou conexa com o presente acordo.

Isto, Sr. Ministro, é a abdicação absoluta do princípio estabelecido pela Constituição Federal sobre a impenhorabilidade dos bens nacionais. Só o Congresso Nacional, segundo o artigo 43 da Constituição, com a sanção do Presidente da República, é que pode dispor sobre os bens de domínio da União. No entanto, V. Exª e os Srs. Ministros Ernane Galvêas e Langoni transportaram, transferiram, transladaram para cerca de quatrocentos bancos internacionais, a que alude a exposição que V. Exª mandou ontem entregar na residência dos Senadores, V. Exª transferiu para mais de quatrocentos bancos o poder de penhorar bens que pertencem à Pátria e ao povo brasileiro!

Sr. Ministro, em realidade, a isso se chama de crime de responsabilidade para com a Pátria. Perdoe-me a franqueza, mas é meu dever. V. Exª incorre, junto com seus colegas, em vários crimes de responsabilidade, definidos pela Lei 1.079, de 10 de abril de 1950.

E sendo este Senado o seu tribunal, ainda segundo a Constituição, porque qualquer cidadão é pessoa capaz de iniciar um processo criminal contra V. Exª junto à Câmara dos Deputados; sendo o Senado tribunal que funcionará sob a presidência do Presidente do Supremo Tribunal Federal; sendo o Senado tribunal competente para julgar V. Exª e os demais Ministros da área econômica e o próprio Senhor Presidente da República, porque esses fatos foram cometidos em conexão com o Presidente da República, já que V. Exª e os seus colegas da área econômica agem sob a orientação e determinação do Senhor Presidente; sendo este Senado o tribunal, eu, Sr. Ministro, não lhe faço nenhuma pergunta. Porque eu conheço, e a Nação inteira conhece, todas as suas respostas. Mas lhe peço que apresente ao Senado agora a sua defesa prévia porque, em nome da Nação brasileira, eu acuso V. Exª e os demais Ministros da área econômica de haverem alienado a soberania nacional, de haverem negociado com banqueiros estrangeiros, de haverem consentido na penhora dos bens da União Federal.

Eu o acuso, Sr. Ministro, e é meu dever fazê-lo e o faço, porque não é V. Exª nem o sistema no poder, não é o Serviço Nacional de Informações — que é o único órgão a quem V. Exª presta contas das suas atividades — não é o SNI, essa malfadada instituição que precisa ser destruída em nome da paz nacional, por ela tendo o SNI violentado todos os dias, todas as noites, não é V. Exª, não é o SNI quem irá pagar esse endividamento de 83 bilhões de dólares. Não, Sr. Ministro, quem o vai pagar é o povo brasileiro, o qual não legitimou em eleições o poder que V. Exª exerce. Que não legitimou ainda o poder exercido pelo Senhor Presidente da República.

Formulo-lhe um apelo, Sr. Ministro: apresente à Nação a sua defesa prévia, porque a Nação não pode aceitar que, à sua revelia, a sua soberania seja assim tão esfrangalhada, tão vilipendiada, que sobre ela se haja tanto tripudiado.

Sr. Ministro, que crime esta Nação cometeu contra esse Governo, para ser levada assim a um abismo sem fundo, atraída por uma força de gravidade que não consegue perceber a sensibilidade do povo brasileiro?

Formule Sr. Ministro, não a mim, mas à Nação, a sua defesa prévia das acusações que lhe formulei.

O SR. DELFIM NETTO (Sem revisão do orador.) — Ilustre Senador Fábio Lucena, eu também já conheço este seu "acuso" de algum lugar. A sua exposição me parece que tem alguns aspectos interessantes do ponto de vista legal e um aspecto extremamente interessante do ponto de vista lógico. O Sr. iniciou dizendo que sou o todo-poderoso, mas felizmente para mim corrigiu no final de sua exposição essa posição, dizendo que o Presidente, de fato, dá as suas ordens. O que é uma grande verdade. A sua primeira proposição estava equivocada.

Em seguida, me faz prestar contas ao SNI. O todo-poderoso presta contas de novo, o que não é verdade. De forma que, há aqui um pequeno problema de lógica e eu gostaria de, depois, corrigir.

Mas há um problema de lógica muito mais grave do que todos esses. V. Exª se esqueceu de que o Brasil foi sócio fundador do Fundo Monetário Internacional, de que o Brasil ajudou a formular todas as cláusulas que regem o Fundo Monetário Internacional e que o Brasil optou por um mecanismo no qual não seria necessária a consulta prévia ao Legislativo, quando ele desejasse ir ao Fundo Monetário Internacional. Alguns países têm na sua Constituição; outros não, e é o nosso caso.

Mais grave do que tudo isso, V. Exª, nesse tumulto jurídico, confunde o Estado com as operações financeiras. V. Exª refere-se a acordos financeiros, acordos que têm, normalmente, foros estabelecidos no próprio contrato. Não significa abdicar de coisa alguma, não significa abdicar de soberania nacional de nenhuma forma. Não se confunde o Tesouro Nacional como garantidor e a Nação brasileira. Não se confunde o Banco Central como tomador de recursos e a Nação brasileira.

Imagine V. Exª se cada um dos devedores do mercado internacional pudesse apelar, por motivos de soberania, quando não desejasse pagar. Seria, realmente, uma total subversão.

Quando estabelecemos o convênio com o Fundo Monetário Internacional, esse sim foi homologado pelo Congresso, esse sim foi aprovado pelo Congresso. Depois dele nós fomos mais de 15 vezes ao Fundo Monetário Internacional, para nos socorrermos em situações difíceis. De forma que não existe nenhuma das proposições a que V. Exª se referiu, não há entrega de soberania nacional nenhuma. Tanto é verdade que, no caso, é preciso que o texto seja lido com a compreensão de que se trata de um arranjo financeiro.

Tanto é verdade, ilustre Senador Fábio Lucena, que, para evitar que houvesse qualquer dificuldade com os bancos, no caso eventual de uma moratória, o Sr. teria que nacionalizá-los, isto é, colocá-los ao abrigo da possibilidade de uma ação contra eles.

De forma que não há nenhuma alienação de soberania. Estamos tratando não de relações entre Estados; estamos tratando de relações entre instituições financeiras, entre instituições que estabelecem livremente, de acordo

com um convênio criado por nós, como um convênio originalmente aprovado por este Congresso, que estabelece livremente um foro dentro do qual se dirimem as dúvidas. É apenas natural que isto seja assim, pois seria rigorosamente impossível imaginar que, em relações comerciais, fosse possível invocar a cláusula da soberania nacional.

Não há, ilustre Senador, nenhum dos motivos a que V. Exª se referiu. Nós fizemos o acordo rigorosamente dentro da lei — volto a insistir — dentro da lei que nós mesmos ajudamos a criar, quando se instituiu o Fundo Monetário Internacional, em 1946. Dentro do espírito do primeiro convênio com o Fundo Monetário Internacional, aprovado pelo Congresso Nacional no Brasil. Trata-se de relações entre instituições financeiras, não relações entre Estados. Quando e, se fosse o caso, o Senhor desejasse dar uma cobertura de caráter de soberania nacional a uma instituição, essa instituição não pode efetuar contrato com ninguém. Pois essa instituição, por definição, não é sujeita a nada, a não ser à força.

De forma que, há aqui um equívoco muito grande, confunde-se na argumentação o Estado e o Banco Central, confunde-se na argumentação o Estado e um aval do Tesouro Nacional, confunde-se na argumentação um problema puramente financeiro com um problema de soberania nacional, com um problema que estaria ao abrigo da lei internacional, que seria impossível de ser uma pendenga, que não se poderia dirimir, simplesmente porque uma das partes alegaria que "hoje estou com dificuldades e há aqui a soberania nacional". Não existe contrato financeiro nenhum que possa conter uma cláusula como esta. Não existe contrato nenhum de natureza comercial que possa conter uma cláusula como esta. Já existiram contratos, tratados entre Estados, que eram dirimidos ou por tribunais especiais, ou pela força, não é o caso certamente, dos problemas que estamos examinando.

A leitura de V. Exª é uma leitura capciosa em que confunde o Estado com a instituição financeira. O Banco Central não pode alegar condições de soberania nacional, é óbvio. No momento em que ele age como Banco, ele está no mercado tomando dinheiro, ele está no mercado tomando, livremente, a taxas livremente estabelecidas, nas condições livremente estabelecidas e, portanto, ele é um devedor comum como qualquer outro. E muito menos ele pode empenhar a propriedade nacional. Isto não existe, porque fazer isto era preciso mandar para cá uma esquadra, coisa que já não acontece, ilustre Senador. Não há como fazer uma leitura tão defeituosa...

O Sr. Fábio Lucena — Está no acordo.

O SR. DELFIM NETTO — ... quase doentia de um texto como esse. Não está no acordo.

O Sr. Fábio Lucena — Está no acordo!

O SR. DELFIM NETTO — Não está no acordo! Volto a insistir, é preciso não confundir o Estado com as instituições financeiras que, normalmente, assumem compromissos, que são, elas sim, sujeitas aos foros que estabeleceram. Neste caso, a coisa ainda é mais simples: o foro é estabelecido de acordo com as normas de um contrato do qual nós, como sócios fundadores, participamos e participamos ativamente, inclusive existe um Senador aqui que participou ativamente na construção dessas cláusulas, que é o ilustre Senador Roberto Campos. Não podemos confundir essas cláusulas, não podemos confundir o primeiro convênio aprovado pelo Congresso Nacional e, que autorizou o Executivo a recorrer ao Fundo Monetário Internacional quando julgasse conveniente e necessário, com relações entre Estados, mesmo porque nem os bancos são Estados, nem o Fundo Monetário Internacional é um Estado. As relações de soberania só poderiam existir entre dois Estados e, nem o Fundo tem Marinha, nem Aviação, nem Exército para ocupar qualquer coisa, ou cobrar qualquer dívida; e, muito menos, os bancos estão dispostos hoje a ter as suas próprias forças armadas para cobrar as suas dívidas. De modo que não existe. Essa é uma leitura que pode ser feita para uma certa diversão, mas que não pode, Senador Fábio Lucena, com toda a honestidade e, me perdoe V. Exª pela franqueza, não pode ser lida com seriedade numa Casa como esta.

O Sr. Fábio Lucena — Está no acordo, Exª E, lamento não poder contraditá-lo, vejo-me forçado a sair da tribuna, reafirmando a acusação que fiz a V. Exª e da qual V. Exª não se defendeu. *(Muito bem! Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr. Ministro Delfim Netto, Srs. Senadores, Srs. Deputados, meus senhores:

Em junho próximo, na cidade de Bruxelas, reúnem-se o Parlamento Europeu e o Parlamento Latino-Americano do qual tenho a honra de ser o Presidente.

Recentemente, em Bueno Aires, na reunião do SERLA, que V. Exª acompanhou, realizada no dia 12 de abril deste ano, entre as cláusulas do projeto de recomendação figura a seguinte:

> "Iniciar, quanto antes, um exame conjunto por parte da Comunidade Européia e América Latina, com vistas a determinar um impacto que poderá ter sobre o comércio exterior latino-americano, o ingresso da Espanha e Portugal na Comunidade Européia; identificar as medidas necessárias para evitar que dito ingresso possa traduzir em uma diminuição das exportações da região ou em uma deterioração das relações econômicas entre a América Latina e aqueles países."

Em junho, Sr. Ministro, terei que abordar esse assunto no discurso que me cabe pronunciar na reunião de Bruxelas.

Gostaria que V. Exª me fornecesse, dessa tribuna, e à Nação aqui reunida, as medidas que já estão sendo tomadas pelo Governo brasileiro para evitar que a presença desses dois novos países na Comunidade Européia possa representar um prejuízo para o comércio exterior brasileiro.

Esta a indagação que eu desejava formular a V. Exª

O SR. DELFIM NETTO (Sem revisão do orador.) — É para mim uma grande alegria responder ao Senador Nelson Carneiro.

Creio que S. Exª coloca uma questão de grande importância para as nossas relações com dois parceiros, como a Espanha e Portugal.

Nobre Senador, já temos iniciado há alguns anos relações tanto com a Espanha como Portugal para tentar, primeiro, entender o que significaria a entrada desses dois países na Comunidade Econômica Européia. E, depois, procurar encontrar os mecanismos possíveis que levassem a uma redução dos eventuais prejuízos que isso viesse a produzir.

É claro que, entrando na Comunidade Européia, Espanha e Portugal vão se submeter às regras da Comunidade que são regras restritivas. Por outro lado, é claro também que, entrando para a Comunidade, elas terão as condições de um desenvolvimento mais rápido. V. Exª tem aqui, portanto, dois fatos contraditórios: de um lado devem aumentar algumas restrições, de outro lado a aceleração do crescimento dessas economias deve elevar o volume do comércio.

Depois de uma análise muito cuidadosa feita sobre esse problema, tanto com os nossos parceiros, espanhóis como portugueses, nós chegamos à conclusão de que um caminho pelo menos possível com Portugal, seria o estabelecimento de algumas empresas mistas brasileiro-portuguesas, de caráter privado, que manufaturassem um pedaço do produto em Portugal, dando às mercadorias um certificado de origem que elas necessitam para transitar livremente dentro da Comunidade. Eventualmente, isso poderia vir a representar algum benefício, porque se pudéssemos, digamos, a Comunidade é extremamente dura no seu controle quanto à importação de têxteis, mas se fosse possível desenvolver alguma atividade comum entre o Brasil e Portugal, ou com a Espanha, na produção de têxteis em que fornecêssemos algodão ou uma malha já preparada de alguma forma e ela fosse completada, em Portugal, por uma empresa de caráter misto brasileiro-portuguesa, o certificado de origem seria concedido a esse produto. Então ao invés de se exportar o produto têxtil terminado, exportaríamos o produto semimanufaturado, terminaria esse produto em Portugal, esse produto receberia o certificado de origem e, depois, transitaria livremente pela Comunidade Econômica Européia, beneficiando, dessa forma, as nossas exportações.

Chegamos à conclusão de que esse é um caminho possível, fizemos já inclusive, algumas associações, não no campo têxtil, mas no campo da indústria mecânica, existe uma associação já em funcionamento e com isto, temos a esperança de que a entrada de Portugal e Espanha na Comunidade Econômica Européia não venha causar maiores perturbações nas relações entre o Brasil e esses países.

Não creio que seja o mesmo caso para todos os parceiros da Espanha e de Portugal. Não sei em que medida essa reunião que está sendo convocada teve oportunidade de aprofundar esse assunto. Posso garantir a V. Exª que o Governo brasileiro, desde 1979, está trabalhando nessa direção; o Itamaraty, o Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento têm procurado, junto com as autoridades portuguesas, principalmente, estabelecer normas que permitissem a continuidade e o aumento do fluxo de comércio, sem que as restrições da Comunidade viessem a nos atingir.

O Sr. Nelson Carneiro — Muito obrigado a V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Congressistas, Sr. Ministro.

Não aceito, Sr. Ministro, a explicação, a justificação dada por V. Exª dos erros cometidos na política econômica, erros de V. Exª, com base no arrazoado de que também os outros países foram incompetentes, porque a Argentina, o México, a Nigéria e a Polônia, também se colocam hoje em situações difíceis, mais difíceis, menos difíceis do que o Brasil, porém algo equivalentes.

Não aceito, Sr. Ministro, porque nós, daqui da tribuna, advertimos para a situação em que estava sendo levado o País. Advertimos com antecedência para as possibilidades de ocorrências do segundo choque do petróleo, que não foi surpresa estonteante para ninguém, para a estagflação que se prenunciava pelos anos 77-78, para a própria crise financeira, que também se prenunciava e podia ser visto por quem quisesse ter olhos para ver. Entretanto, enquanto fazíamos essas advertências, V. Exª, os seus colegas de Ministério e os defensores aqui no plenário, diziam que éramos os pessimistas, mas que a situação estava sob controle. Eu tenho aqui, e vou poupar os nobre colegas e também não vou gastar meu tempo a ler citações de livrinhos, de pronunciamentos de V. Exª, quando diz que está tudo sob controle, que o mercado está aí, a situação está sendo superada, enquanto nós, ao contrário, advertíamos que não, que V. Exªs estavam trabalhando sempre com as hipóteses otimistas, sem nenhuma margem de segurança, sem aquele mínimo de

margem de segurança que todo administrador competente e responsável deve ter. *(Muito bem! Palmas.)*

Sr. Ministro, não vou permitir também que V. Exª esconda seus erros, sua incompetência atrás dos erros e da incompetência cometidos por outros países, e a perguntar o que poderia ser feito, o que poderíamos fazer. Qual o outro país que fez? Há um outro país que fez, Sr. Ministro. O Brasil, na década dos 30, como todo o mundo, enfrentou uma crise igual ou pior do que essa daí. E o Brasil foi capaz de transformar aquela crise num salto qualitativo da maior importância, porque tinha um Ministro competente, com uma visão larga, que não tinha a miopia das visões estreitas que constitui algo incompatível com o bom desempenho de um ministro de Economia em qualquer país do mundo, porque tinha um Oswaldo Aranha, que foi capaz de decretar a moratória, de voltar-se para o mercado interno e fazer o desenvolvimento deste País a despeito da crise que grassava em todos os países do mundo inteiro.

Sr. Ministro, também não vou permitir a V. Exª que se transforme no defensor da democracia e que diga, agora, que está querendo fazer isso porque é a única solução compatível com o regime de abertura política. Não! Os democratas somos nós, Sr. Ministro, esses que estão aqui e não V. Exª *(Muito bem! Palmas.)* Não lhe dou essa autoridade, porque V. Exª tem um passado incompatível com essas afirmações que, agora, está fazendo. *(Palmas.)*

Sr. Ministro, é difícil para mim debater com V. Exª O debate para ser fecundo exige de ambas as partes um referencial comum, e francamente não existe entre mim e V. Exª Falta justamente esse referencial comum, o que dificulta essa interpelação. Entretanto subo a esta tribuna imbuído do mesmo sentimento de dever quando aqui assomou o nobre Senador Fábio Lucena, ao qual V. Exª não respondeu. Não respondeu e incorreu em crime de responsabilidade, e vai ver que isto é coisa muito séria Sr. Ministro.

Sr. Ministro, não vou me referir aos dizeres e desdizeres de V. Exª, que, mais uma vez eu repito, estão no livrinho preto do Senador Luiz Cavalcante, uma antologia insuperável neste ponto, mas quero começar dizendo, para definir o meu sistema referencial, que eu não acredito nem nunca acreditei que um Governo seja uma entidade eminentemente aética. Não, Sr. Ministro, ao contrário. Acho que o Governo tem, acima de tudo, de respeitar princípios, a começar pelo princípio da verdade; que não é só o princípio da eficácia que vale, até mesmo porque, quando faltam esses outros princípios éticos, se perde o princípio da eficácia por falta de confiança da Nação nas autoridades que a estão dirigindo naquele momento. Acredito Sr. Ministro na sociedade participativa, que é a nova dimensão da democracia. E nesta sociedade na qual eu acredito, não há lugar para os ensinamentos de Maquiavel. Não, Sr. Ministro, a coisa é diferente, nós estamos vivendo um mundo diferente e o que queremos é transformar este País de acordo com as perspectivas desse mundo diferente que estamos querendo defender. Quero também dizer, Sr. Ministro, quando falo para definir outra linha desse meu sistema de referências, que não aceito demissão de servidor público pelo fato do servidor contrariar em pensamento, em artigos, em pronunciamentos, a linha e o pensamento oficial do Governo. Isto nunca houve neste País Sr. Ministro.

Fui servidor público a vida toda, e em muitos períodos desta vida divergi publicamente, através de pronunciamentos, de discursos e de artigos, da linha oficial e nunca temi represália, como nunca temeram os meus colegas. Fui funcionário do Senador Roberto Campos e nunca temi de parte dele ou de parte de qualquer alta autoridade um processo de demissão pelo fato de eu externar esta ou aquela idéia discordante da dele.

Isto está acontecendo, pela primeira vez, neste País, na Secretaria de Planejamento, dirigida por V. Exª Homens, técnicos, economistas, da maior competência, do maior estofo moral, profissional, como Paulo César Tim, Marco Antônio Campos Martins, como Valter Batista Vidal, foram demitidos, postos na rua, porque escreviam artigos e faziam pronunciamentos com os quais V. Exª não concordava e que não agradava a V. Exª Isto para não citar os casos de Marco Antônio Souza Aguiar, de Antônio Barros de Castro, que se demitiram, alegando motivos ligado aética profissional, no caso aí da transformação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor, que, por sinal, também merece um comentário, também não está no meu esquema de referência.

Num momento de crise, num momento em que o desemprego dispara, em que o poder aquisitivo do povo cai, em que a inflação chega a esses níveis, mudando completamente os padrões de consumo, realizar-se uma operação de aperfeiçoamento do cálculo e dos métodos dos índices de preços ao consumidor para, quem sabe, enquadrá-los ainda num nível mais baixo do que o da realidade.

Aliás, é de espantar que a simples comparação, ainda no processo atual, antes da mudança que V. Exª determinou, os índices semestrais do INPC cotejados com os índices semestrais de custo de vida na Guanabara e o índice Geral de Preços, disponibilidade interna, nos últimos seis meses que terminam em maio, apontam uma diferença de 8% contra os salários, 8% a menos no INPC do que nesses dois índices a que me referi.

Não gosto de citar números, mas enfim, maio, o INPC dos últimos seis meses, dá 47.5, enquanto o IGP-DI dá 55.8 e o ICV Guanabara 55.2. Isto antes de qualquer "aperfeiçoamento" do Índice Geral de Preços.

Toda esta Nação se lembra, Sr. Ministro, da comprovada manipulação dos índices de inflação do ano de 1973, e que tranqüilidade terão esses assalariados, os trabalhadores dos nossos dias?

São coisas, Sr. Ministro, que não compreendo, como não compreendo a impassividade de V. Exª ante as acusações que recebe e a zombaria com que as responde. Quando vi um homem, que não é homem leviano, como o Deputado Herbert Levy, um Deputado do seu Partido, chamar V. Exª de mistificador, na televisão, foi algo que a mim até chocou, mas parece que nada choca V. Exª Tem V. Exª uma proteção, um colete antichoque que nos deixa estarrecido.

Sr. Ministro Delfim Netto, não compreendo como um homem possa ouvir tantas referências a um tal Relatório Saraiva, que todos nós sabemos que existe, sem que venha a público prestar esclarecimentos ou à justiça pedir esclarecimentos. Não compreendo. É esta a diferença de referencial que dificulta muito, impossibilita um debate fecundo entre nós.

Entretanto, Sr. Ministro, devo cumprir um dever e, também, vou aqui assinalar a enorme diferença que existe de apreciação, entre nós, quanto aos critérios de avaliação do performance, do desempenho da economia, porque os critérios que conheço são estes: o índice de inflação, o desemprego, as contas externas, a quantidade de insolvências, de insucessos empresariais, enfim, os índices com os quais os economistas do mundo inteiro lidam. Parece que V. Exª lida com outros indicadores, porque continua a dizer, como nesse folheto que nos distribui, que há perspectivas; que as perspectivas são boas, estamos superando. V. Exª diz as coisas com muita facilidade, em várias dessas publicações que tenho. Ouvi V. Exª dizer, há pouco para o Sr. Senador Virgílio Távora, que essa idéia de moratória é uma idéia de irresponsáveis. Ministro essa retórica não convence mais.

V. Exª, em junho de 1981, na Escola Superior de Guerra, dizia o seguinte: "Os senhores devem ter lido os jornais que, diariamente, soltam entrevistas dizendo que era preciso ir ao fundo, tem-se que ir ao fundo." Fundo é o Fundo Monetário. E, dizia, logo a seguir: "Se fôssemos ao Fundo, era o fundo mesmo."

V. Exª foi ao Fundo. *(Risos.) (Palmas.)*

Não é só isso. No livro "trabalho, a receita do milagre", numa entrevista ao programa "Globo Revista" — grande programa —, dizia o Ministro Delfim Netto:

> "...é porque a renegociação é impossível. Se o Governo fosse se meter a fazer uma renegociação, pararia todo o fluxo de capitais e paralisaria todo o processo de desenvolvimento do País. Aí sim, seria o caos. Essas são propostas de pessoas que não têm nenhuma responsabilidade na condução dos negócios deste País. Podem fazer essa proposta, como se faz, alegremente, qualquer proposta. E se nós cairmos nesse engodo, não vamos resolver o propblema deste País. Nós, realmente, vamos cair de joelhos. Esta que é a alternativa proposta."

E V. Exª caiu de joelhos. Buscou a renegociação da dívida. Por que, Sr. Ministro, eu não entendo. Não entendo os critérios com que V. Exª avalia o desempenho. Faz essas afirmações e, depois, faz outras contrárias, razão por que isso impede um diálogo fecundo, impede um debate profícuo entre nós, ou entre V. Exª e qualquer um dos membros aqui da Oposição. V. Exª hoje é um homem, eu acho, que neste País ninguém mais entende. V. Exª é um homem só, como Catilina no Senado Romano, a quem Cícero dizia: "Não tens, Catilina, ninguém mais que sente a vosso lado". V. Exª é um homem que não tem mais ninguém ao seu lado. Se há um consenso, neste País, é este: V. Exª é um empecilho maior para que este País supere a crise que está vivendo *(Palmas.)* E V. Exª não reconhece. Não sei quais os critérios, que coração tem, que sentimentos tem, que alma tem V. Exª que não reconhece este fato, mas nos dá o direito de dizer, não com a eloqüência de Cícero, mas, com a indignação de Cícero: Até quando V. Exª vai continuar abusando da paciência, da intelegência, da boa fé desta Nação? E o que V. Exª está pretendendo, pois faltam dois anos até à sucessão presidencial. Empurrar com o ventre essa crise até lá? Conheço as qualidades do ventre de V. Exª, mas parece impossível tamanha façanha. V. Exª pretende o quê? Abafar os protestos que vêm aí, que estão aí? V. Exª pretende reprimir, todos nós sabemos que V. Exª foi o Ministro que operou um milagre no clima de repressão. V. Exª foi o dirigente da economia no período mais sinistro de nossa História recente! Mas V. Exª está pretendendo o quê? Voltar àquela condição? E, ainda, se dizendo defensor do regime democrata aberto. O que V. Exª está pretendendo, ao manter as linhas dessa política, submetendo o País ao Fundo Monetário Internacional, decretando, provocando uma recessão artificial que leva este povo à angústia e, naturalmente, ao estado de indignação e de revolta que aí está? O que é que V. Exª está pretendendo? Esta é a pergunta que eu me faço e não consigo responder. Pode ser que V. Exª possa nos dizer qualquer coisa hoje.

O SR. DELFIM NETTO (Sem revisão do orador.) — Ilustre Senador Roberto Saturnino, realmente o nosso referencial é extremamente diferente. Vivemos em espaços dificilmente comunicáveis, mas V. Exª veio em auxílio da minha lógica, logo no início da sua proposição, quando disse que Oswaldo Aranha fez a moratória. E o que aconteceu depois? Simplesmenteo que nós conhecemos: ou o Governo do Dr. Getúlio Vargas foi um primor de democracia?

O Sr. Roberto Saturnino — Aconteceu antes, a sua lógica, no caso, é que é falha, aconteceu antes. *(Manifestação das galerias.)*

O SR. DELFIM NETTO — Perdão, o Dr. Oswaldo Aranha fez o quê? Fez a moratória e nós tivemos depois o quê? Tivemos, realmente, um Estado forte. E é isto mesmo! O nosso referencial é tão distante, meu caro Senador, que a comunicação é difícil e V. Exª imagina — eu quero me referir a um problema do Relatório Saraiva.

V. Exª não sabe realmente que eu fui ao Supremo Tribunal Federal pedir que ele fosse apresentado. Fui ao Supremo Tribunal Federal pedir que fosse processado um Deputado que havia mencionado o relatório para que ele fosse publicado e a Câmara dos Deputados não me deu a licença para processá-lo. De forma que, estes são os fatos. O nosso referencial é de fato longínquo, está muito longe um do outro por muitos motivos: primeiro, porque V. Exª foi o único homem, no mundo, que sabia que iria acontecer o segundo choque do petróleo. Escondeu isso de todo mundo. Não contou para ninguém.

O Sr. Roberto Saturnino — Disse aqui da tribuna deste Senado.

O SR. DELFIM NETTO — V. Exª guardou só para si.

O Sr. Roberto Saturnino — Disse, aqui da tribuna deste Senado, e está nos Anais da Casa.

O SR. DELFIM NETTO — Só lamento que esses Anais não fossem publicados em inglês e alemão...

O Sr. Roberto Saturnino — Eu também.

O SR. DELFIM NETTO — ... para que o mundo soubesse que V. Exª foi o único homem, no mundo, realmente, que previu a segunda crise do petróleo. Eu cumprimento V. Exª. O seu espaço é um outro espaço, é um espaço onde, realmente, as visões são mais claras e se pode ver o que acontece no futuro.

V. Exª menciona que não aceita os argumentos. Isso não significa nada, eu também não aceito os seus. De forma que, até aí, as coisas empatam. Quando V. Exª diz: "se formula uma política sem nenhuma margem de segurança"... Não é verdade! V. Exª é um Engenheiro, e sabe que, por maior que seja uma margem de segurança, V. Exª pode ter um acidente. De forma que a formulação, e nem sequer eu usei como argumento o fato de que os outros países não tivessem uma oposição tão competente como V. Exª para terem, todos eles, caído no buraco negro. Não invoquei esse argumento. Não pensei nunca que, se todos tivessem uma oposição tão competente como V. Exª, não teria havido nenhuma crise no mundo. O argumento invocado não foi esse, meu nobre Senador. O argumento invocado foi o contrário: foi o de que o limite de segurança, por maior que seja, pode encontrar o seu limite superior. E V. Exª procurou inverter o raciocínio. É óbvio que se alguém pudesse ter previsto isso, meu ilustre Senador, o mundo seria diferente; o mundo seria totalmente diferente e, não só o mundo a que V. Exª se referiu; não é o mundo latino-americano que está em dificuldades; é o mundo europeu, é o mundo socialista, que estão ainda em maiores dificuldades do que o nosso mundo. Por quê? Porque não havia limite de segurança, simplesmente porque não havia lá uma oposição competente para dizer, no Congresso polonês, que iria acontecer a segunda crise do petróleo. Será que houve esse problema e aconteceu a mesma coisa nos Estados Unidos e no Canadá? Obviamente, não se trata disso, nobre Senador. Trata-se, realmente, de uma situação completamente diferente e imprevisível. Só no espaço de referência de V. Exª, nesse espaço misterioso que nos separa, em que V. Exª tem visões grandiosas e visões do futuro, é que V. Exª podia apontar, e devia ter apontado ao mundo, que o mundo se aproxima de uma grande dificuldade e da bancarrota. V. Exª perdeu uma oportunidade inestimável.

O Sr. Roberto Saturnino — Não perdi, Exª

O SR. DELFIM NETTO — Vamos dizer, é o mundo que já estava se aproximando dessa crise. Ora, nem V. Exª, nem ninguém. Essa é que é a grande verdade.

O Sr. Roberto Saturnino — Não. Essa é a grande mentira. *(Palmas.)*

O SR. DELFIM NETTO — Essa nem V. Exª e nem ninguém. *(Palmas.)* Se fosse possível uma previsão da segunda crise do petróleo — a primeira nem se fala — se a segunda fosse previsível a situação do mundo inteiro teria sido diferente, a situação de todos os organismos internacionais, de todos os mecanismos financeiros internacionais, que teriam produzido uma reação de caráter diferente. Não é correto, meu ilustre Senador, dizer que haja essa capacidade de previsão e nem que ela seja uma das características, uma das condições do seu mundo próprio de referência.

Quanto ao problema do INPC, V. Exª se esquece que o INPC é um índice nacional, é a média de nove índices. E, se V. Exª tomar um período um pouquinho mais longo, esses índices todos coincidem, todos os índices convergem, praticamente, para o mesmo número, por uma razão que V. Exª conhece melhor do que eu, que é a lei dos grandes números. V. Exª sabe que não precisa sequer ponderar, não é preciso qualquer ponderação, basta juntar uma série maior de cem ou duzentos preços e eles convergem para a mesma média. V. Exª conhece, esse é um teorema comum de cálculo de probabilidade que todos conhecem. De forma que não existe nenhuma possibilidade de uma divergência maior, entre esses índices, quando se toma um período um pouquinho maior.

V. Exª fez referência, e essa a grande injustiça, a grande injustiça a que V. Exª se referiu e não pode provar, porque foi feito, aqui, neste Congresso, uma CPI sobre o problema 73. Nunca houve nenhuma manipulação de índices, porque é impossível manipular um índice, é impossível, porque trezentas ou quatrocentas pessoas participam da feitura do índice. Houve uma CPI, neste Congresso, que terminou de que forma? Terminou corrigindo os índices do DIEESE, não os índices da Fundação, onde o DIEESE aperfeiçou os seus índices e com que recursos? Do próprio Ministério do Planejamento. De forma que nunca houve manipulação nenhuma. Esse é o desejo escondido de V. Exª, de que aquilo não tivesse acontecido. Infelizmente, Senador, aconteceu mesmo, a inflação caiu mesmo, houve saldo no balanço de pagamentos, o Brasil cresceu mesmo 14% e não adianta agora, ficar preocupado com isso. Vai voltar a crescer, quando superadas essas dificuldades, a despeito do risinho de V. Exª, a despeito das graças que V. Exª pretende fazer, a despeito de tudo aquilo que V. Exª pretende saber e não sabe, a despeito de tudo aquilo que V. Exª pretende que descobriu e ainda não viu, a despeito desse espaço diante do qual V. Exª está escondido, e é um espaço privilegiado, o espaço que lhe permite prever todas essas crises, que lhe permite prever todas as dificuldades. Esse espaço privilegiado, Senador, V. Exª tem que emprestar ao mundo; não o guarde só para si, não seja tão egoísta, informe ao mundo dessa sua capacidade magistral de previsão, informe ao mundo de que existe um espaço, dentro do qual, por mecanismos insuspeitos, alguém recebe as mensagens do que está para acontecer. Este é que é, realmente, o fato importante. Nós não podemos e não vamos superar esta crise que vivemos simplesmente porque alguém não gosta de alguém. Isso não tem nada, Senador. V. Exª não gosta de mim e eu não gosto de V. Exª e termina aí.

O Sr. Roberto Saturnino — Agradeço. É pena que esse debate, essa tentativa de debate não se tenha processado há alguns anos, porque tudo que V. Exª está dizendo e que eu dizia à época, eu estaria, quem sabe, anunciando ao mundo, porque com a presença de V. Exª, monta-se...

O SR. DELFIM NETTO — Perdeu uma grande Chance, Senador.

O Sr. Roberto Saturnino — Perdeu o Brasil, não fui eu, perdeu o Brasil, que entrou neste buraco fundo, porque V. Exª continuou dirigindo a economia do País. *(Muito bem! Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Gabriel Hermes.

O SR. GABRIEL HERMES (Sem revisão do orador.) — Sr. Ministro, mudou agora para o Plenário, aparentemente, a posição. Mas, vou levar a V. Exª, também, problemas que nós Senadores, nós parlamentares e a Nação, gostaríamos de ouvir a resposta de V. Exª, a posição e a justificativa de V. Exª

A oportuna exposição de V. Exª mostrou causas que levaram o Brasil ao envolvimento e às dificuldades financeiras atuais.

Acentuou V. Exª a alta do preço do petróleo, no trabalho que nos apresentou, os altos juros, o crescimento dos custos das importações.

Salienta, ainda, a exposição, o esforço do Governo para enfrentar a conjuntura e o sacrifício que exigiu de toda a coletividade brasileira.

Como todos esperam mais detalhes, é expressivo conhecer, já que foram os fatores de terceiros que nos prejudicaram. Que contrapartida estamos recebendo dos parceiros, dos credores, daqueles com quem lidamos?

A) Dos banqueiros que elevaram os custos do dinheiro;

B) Dos Srs. do Petróleo que multiplicaram os custos;

C) Dos que nos vendem e aumentaram os seus custos e, paralelamente reduziram os preços que pagam pelas nossas exportações — do ferro e quase todas as outras, principalmente no campo mineral.

As nossas perguntas, e procuraremos reduzi-las para que V. Exª disponha de tempo para responder, objetivam esclarecer. Esclarecer, e eu digo sem receio, à própria Nação, os meios empresariais e trabalhadores.

A primeira colocação que faço a V. Exª é a seguinte:

Mesmo que o esquema de ajuste financeiro proposto pelo Governo aos banqueiros internacionais, na reunião de 20 de dezembro passado, *pudesse ser fielmente* executado, as importações ficariam contidas ao nível de 16 a 17 bilhões de dólares. Dada a correlação que, certamente, existe entre o nível de importações e o nível de atividade, as importações contidas seguem aquele ritmo de atividade industrial e, conseqüente desemprego. Para os anos seguintes a 1983, se o endividamento externo deve ser refreado, e é preciso gerar saldos contínuos e substanciais no balanço de comércio, certamente as importações continuarão contidas.

Diante de tais pressupostos, qual seria a estratégia a médio prazo para a criação de empregos, de vez que a correlação entre o nível de importação e o nível de atividade industrial indica que o setor industrial, mesmo na hipótese de substituição de importação não terá ampla resposta para o problema do emprego.

Esta é a primeira questão que coloco e que vou, depois, encaminhar a V. Exª

Um outro problema que preocupa, porque vou selecionar alguns, é o seguinte Sr. Ministro:

Os empresários do setor industrial, através de sua entidade superior a CNI, vêm há algum tempo ponderando que a situação das contas externas não devem servir de pretexto para a não formulação de um plano econômico que permita ao senhor e a outros ministros da área econômica, um documento em que estão formuladas sugestões visando a programação da economia no ano de 1983. "Política industrial e a programação do setor externo para 1983: elementos para um programa de ajuste *positivo*. Por que o Governo alega impossibilidade da execução de um plano na presente conjuntura?

É a pergunta que coloco e que interessa a todos os meios empresariais do Brasil.

Ainda uma outra, Sr. Ministro:

2 — Existe uma grande preocupação em toda sociedade brasileira com a renegociação de nossa dívida externa. O Governo tem sugerido que enquanto não forem os mesmos concluídos não poderá o País programar sua recuperação. Por sua vez, existem fortes indícios de que necessitaremos de, pelo menos, de 5 a 10 anos para equilibrarmos nossas contas externas. O que diz o Sr. Minis-

tro a respeito? Quando o Brasil poderá se reencontrar com o desenvolvimento de que tanto necessita, pelo menos para poder absorver os contingentes de mão-de-obra que, a cada ano, procuram empregos nas empresas?

E permita que cite só mais uma das perguntas que colecionei, as quais encaminharei a V. Exª para facilitar.

3 — Alguns ilustres economistas, como o Professor Octávio Gouvêia de Bulhões, estão propondo um tratamento drástico visando baixar a inflação. Como o Sr. Ministro encara esta proposta tendo em conta que as empresas já se encontram no limite de sua capacidade de resistência e se tiverem de enfrentar restrições ainda maiores mesmo que por um curto período a ruptura será imensurável?

Como vê V. Exª, Sr. Ministro, são perguntas objetivas, são fatos que estamos vivendo, nós, os empresários, os nossos trabalhadores e, naturalmente, ressentindo-se toda a coletividade.

São posições que precisam, realmente, de esclarecimento, e nenhuma ocasião melhor do que eu, um homem que sou do grupo do PDS, que sou do Partido do Governo, trago para V. Exª São problemas que preocupam, sobre os quais há divergências, sobre os quais as opiniões não são conciliatórias, a de V. Exª e a de economistas ilustres e respeitáveis.

São estas perguntas, Sr. Ministro que coloco, com o desejo de esclarecimento que precisamos ouvir.

Encaminho mais duas, que V. Exª poderá responder oportunamente:

4 — De um modo geral a situação da empresa privada é bastante difícil para a média e pequena no entanto está se tornando insuportável: veja-se o caso do setor têxtil do Nordeste como por exemplo da gravidade do momento. Como o Governo está encarando o quadro atual e de que maneira poderá efetivamente apoiar uma recuperação segura? A nosso ver os recursos hoje disponíveis (BNDES — SUDENE e outros) são insuficientes.

Existe a necessidade de um amplo programa de capitalização dessas empresas, o que o Governo se proprõe a realizar?

5 — Em forma recorrente, o País tem assistido a "estouros" na conta petróleo. Isso se deve ao fato do reajuste da taxa de câmbio ser repassado com atraso ao preço do barril de petróleo e conseqüentemente aos derivados. Entende-se que tal acaso decorre da preocupação em não pressionar em demasia os índices de preço numa economia indexada. Mas, a contrapartida é certamente na cobertura do "estouro". A expansão da base monetária e por conseguinte a pressão inflacionária fica apenas inserida no tempo.

Não seria melhor fazer a correção imediata no preço do petróleo pela taxa de câmbio e, ir pouco a pouco desindexando a economia com uma correção monetária gradualmente menor que aquela apontada pelos índices de preço?

O SR. DELFIM NETTO (Sem revisão do orador.) — Muito obrigado a V. Exª, nobre Senador Gabriel Hermes.

A primeira pergunta de V. Exª refere-se, realmente, às contrapartidas. À contrapartida a respeito do aumento do preço do petróleo, à contrapartida a respeito do aumento da taxa de juros, à contrapartida a respeito de uma queda dos nossos preços. Infelizmente, ilustre Senador, aqui não há contrapartida, aqui V. Exª tem, realmente, condições de mercado que acabam determinando esses preços. No caso do petróleo, estamos diante de um sistema carterizado, que aceitou agora uma redução de preços, não se sabe, realmente, até quando, isso vai depender da visão de algumas pessoas mas, por enquanto, não se tem uma idéia.

Quanto ao problema de preços, dos produtos que exportamos, já começa a haver uma pequena recuperação. A expansão nos Estados Unidos e a baixa na taxa de juros nos mercados americano e europeu têm estimulado a formação de alguns estoques e existem uns primeiros sintomas, uns primeiros sinais de uma recuperação de preço. Isto aconteceu com a soja, o milho, o açúcar, o cacau. Há claros indícios de que os preços não deverão continuar caindo, deverão, isto sim, ter uma pequena recuperação.

A minha convicção é de que esta recuperação não será nada dramática, ela não será de molde a criar pressões inflacionárias muito importantes nos países desenvolvidos. Mas, do nosso ponto de vista, podem ser modificações muito importantes. Não poria de lado a possibilidade de que os preços de exportação cresçam alguma coisa parecida com 10% no decorrer de 1983, se persistirem as condições atuais, isto é, se continuar a recuperação da economia americana e de algumas economias européia e japonesa, e se a taxa de juros continuar no nível atual. Se isto acontecer, nós teremos uma contribuição importante, porque uma modificação de preços dessa ordem pode representar alguma coisa parecida com 2 bilhões de dólares, em termos de receita adicional de exportações. Significa, realmente, um ganho líquido que não está sendo esperado. O efeito final depende também do que vai acontecer com os preços dos produtos que importamos. Alguns metais, também, já têm revelado uma elevação de preços, de forma que é difícil fazer um balanceamento, ter um resultado final que possa nos dizer se a modificação de preços será ou não favorável ao Brasil. Acredito que, tendo sido tão desfavorável no passado recente, é muito possível que essa modificação de preços, se vier, traga algum benefício para o Brasil.

O segundo problema era o da ligação entre importações e produto. Tem toda razão V. Exª quando diz que existe uma estreita ligação entre o volume das importações e o volume do produto; é esta uma das razões que impede a realização de um desenvolvimento apoiado no mercado interno.

Por que nós confiamos na possibilidade de reduzir as importações a 17 bilhões de dólares sem causar nenhum problema na produção industrial, principalmente? Porque, primeiro, ela está apoiada numa redução do dispêndio do petróleo, que deve ser alguma coisa parecida com um bilhão e meio, mais ou menos a metade da diferença que estamos esperando; e segundo, porque o grande corte nas importações, ilustre Senador, se fez no setor Governo, onde estão terminando os grandes projetos. Desta forma, nós estamos substituindo uma parcela daquelas importações, que iriam para o setor Governo, por importações que vão ao setor privado. Isto é, a redução das importações é mais dramática no setor Governo do que no setor privado. É exatamente por isso que a produção tem-se realizado sem nenhum empecilho maior, uma dificuldade aqui ou ali, que tem sido corrigida com rapidez pela CACEX.

A sua terceira questão é interessante, diz: por que não há um plano? Há um plano, sim. É porque há um programa de Governo, um programa que tem três objetivos bem definidos, e que estão sendo perseguidos a cada instante, a toda hora, e com obstinação, que é a ampliação da agricultura, a ampliação das exportações, e a substituição dos energéticos importados. Não existe um plano fazendo metas, quer dizer, estabelecendo para cada um desses objetivos metas quantitativas. Temos, principalmente uma política de preços que conduz na direção da realização desses objetivos. E eu diria, ilustre Senador, que eles estão sendo realizados, eles estão sendo atingidos, tanto a ampliação da produção agrícola, quanto a ampliação das exportações, quanto à substituição dos energéticos importados. E existe, também, uma política industrial, que é executada através CDI, hoje, com uma atividade menor, exatamente porque o nível de investimento também é muito menor. Mas essa política prossegue na mesma direção, que é a direção de aumentar a nacionalização dos produtos importados; é uma política que procura, de um lado, dar à indústria nacional as condições de fazer a substituição de importações e, de outro lado, de caminhar na direção das importações.

V. Exª coloca a pergunta de qual o prazo, realmente, para que possamos nos livrar dessas dificuldades. Eu lhe diria: é muito difícil dizer qual é esse prazo, é muito difícil imaginar que prazo é esse, que certamente é menor do que o estimado de cinco ou dez anos. Eu diria que nós temos pela frente dois ou três anos de dificuldades ainda maiores, mas que devermos caminhar para uma solução externa razoável, neste prazo; muito mais rápido se tivermos sucesso na política de exportação; muito mais rápido se conseguirmos, este ano realmente, superávit de seis bilhões de dólares, nas contas externas: um superávit que dará a possibilidade de, ano que vem, realmente prosseguir numa linha de fazer endividamento crescer menos rapidamente do que o crescimento das exportações e, portanto, caminhar na direção de um índice, digamos, de liquidez mais favorável, com relativa rapidez.

Finalmente, V. Exª se refere à proposta do Dr. Bulhões. Eu tenho o maior respeito pelo Dr. Bulhões. Quando substituí o Dr. Bulhões, no Ministério da Fazenda, em 1967, eu disse que ninguém substitui o Dr. Bulhões, a gente apenas pode suceder ao Sr. Bulhões. O Dr. Bulhões é um dos homens mais competentes deste país, tem as suas idéias, aplicou, algumas dessas idéias, quando foi Ministro da Fazenda, com um sucesso extraordinário. É verdade que era um outro mundo, era um outro país, era um País consideralvelmente menor do que este; era um país onde não existia, realmente, o que ele está propondo extinguir hoje, que foi criado por ele, aliás, que são os vários mecanismos de correção monetária, e que depois foram estendidos por todos nós que passamos pelo Governo. Então, acho que o Dr. Bulhões aponta um fato importante, que é o problema do défict público. Este realmente é um fato importante, um fato que é preciso combater, um fato para o qual é preciso criar as condições para reduzir, e reduzir de forma dramática e rápida. Eu volto a insistir que não se trata apenas do défict do Tesouro federal; trata-se do déficit dos Tesouros estaduais e dos Tesouros municipais; esse déficit que hoje atingiu proporções realmente alarmantes; este défict que produz, e que, no fundo, é responsável, em boa parcela, pelo nível em que se encontra a taxa de juros; esse déficit que é causado pelo Governo Federal e pelos outros governos e tem que ser coibido. Eu não estou tão certo de que uma política tão drástica quanto a que ele propõe seja a correta, neste instante.

A verdade é que, no Brasil, o que distingue um ex-Ministro de um Ministro é que um ex-Ministro já sabe todas as respostas, e o Ministro ainda não. De forma que eu não vejo bem como poderíamos aplicar uma política tão drástica numa situação tão difícil como a atual. Mas, certamente, uma parcela importante das idéias do Dr. Bulhões merece consideração, merece uma análise, porque o Dr. Bulhões é um homem de uma qualidade rigorosamente excepcional, a quem o Brasil deve um trabalho imenso; um homem de coragem e de competência, que todos nós temos, realmente, que respeitar.

O Sr. Gabriel Hermes — Muito obrigado, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Com a palavra o nobre Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro Delfim Netto:

Leio no documento distribuído aos Srs. Senadores, intitulado "O Brasil e a Crise Internacional", o seguinte:

> "Esta ação foi desenvolvida, mesmo diante de um cenário internacional de curto prazo, erraticamente cambiante, porque exigiu ajustamentos súbitos dos instrumentos de política econômica; ajustamentos cuja velocidade confundiu a opinião pública, erodindo, em parte, as esperanças da sociedade brasileira quanto a dias melhores, para a Nação."

Discordo de V. Exª "Ajustamentos cuja velocidade confundiram a opinião pública". O que tem confundido a opinião pública, Exª, são as sucessivas declarações inverídicas das autoridades econômicas deste País; uma hora dizendo que vão ao Fundo, outra hora negando ainda ao Fundo Monetário Internacional; outra hora negando a maxidesvalorização e outra hora dando a maxidesvalorização.

E o que é mais sério, Exª, — e não há aqui nenhuma agressão capciosa — o que é mais sério é que a opinião pública desconhece esses fatos, porque às vezes o Congresso também desconhece, pois é difícil a um Senador da Oposição — e há pouco V. Exª fez uma distinção entre um Ministro e um ex-Ministro — obter as informações necessárias a um debate amplo, por exemplo, com o Ministro do Planejamento.

Mas quando a Oposição consegue, Sr. Ministro, documentações como estas que vou mostrar a V. Exª, e que lamentavelmente, a opinião pública, volto a repetir, desconhece, e é aí que nós entendemos que a frase de V. Exª é infeliz, dizendo que há "ajustamentos cuja velocidade confundiu a opinião pública". O que não é verdade. Documentação, Exª, que chega ao Congresso Nacional não no idioma pátrio, mas em inglês. E não é a primeira vez que o Congresso Nacional recebe informações já atrasadas, já com fatos consumados, não na língua portuguesa, mas na língua inglesa.

E tive oportunidade, Exª, como Presidente da CPI sobre o Acordo Nuclear, de achar um desrespeito ao Congresso Nacional, quando, solicitando informações do problema nuclear, o Congresso Nacional os recebeu na lingua inglesa, como acontece, agora, com o Banco Central.

Mas Exª, se não bastasse, e é por isso que a opinião pública não entende, e nós Congressistas também não entendemos o que se passa nos meandros, particularmente dos acordos assinados hoje com o Tesouro americano, que a documentação enviada, Sr. Ministro, além do idioma inglês, por incrível que pareça, e aqui não há nenhuma acusação gratuita, porque o documento aqui está. O acordo do Presidente do Banco Central no documento enviado de Washington, sem a assinatura do representante do tesouro americano; aqui está o primeiro documento, em que o Governo brasileiro dá o seu acordo, num documento em branco, assinado e enviado pelo governo americano, sem sequer ter a assinatura do responsável pelo envio desta documentação. Poderia haver um engano, num simples documento. Mas aqui está um outro enviado pelo Secretário do Tesouro americano ao Dr. Carlos Langoni, em inglês, também, Exª, e não vou me permitir ler em inglês, que V. Exª fala melhor do que eu. Mas aqui também está o acordo do Presidente do Banco Central, e mais sério, ainda, o acordo do Ministro da Fazenda, sem a assinatura do Governo americano ou da autoridade governamental americana, um documento também enviado de Washington, que as autoridades brasileiras assinaram em branco.

Sr. Ministro do Planejamento, é por isso que a opinião pública se confunde realmente. E aqui está um outro, o Swap Agreement, Tesouro dos Estados Unidos e do Banco Central do Brasil, também, por incrível que pareça, Sr. Ministro, o acordo do Dr. Carlos Langoni, o acordo do Ministro do Planejamento, sem a devida assinatura de Mr. McNamara, em branco também. Um documento que veio de Washington, e o Brasil dá o acordo em branco, Exª É isso que confunde a opinião pública; é isso que mostra, exatamente, o que tentou dizer a V. Exª — e vou me permitir complementar algumas argüições do Senador Fábio Lucena na resposta que V. Exª deu a ele, porque esses acordos assinados com o Tesouro americano, também no nosso entendimento, ferem a nossa soberania, ferem os princípios estabelecidos pelo Congresso Nacional.

V. Exª respondeu ao Senador Fábio Lucena — e nós consideramos a sua resposta improcedente — que a Carta Constitutiva do Fundo Monetário Internacional estaria a autorizar qualquer governo do País-membro a pactuar com quem bem entenda, em flagrante desrespeito às normas de Direito Interno.

Isso não é verdade, Exª, pela simples razão de que o referido ato constitutivo do Fundo Monetátio Internacional não poderia estabelecer regras jurídicas de ordem interna — jamais poderia acontecer isso. De resto, cumpre acrescentar que, de fato, não existe nenhuma norma nos estatutos do FMI aprovados pelo Congresso Nacional, que outorgue tais prerrogativas ao governo de países-membros.

Em segundo lugar, devo esclarecer a V. Exª que comete um equívoco elementar, ao distinguir o Tesouro Nacional do Estado brasileiro. O Tesouro nada mais é do que o patrimônio estatal, confundindo-se, portanto, com a própria pessoa jurídica de Direito Público, que é o Estado.

Não há passe de mágica, Exª, capaz de iludir esta Casa ou a Nação, de que os acordos financeiros se distinguem dos demais atos firmados em nome do País. E o que é mais sério, como eu disse aqui, acordos assinados em branco, Sr. Presidente, enviados de Washington, em que as autoridades brasileiras deram o seu aval, deram o seu acordo, sem sequer constar a assinatura do funcionário dos Estados Unidos.

Acordo, Sr. Ministro do Planejamento, é qualquer ato gerador de obrigação juridicamente vinculante, seja ela de natureza financeira, comercial, ou qualquer outra.

Mas continuo, Sr. Ministro, nos minutos que me restam. É muito fácil ao Governo brasileiro — e nós temos assistido isso, Sr. Presidente Nilo Coelho — culpar o petróleo pela crise atual. Mas o Ministro do Planejamento em nenhum momento se referiu aos erros da política interna, Sr. Presidente e Srs. Senadores. Erros da política interna, por exemplo, Sr. Ministro do Planejamento, nessa Ferrovia do Aço, no meu Estado de Minas Gerais, que começou sem planejamento, que os empreiteiros tiveram ordem de serviço sem qualquer plano de viabilidade técnica, uma obra que hoje neste País ninguém sabe o custo, quando se poderia empregar esta verba na chamada "linha de centro" da antiga Central do Brasil, no Programa Nuclear e, pasme a Nação brasileira, que só a Usina de Ângra II vai custar ao País, 420 bilhões de cruzeiros. Qual é o dólar, Exª? Não é o dólar de 500 cruzeiros, nem o de 700 cruzeiros, mas o dólar referencial — e aí vale a palavra "referencial" — de 140 cruzeiros.

Sobre esses erros internos, oriundos de uma política econômica desastrosa, os homens do Governo não falam à Nação brasileira. Só falam na crise do petróleo, colocando o bode expiatório no petróleo.

Recordo aqui um curioso episódio e permita-me V. Exª que lembre — não sei se verdadeiro; se não o for, V. Exª, por favor, terá a oportunidade de me corrigir —: conta-se que um jovem, começando a sua vida, e estando com o ex-Governador Adhemar de Barros, perguntou-lhe por que pretendia fazer um planejamento. Era a perquirição daquele jovem já deslumbrante, inteligente, que seria relevado ao Brasil, ao Governador Adhemar de Barros, cuja resposta foi a seguinte: "Olhe rapaz porque o primeiro trouxa que passar por aqui, eu dou um livro para ele". O Dr. Adhemar de Barros queria fazer um planejamento, o rapaz perguntou o porquê do planejamento, e ele disse que daria um livro a esse "trouxa que passasse aqui".

Pergunto eu a V. Exª, Sr. Ministro do Planejamento: será que nós somos trouxas em acreditar na Secretaria do Planejamento? Ou será que V. Exª, que era esse rapaz — e agora me cabe a revelação —, já passou a acreditar em planejamento neste País?

Esta história, Sr. Ministro, que não sei se verdadeira, me desperta uma profunda indagação para com o Ministro do Planejamento que, até então, ouviu a lição do velho Adhemar de Barros, eu gostaria de saber se nós, hoje, — Congresso Nacional e opinião pública —, somos trouxas ou não em acreditar nas metas do Governo brasileiro em relação à ordem econômica?

Não sei se V. Exª quis gozar os Srs. Senadores da República, referindo-se às viagens. Eu realmente pouco viajo, Exª, a não ser, às vezes, para a minha querida Juiz de Fora, para Belo Horizonte ou para as pequenas aldeias de Minas Gerais; evidentemente, já fui ao exterior. Eu me reportei, vendo os números de V. Exª, a um fato interessante, que V. Exª devia tomar cuidado doravante, quando diz o seguinte: o País cresceu, de 64 a 73 — os números são de V. Exª — 8,7%; os países da OCDE cresceram 4,5% de 64 a 73; em 74 e 78, o País cresceu 6,9% e os países da OCDE, 2,4%. Veja a coincidência: de 79 a 82, o País começa a cair não cresce. Não sei se é a presença de V. Exª no Ministério, não sei realmente o que aconteceu. Eu não usaria aqui a expressão do "azar" ou do "pé frio", porque o Sr. Presidente possivelmente me chamaria a atenção, mas é uma coincidência interessante a que V. Exª me despertou com as viagens dos Srs. Senadores: de 79 a 82, Srs. Senadores, o Brasil cresceu 3,5%, considerando que em 81 teve um crescimento negativo.

E aqui cabe lembrar, Sr. Ministro do Planejamento, que V. Exª em uma de suas palestras, se não me engano à Escola Superior de Guerra dizia, dentro dessa mesma adjetivação, dentro dessa mesma alocução que V. Exª faz hoje ao Senado da República, com essa sua pregação otimista, que nós, em 1982, teríamos um crescimento de pelo menos, 5%.

V. Exª disse há pouco que o Senador Roberto Saturnino estava com um sorriso nos lábios; agora, que V. Exª já começa a abanar a cabeça, o que realmente nos traz uma certa preocupação se o crescimento é de 5% ou não.

Mas, permita-me, porque teria pelo menos duas perguntas que não pretenderia fazer a V. Exª, mas que devo encaminhar, porque devo cumprir com meu dever nesta tribuna: dizer que nós não acreditamos mais nos números do Ministério do Planejamento, nós não acreditamos mais nas frases otimistas, mas vazias, não nessa diferença referencial a que V. Exª se referiu ao Senador Roberto Saturnino. Eu diria que hoje, entre a Nação realmente e a ordem econômica brasileira há aquele vazio descoberto por um cientista francês entre o anel *a* e *b* de Saturno.

Mas eu encaminharia a V. Exª apenas duas perguntas finais, para terminar essa minha permanência na tribuna, já que fui chamado à atenção pelo Sr. Presidente da Casa. V. Exª pretende retirar o Decreto nº 2.012 dos trabalhadores, esse decreto amplamente inconstitucional?

V. Exª pretende dar alguma coisa a mais aos funcionários públicos do Brasil, ou apenas vamos ficar, Exª, nas palavras elogiosas de V. Exª? *(Palmas.)*

O SR. DELFIM NETTO (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, eu agradeço ao Sr. Senador Itamar Franco.

Primeiro, vou satisfazer a sua curiosidade. Ainda que ele tenha cometido um *non sequitor* evidente, vou satisfazer a sua curiosidade. É verdade mesmo, o Dr. Adhemar pediu-me para fazer um plano e eu lhe perguntei, ainda virgem, "o que o Sr. vai fazer com o plano?" e ele disse-me isso mesmo que V. Exª disse. "Esse aqui é um plano para o primeiro trouxa que passar por aqui eu entregar". E, tanto é verdade, que eu fiz o plano com a maior seriedade e ele não entregou para nenhum trouxa. Nós fizemos um plano, ele teve lá os seus problemas, deixou o Governo, todos nós sabemos como ele administrava. Mas está satisfeito V. Exª na sua curiosidade.

O *non sequitor* é imaginar se quem fez a pergunta pensava como quem deu a resposta. V. Exª jamais poderia imaginar — e se eu tivesse a mesma idéia — não ia perder o meu tempo redigindo o programa que ele havia pedido.

O Sr. Itamar Franco — Felizes daqueles que não foram trouxas, então, naquela época, Exª

O SR. DELFIM NETTO — Há aqui um problema, ilustre Senador, que V. Exª não pode ilidir e nem iludir. Ele fez a pergunta e a resposta não tinha nada a ver com o objetivo que ele desejava para o plano; o plano foi feito com seriedade. Está aí, ainda hoje, nas bibliotecas, aliás na biblioteca do Senado, se. V. Exª, um dia quiser me conceder a honra, consulte e verá.

Quanto ao problema do ajustamento aos problemas referidos a respeito dessas cartas, diz V. Exª que elas estão em branco. Duvido que o original esteja em branco.

O Sr. Itamar Franco — Ah! aí não, vai me permitir V. Exª uma intervenção.

O SR. DELFIM NETTO — Duvido que o original esteja em branco. V. Exª, em algum instante...

O Sr. Itamar Franco — Eu sabia que V. Exª ia dizer isso.

O SR. DELFIM NETTO — V. Exª talvez, pudesse intuir, saber V. Exª não sabia.

O Sr. Itamar Franco — Não, eu já sabia.

O SR. DELFIM NETTO — A sua intuição é profunda, mas não sabia disso.

O Sr. Itamar Franco — Depois de muitos anos a gente já conhece V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho. Fazendo soar a campainha.) — Sr. Senador, não são permitidos apartes.

O Sr. Itamar Franco — Mas veja, Sr. Presidente, que é uma coisa grave.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — O Sr. Ministro vai falar, V. Exª poderá contestar, se houver alguma questão que V. Exª deseje contestar, mas S. Exª não permite apartes.

O Sr. Itamar Franco — Vou aguardar, Excelência, respeitando o Regimento.

O SR. DELFIM NETTO — Qualquer documento como esse, em algum instante, alguém assina inicialmente, não significa que foi assinado arbitrariamente, que a outra parte não saiba do que se trata, o que seria um grande absurdo. Suspeito que esses documentos tenham sido assinados no Brasil, redigidos no Brasil e depois levados por um portador, para receber a assinatura da outra parte. É exatamente o oposto do que supõe V. Exª, a outra parte é que recebeu o papel já assinado, para que o assinasse também. É exatamente o contrário. O fato de estar sendo redigido em inglês é simplesmente uma contingência de que, possivelmente, o Sr. McNamara não pudesse ler português, mas não tem nenhuma dificuldade maior.

O Sr. Itamar Franco — Permite-me V. Exª, Sr. Presidente, para um esclarecimento ao Ministro Delfim Netto?

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Quem pode permitir é o orador.

O SR. DELFIM NETTO — Se V. Exª desejar pode fazer.

O Sr. Itamar Franco — Muito obrigado. Este documento Exª, que estou mostrando ao Senado da República e, que V. Exª diz que não é original...

O SR. DELFIM NETTO — Perdoe-me! Eu não disse que não é original. Eu disse que duvido que o original não esteja assinado.

O Sr. Itamar Franco — Exatamente! Melhor ainda Exª! É exatamente isso. Esse é o desrespeito que tem o Poder Executivo e, particularmente, a ordem econômica que V. Exª representa, para o Congresso Nacional. Porque esta documentação Exª, foi enviada ao Congresso Nacional de forma oficial. Ela não foi buscada no meio da rua. Ela não foi adquirida em nenhum lugar para nenhum funcionário, talvez um desses funcionários que V. Exª possa imaginar demitidos por V. Exª não. Esta documentação e, aí é que está o desrepeito ao Congresso Nacional e, que nós a todo instante mostramos, esta documentação Exª está sem assinatura; V. Exª diz que foi escrita aqui no Brasil. Eu acho que foi escrita de Washington para cá, mas a opinião de V. Exª é contra a minha. Nós temos que verificar isso. Mas, isto, Exª, foi enviado ao Congresso Nacional, sem assinatura do funcionário do Governo americano e, não poderia Exª Teria que constar aqui, sim, a assinatura do funcionário americano. Porque, senão, não podemos acreditar nessa documentação.

V. Exª não tem argumentos para responder a isso. Não foi buscado no chão Exª!

O SR. DELFIM NETTO — Sr. Presidente, a última coisa que eu ia imaginar é que o ilustre Senador Itamar Franco fosse buscar alguma coisa no chão. Este documento foi enviado ao Senado para informação, ilustre Senador; por isso que está assim...

O Sr. Itamar Franco — Ah! Exª, para informação? Um documento da maior seriedade? Sério sim, Sr. Ministro e, V. Exª poderia traduzir o que está aqui em inglês. Como compromete o Governo brasileiro, como se passa por cima, mais uma vez, do Congresso Nacional?

O SR. DELFIM NETTO — Não é verdade.

O Sr. Itamar Franco — É verdade Exª Infelizmente não tem a assinatura de V. Exª

O SR. DELFIM NETTO — Vou responder, agora, à sua quarta questão, em que V. Exª coloca o problema de confusão entre o Tesouro e o Estado. No Decreto-lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, art. 11, está escrito o seguinte:

> "O Tesouro Nacional, contratando diretamente, ou por intermédio de agentes financeiros, poderá aceitar as cláusulas e condições usuais nas operações com organismos financiadores internacionais, sendo válido a compromisso geral e antecipado de dirimir, por arbitramento, todas as dúvidas e controvérsias derivadas dos respectivos contratos."

Não há, portanto nenhuma...

O Sr. Itamar Franco — Olha a interpretação que está apresentando. V. Exª quer interpretar desse jeito. V. Exª talvez pense que o Congresso Nacional não precisa existir.

O SR. DELFIM NETTO — Não se trata disso, nobre Senador, não há sequer... V. Exª tenta fazer inferências que não são justificadas pelas premissas. V. Exª se referiu ao problema da maxidesvalorização, que se negou a maxidesvalorização. V. Exª me faz lembrar algumas pessoas que imaginavam que era necessário anunciar a maxidesvalorização. Meu nobre Senador...

O Sr. Itamar Franco — Para alguns, é sempre anunciada.

O SR. DELFIM NETTO — Não é verdade. O Sr. Senador deu um nome, não faça acusações dessa forma.

O Sr. Itamar Franco — V. Exª disse numa entrevista e então aproveito para cobrar o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho. Fazendo soar a campainha.) — O Senador Itamar Franco, o Ministro Delfim Netto não permite apartes, V. Exª poderá falar...

O Sr. Itamar Franco — Mas o Ministro está dialogando, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Ele não está dialogando. Está assegurada a palavra ao Ministro Delfim Netto e ele tem apenas dois minutos.

O Sr. Itamar Franco — Mas ele aceitou o diálogo, Sr. Presidente, ele não contestou. *(Manifestação das galerias.)*

O SR. DELFIM NETTO — Por respeito a V. Exª, que é um grande lógico.

O Sr. Itamar Franco — Eu sou um democrata, Excelência!

O SR. DELFIM NETTO — Não, V. Exª é um mágico! *(Manifestação das galerias.)*

O Sr. Itamar Franco — Sou um democrata! *(Risos.)* Sr. Ministro...

O SR. DELFIM NETTO — Pois não, estou com a palavra, se V. Exª me permite eu gostaria de terminar. *(Manifestação das galerias.)* Quando chegar a minha vez de argüir, Senador Itamar Franco, V. Exª fique tranqüilo.

O Sr. Itamar Franco — Nós esperamos que um dia V. Exª se sente no plenário do Senado Federal.

O SR. DELFIM NETTO — V. Exª perguntou, afinal, por que não se alteram alguns desses programas, como a ferrovia do aço, construída na sua terra, a NUCLEBRÁS, que está sendo feito. O Governo tem realmente reduzido o ritmo dessas obras de forma importante. Essas obras foram iniciadas em períodos em que as disponibilidades de recursos eram diferentes e, durante todo este período, nós tivemos procurando reduzir. A ferrovia do aço está hoje com o seu ritmo extremamente reduzido, a NUCLEBRÁS está hoje com o seu ritmo extremamente reduzido, nós vamos terminar as duas usinas que estão em construção, as outras duas deverão esperar até que a situação seja diferente, e é o caso da Ferrovia do Aço. Foram ajustados os cronogramas de forma a reduzir o ritmo de construção da obra. Aqui eu fico muito feliz, que V. Exª, um mineiro, recomende a paralisação da Ferrovia do Aço. Isso fala muito a favor do patriotismo de V. Exª Fala, realmente, a favor do trabalho sério que V. Exª tem feito, e eu me congratulo com V. Exª de que um mineiro peça a suspensão da construção da Ferrovia do Aço. Nós vamos procurar atendê-lo. Eu acho que era exatamente o que faltava. Era o apoio de Minas para terminar a Ferrovia do Aço.

O Sr. Itamar Franco — Sr. Ministro, aí cabe uma intervenção.

O SR. DELFIM NETTO — Não cabe não! Porque a palavra está comigo.

O Sr. Itamar Franco — V. Exª me dê um aparte?

O SR. DELFIM NETTO — Não cabe não! Agora não cabe não!

O Sr. Itamar Franco — Ah! Agora não cabe?

O SR. DELFIM NETTO — Não cabe não!

O Sr. Itamar Franco — Agora não cabe. V. Exª não quer deixar eu entrar no trem de V. Exª

O SR. DELFIM NETTO — V. Exª vai entrar no trem quando ele passar pela Ferrovia do Aço. Por enquanto não! *(Risos.)*

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. Itamar Franco — É, Exª! V. Exª agora tem que permitir.

O SR. DELFIM NETTO — Nesta carona agora V. Exª não entra!

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. Itamar Franco — Agora V. Exª não quer permitir?!

O SR. DELFIM NETTO — Agora só me falta 1 minuto, ilustre Senador, e eu não vou sacrificar o meu minuto para que V. Exª embarque no meu trem. V. Exª procure o seu trem!

O Sr. Itamar Franco — Eu não quero embarcar no seu trem. Eu não quero ir para o fundo no seu trem! Pelo amor de Deus!

O SR. DELFIM NETTO — Para o fundo V. Exª não vai, V. Exª fica em cima. O seu trem vai chegar no lugar certo.

O Sr. Itamar Franco — O meu vai!

O SR. DELFIM NETTO — Esse é que é o ponto. De forma que, realmente, fico feliz, honestamente, que V. Exª tenha recomendado isso. Vejo que, pouco e pouco...

O Sr. Itamar Franco— V. Exª está querendo caminhar para o deboche. Mas não vamos aceitar o deboche de V. Exª e o Presidente da Casa não pode permitir o deboche aqui.

O SR. DELFIM NETTO — Não há deboche aqui.

O Sr. Itamar Franco — Eu não aceitarei o deboche de V. Exª

Eu não saio desta tribuna com o deboche de V. Exª Em absoluto! Lamento que os Srs. Senadores do Partido do Governo tenham essa atitude para com seus colegas. *(Palmas.)*

O Sr. Aloysio Chaves (Fora do microfone) — V. Exª foi quem começou o deboche.

O Sr. Itamar Franco — Lamento, Sr. Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE — (Nilo Coelho. Faz soar as campainhas.)

O Sr. Aloysio Chaves — Foi V. Exª quem impediu o diálogo do Ministro. Foi V. Exª quem impediu o Ministro a concluir a sua exposição.

O Sr. Itamar Franco — Não estou impedindo o Ministro; o Ministro pode falar o que quiser mas tem que ouvir o que eu quiser também.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Senador Itamar Franco, por favor permita ao Ministro Delfim Netto que conclua a sua exposição.

O SR. DELFIM NETTO — Eu já concluí, Sr. Presidente.

O Sr. Itamar Franco — Não! A pergunta sobre o Decreto-lei nº 2.012 e sobre o reajuste dos funcionários públicos Exª

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — O tempo do Ministro está terminado. S. Exª responderá por escrito a V. Exª

(Manifestações das galerias.)

O Sr. Itamar Franco — É isso, Exª

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — A galeria não pode se manifestar!

O Sr. Itamar Franco — É isso, Exª É por isso...

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — A galeria não pode se manifestar. Não insista porque eu mando evacuar.

O Sr. Itamar Franço — Sr. Presidente, lamento a minha retirada da tribuna desta forma.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Tem a palavra o nobre Senador Murilo Badaró.

O SR. MURILO BADARÓ (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr. Ministro:

V. Exª, Sr. Ministro é, certamente, um homem polêmico e verificamos, hoje, desta tribuna que V. Exª, também, é um emérito polemista. E acho que é muito bom que muitas pessoas discordem de V. Exª Às vezes é até necessário, porque a democracia se faz exatamente no contraditório que não existe nos países socialistas, por exemplo, ou nos países comunistas.

A democracia se aperfeiçoa, se esmera exatamente neste tipo de comportamento aqui identificado por todo o Senado e pelas galerias que aqui nos honram com a sua presença. Mas, certamente, Sr. Ministro, e eu talvez seja um dos que mais tenha discordado da atuação e de alguns atos de V. Exª Mas mesmo discordando, não há ninguém neste País que possa ouvir calado acusações desrespeitosas que foram feitas contra V. Exª aqui desta tribuna.

V. Exª pode ter errado é natural que tenha errado, mas ninguém pode acoimar V. Exª de traidor da Pátria! Ninguém! *(Palmas.)* A não ser que esteja traindo a verdade, a não ser que esteja faltando com a boa fé e é muito natural isso, Sr. Ministro, essa algaravia da Oposição, já conhecemos isso de longa data.

Há Governadores da Oposição que assumiram os palácios mas não desceram dos palanques até hoje. E esse clima de palanque, alguém vai dizer, o palanque é a trincheira da democracia, e é verdade, mas só que para debater assuntos tão sérios quanto o da economia do País, é preciso descer do palanque e cuidar seriamente no trato das diversas questões.

Dizem aqui que V. Exª — e leram aqui várias declarações contraditórias de V. Exª, e quantas contradições V. Exª tem cometido pelo tempo afora na sua vida de economista, de homem de Governo, de intelectual. Mas a Igreja, agora, acabou de reabilitar Galileu Galilei, que quase foi lançado nas fogueiras da Inquisição, do tempo, por ter modificado o conceito geocêntrico para admitir que a Terra gravitava em torno do sistema solar e, hoje, a Igreja se penitencia publicamente do erro.

Acusaram Bismarck de ser contraditório no parlamento alemão e ele preferiu uma resposta que ficou incorporada aos anais do parlamento alemão como uma das respostas mais inteligentes: "Só não contradizem aqueles que não têm idéias".

Agora, certamente, V. Exª tem um estilo todo peculiar. Se V. Exª fosse um homem do parlamento, V. Exª teria revidado no mesmo tom, no mesmo diapasão, com as mesmas farpas, com os mesmos apodos, com as mesmas chupas, todas as imprecações que foram dirigidas contra V. Exª Mas o seu estilo é um estilo, digamos. *ex-cathedra*. V. Exª é um homem acostumado a ministrar aulas, o seu dabate se processa, normalmente, em ambientes onde não há tanto calor, costuma haver mais luz, mas V. Exª presta, e o Senado também presta e os Senadores da Oposição também prestam, um grande serviço a esta democracia que a própria Oposição se encarrega de dizer que não existe no País. Esta é que é a verdade.

A Oposição agride o Governo todos os dias e todos os momentos e ainda não estávamos numa democracia e nós acabamos de assistir a este espetáculo democrático, aqui no Senado. Isso faz parte da cena da Oposição. A Oposição tem que representar a sua cena e uma das primeiras lições que um velho político mineiro me ensinou, foi a de que nós devemos sempre permitir que o outro ator represente o seu papel para que se forme, de maneira completa e imperativa, a grande cena do jogo democrático.

É verdade, Sr. Ministro, e V. Exª há de entender isso; as acusações aqui feitas não resistem a uma análise mais profunda. Eu apenas faço isso porque quero homenagear V. Exª, homem que tem recebido com sobranceria, com extrema dignidade, toda essa tempestade de críticas que se projetam contra o Governo e V. Exª as recebe com a maior tranqüilidade, com a maior serenidade, procurando mostrar à Nação a verdadeira face das coisas que, certamente, não se compagina com a paixão e o emocionalismo que costumam dominar o discurso radical.

E aí, Sr. Ministro, para mostrar que eu tenho muitas discordâncias com alguns pontos de vista da sua gestão; não me satisfizeram as suas explicações com relação ao problema dos juros. V. Exª atribui o problema dos juros altos ao problema do déficit público. E o eminente Senador Roberto Saturnino, que é uma das figuras mais respeitáveis deste País e deste Congresso tímbra, na sua doutrinação, em advogar no Brasil maior grau de intervenção do poder público que, via de regra, se mostra incompetente e ineficiente na gestão das suas coisas...

O Sr. Roberto Saturnino — (Fora do microfone) — Nem sempre!

O SR. MURILO BADARÓ — Quase sempre, quase sempre! E aí está a França afogada na agitação, pela tentativa frustrada e vã de se implantar, lá, um regime socialista num país de formação e de cultura capitalistas. Aí estão várias experiências na Europa. E V. Exª disse-o bem, são hoje os países da cortina de ferro, aqueles que estão amargando, mais pesadamente, os erros dos regimes que adotaram e as conseqüências dos maus governos, sobretudo as conseqüências funestas e nefastas da intervenção desmesurada do Poder Público.

Ministro, imagine V. Exª se admitíssemos que esse grau de intervencionismo estatal aumentasse ainda mais, o que seria então do País? Mas eu quero perguntar a V. Exª: Se o Governo dispõe de controle, exatamente porque chegamos a um alto grau de intervencionismo de todo o sistema econômico, põe e dispõe sobre a economia, até porque a Constituição lhe faculta isso, então como é possível o Governo, dispondo desses elementos, sobretudo dessas copiosas forças, não faça com que os juros baixem? E, Ministro, não há nehuma economia no mundo que resista as atuais taxas de juros do País. Há empresas, há fazendeiros, há pequenos proprietários que, hoje, estão sendo seduzidos pela falácia do mercado de capitais, pelo *over nigth* e pelo *open market*, porque esses rendimentos superam e muito os parcos rendimentos que obtêm nas suas pesadas, ásperas e duras atividades. Por que, Ministro? E esta fórmula, eu tenho a impressão de que V. Exª já examinou — por que não taxar os ganhos de capital, que é uma maneira de forçar a baixa dos juros, tornando mais sedutoras as cadernetas de poupança, onde, hoje, está localizada a grande força da economia nacional com cerca de 40 milhões de depositantes.

Certamente, Ministro, a simples explicação de que os juros altos têm como matriz e como causa o déficit do setor público não satisfaz a opinião pública. E eu estou aqui, desta tribuna, para fustigar V. Exª no sentido de obter uma resposta mais decisiva, mais esclarecedora sobre o problema dos juros no Brasil.

O SR. DELFIM NETTO (Sem revisão do orador.) — Obrigado, ilustre Senador Murilo Badaró, eu diria só duas palavras a respeito das suas considerações. Eu lhe diria que a crítica me comove. Quando se demonstra o teorema, eu normalmente sou reduzido à verdade. O palavrório não me intimida. A falta de lógica me causa um certo espanto, para não dizer outra coisa. Agora, quando se demonstra o teorema, aí sim, aí eu cedo.

O Sr. Murilo Badaró — Eu espero que o teorema dos juros esteja bem demonstrado.

O SR. DELFIM NETTO — Agora, vou responder a V. Exª Quando eu disse que realmente a causa da manutenção dessas elevadas taxas de juros são o déficit público, eu devia ter aduzido mais uma outra causa, que o chão da taxa de juro no Brasil é dado, digamos, pelo nível da taxa de juro lá fora, e pela perspectiva de correção cambial. Mas, basicamente, quem causa a manutenção dessas elevadíssimas taxas de juros é o Governo. Por que mecanismo? Eu vou procurar explicar isto.

O Governo já controla hoje, talvez, entre dois terços e três quartos dos investimentos deste País. Quando as

pessoas imaginam que estamos caminhando para um regime de economia de mercado, comete um sério equívoco. Nós já estamos num regime em que o Governo controla o grosso dos investimentos.

O Sr. Murilo Badaró — V. Exª está quase próximo do sonho do Senador Roberto Saturnino.

O SR. DELFIM NETTO — Não, o Governo controla. Eu não disse que controla nem bem nem mal, ele faz um julgamento de valores que ainda não fiz.

O Sr. Murilo Badaró — Estou dizendo o controle em si mesmo, e não o julgamento de valores sobre a qualidade do controle.

O SR. DELFIM NETTO — No meu espaço, isso aqui é muito ruim.

O Sr. Murilo Badaró — Que Deus nos livre dessa presença hipertrofiante do Estado.

O SR. DELFIM NETTO — Então, o que acontece? Os Governos estaduais, municipais, aí no caso as grandes metrópoles, e Federal controlam três quartos dos investimentos deste País.

Então, o que está acontecendo? Todos esses Governos embarcaram, realmente, em programas extremamente ambiciosos de investimentos. Todos esse programas — e ainda há pouco ouvimos referência aqui a alguns programas — foram iniciados num período onde os recursos eram mais abundantes, onde existia um superávit orçamentário mais tranqüilo. Esses programas foram iniciados e têm, normalmente, taxas de retorno interna extremamente baixas, em torno de 5, 6, 7%. A rigor, hoje, seriam investimentos que não deveriam prosseguir. Mas por que prosseguem? Esta é a pergunta fundamental. Por que, aparentemente, o governo que tem todo o poder, não estanca esses investimentos? Porque, meu ilustre Senador, a racionalidade aqui obriga a que faça o cálculo da taxa de retorno na margem. Normalmente, cada investimento desse já tem 20%, 80%, 90% do seu trabalho realizado, está faltando uma pequena margem para que ele termine. Quando isso acontece, o Governo decide, para evitar um mal maior, prosseguir no investimento. Isso acontece com os Governos Estaduais, com o Governo Federal.

Os Governos estaduais, principalmente os que agora estão na mão da Oposição, estão começando a aprender que têm de decidir a cada instante se vão parar ou prosseguir. Estão, também, usando o mesmo tipo de raciocínio. Eles têm quem pensa, e ficam imaginando o que falta para terminar a usina tal? Estão faltando, agora, 500 milhões de dólares. Se eu puser os 500 milhões de dólares, ou seja lá o que for, ela passa a produzir, daqui a um ano, um bilhão de dólares. Ela custou 12 bilhões de dólares, se eu fosse fazer um cálculo completo da taxa de retorno, é um investimento que não devia ser feito. Mas como o que está aplicado está aplicado e eu não posso mais considerar e eu tenho de considerar a taxa de retorno na margem, considerada a taxa de retorno na margem, chego a de 16% ou 17%, e decido contiuar. Se eu decido continuar, tenho duas opções: ou aumento a tributação, ou faço um empréstimo público. Para aumentar a tributação existem duas formas: ou emito pura e simplesmente, o que é uma forma extremamente inconveniente, ou realmete recorro à colocação de títulos públicos e, neste caso, pressiono realmente a taxa de juros para o nível da taxa de retorno do investimento na margem. O que é isto? É a forma mais grosseira de socialização possível. Significa o seguinte: o cidadão que ia fazer sua fábrica de sapatos não pode fazê-la, porque vai o Governo e se apropria — ele jamais terá uma taxa de retorno de 17% desse recurso para terminar a Ferrovia do Aço.

Esse mecanismo é o mecanismo pelo qual se acaba empurrando a taxa de juros e mantendo-a em patamares extremamente elevados, porque o setor privado não pode competir com o Governo. Então, é preciso realmente compreender esse fenômeno, para corrigir uma outra falácia. V. Exª se referiu a uma falácia de que, hoje, se tem o mercado financeiro, as pessoas trocam papel.

O Sr. Murilo Badaró — Mas não é falácia, Sr. Ministro, é uma verdade.

O SR. DELFIM NETTO — Só para complementar: a grande verdade é que esta aparência simplesmente cobre um fato substantivo importante, que é o Governo se apropriando mais e mais de recursos do setor privado. Não existe uma ciranda de papel, como se diz, o que existe é o Governo insaciável tomando cada vez mais recursos do setor privado, para determinar os seus próprios investimentos. Isso em todos os níveis. Essa é a questão fundamental, que tem de ser resolvida, esta é a questão contra a qual nós estamos lutando há três anos. E cada vez que você tenciona parar um investimento; quando V. Exª pensa nos investimentos que devem ser parados, V. Exª imagina as dificuldades políticas que são terminar o investimento. Os interesses consolidados em torno de cada um desses investimentos, tornam rigorosamente impossível a sua sustação.

O Sr. Murilo Badaró — Permita-me uma intervenção, Ministro?

O SR. DELFIM NETTO — Pois não.

O Sr. Murilo Badaró — Apesar de ser anti-regimental, mas o Senador Itamar Franco fez boa jurisprudência aqui.

O Sr. Itamar Franco — Foi delicadeza do Sr. Ministro.

O Sr. Murilo Badaró — É claro. É evidente. Mas, já houve também outras intervenções.

Ministro, acontece o seguinte, desculpa-me V. Exª Mas, essa é uma explicação que não convence.

O SR. DELFIM NETTO — V. Exª permite eu terminar a explicação então...

O Sr. Murilo Badaró — V. Exª teve uma recaída no seu economês. V. Exª estava falando então politicamente desta tribuna. Mas, a verdade é que a opinião pública não absorve esse argumento, se o Estado é o detentor de todos os mecanismos de controle. Ora, se o Estado é que faz o papel e, através dele, se apropria de parte dos recursos privados para custear os seus investimentos, por que o Estado não encontra um mecanismo de correção que pode ser feito até através do tributo?

Eu chamaria a atenção de V. Exª para recordar, apenas, o seguinte fato: quando o Ministro da Educação, Rubem Ludwig, pediu a V. Exª que imaginasse uma fórmula para atribuir ao seu Ministério recursos a fim de prover necessidades urgentes daquela pasta, V. Exª estabeleceu uma taxação sobre os lucros dos bancos. Quando o Governo criou o FINSOCIAL, não me recordo bem, economistas do porte do nobre Senador Roberto Saturnino, Maria da Conceição Tavares e outros tantos aplaudiram essa medida do Governo de uma forma até exuberante. Por que não seguir a mesma trilha para forçar a baixa de juros e fortalecer, com isso, as cadernetas de pouçança, não taxar os ganhos de capital?

O SR. DELFIM NETTO — Muito obrigado. Se V. Exª me permitir gostaria de terminar o meu raciocínio para responder essa última questão.

É exatamente esse o mecanismo pelo qual o Estado se apropria de mais recursos. Gostaria, para terminar, de dizer o seguinte: desde 1824 o mercado mostrou que o título colocado é simplesmente uma antecipação do imposto. V. Exª tem toda a razão, está chegando a hora em que esses empréstimos vão-se transformar em impostos mesmo, inexoravelmente. V. Exª tocou na ferida e é o que vai acontecer. Nós, simplesmente, estivemos antecipando, rodando...

O Sr. Murilo Badaró — Sim Ministro, mas nós estamos buscando uma economia de mercado.

O SR. DELFIM NETTO — Veja uma coisa. Ou se controla o déficit público, ou realmente, a economia de mercado desaparece, porque é através do deficit público financiado, ou por um imposto inflacionário, ou por uma antecipação de imposto que ocorre colocação de títulos públicos, que o Governo se apropria desses recursos. V. Exª tem toda a razão quando diz: é preciso criar tributo que permita ao Governo terminar esses investimentos, sem recorrer ao mercado de capitais e, portanto, sem fazer pressões adicionais sobre a taxa de juros. V. Exª tem toda a razão e estou plenamente de acordo.

O Sr. Murilo Badaró — Espero que V. Exª execute a medida.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Álvaro Dias.

O SR. ÁLVARO DIAS (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro Delfim Netto:

O Senador Murilo Badaró, que me antecedeu nesta tribuna, demonstrando a sua aversão ao palanque, porque dele não necessitou para aqui chegar, *(Manifestação das galerias.)* fez a defesa do Ministro e, com o brilhantismo com que defendeu o Ministro, por certo, não deve ter razões para fugir dos palanques. E, ao defender o Ministro, enfatizou características especiais que eu concordo. Concordo, porque, diante de lances de certa comicidade que aqui assistimos, eu tenho que concluir: não há apenas semelhança física entre o Ministro Delfim Netto e um conhecido ator de televisão neste País. *(Risos.)*

Mas o povo brasileiro já está cansado do deboche e nós não pretendemos seguir pelos caminhos do deboche. Eu ouvi, Ministro, de V. Exª repetidamente, sobre a existência de uma crise: a crise do petróleo. Mas, há uma crise maior: a crise de credibilidade, que é a filha deste tempo de mentira governamental que vivemos no Brasil. Eu poderia citar inúmeras frases que fizeram com que a população passasse a descrer definitivamente do Ministro, dos seus colegas de Governo. Cito algumas, especialmente, porque o Ministro falou nesta tarde, insistentemente, também, em lógica, falta de lógica. Vejo no comportamento do Governo exatamente um comportamente antilógico. Em outubro, de 82, o Ministro Delfim Netto dizia: "Estamos no fundo do poço, e, daqui para frente, as coisas só podem melhorar". E melhoraram, como melhoraram, Ministro! Em setembro, o Sr. Carlos Langoni, Presidente do Banco Central, dizia: "O Brasil tem gás para escapar do FMI". E escapou! Ainda em novembro, o Ministro da Fazenda Ernani Galvêas, o homem do ano dizia: "O Governo não iniciou negociações com o Fundo". Mas logo depois, alguns dias depois: "Qualquer dia nós vamos ao Fundo só para satisfazer a imprensa". E satisfez a imprensa! Ele mesmo dizia, poucos dias depois: "O Brasil recorrerá ao FMI em busca de 6 bilhões de dólares". E eu pergunto, Sr. Ministro, a V. Exª: Onde está a irresponsabilidade? Naqueles que defendem com brilhantismo, como Teotônio Vilela, ou Celso Furtado, uma moratória, ou naqueles que debocharam do povo e da imprensa com afirmativas dessa natureza? Tenho a impressão de que V. Exª errou o alvo, esse recado deve ser enviado para outro endereço.

Vejo, neste comportamento do Governo na condução da política econômica do País, que ela é determinada sob o signo do cinismo. Há uma dose excessiva de cinismo nos homens responsáveis pela política econômica do Governo. E quando nós falamos que não se acredita mais no Ministro, nos Ministros, e no Governo, temos que ir

além, porque não somos apenas nós os brasileiros que não acreditamos mais. Lá fora também não acreditam.

O Globo de hoje, Sr. Ministro, traz citações do jornal de *Frankfurt Allgemeine*, que:

> .."considera que o País está atravessando uma das suas piores crises. Em uma reportagem de primeira página, ele afirma que os brasileiros apresentaram um situação "cor-de-rosa" aos bancos internacionais e faz uma comparação entre os números estimados pelos programadores da economia e os números reais, que dão um saldo negativo para o País.
>
> "Os brasileiros teriam feito melhor se tivessem colocado sobre a mesa os números efetivos", afirma o jornal.
>
> O *Frankfurt Allgemeine* disse que essa tática, além de não ter funcionado, prejudicou a boa fama que os brasileiros tinham no estrangeiro.
>
> "Não sobrou muito da fama que o Brasil teve, durante anos, de um País com uma política de dívida externa exemplar e transparente. A reputação da liderança econômica foi bastante prejudicada no estrangeiro. Enquanto isso, já há representantes de bancos europeus e americanos que vêem em Delfim Netto, outrora louvado como o pai do milagre econômico brasileiro, mais uma carga do que um trunfo para o Brasil."

Portanto, não somos apenas nós, não somos nós da Oposição e não é apenas o povo brasileiro que não mais acredita nos homens do Governo. E V. Exª há de convir conosco: ninguém conseguirá êxito em empreitada alguma, sem credibilidade. É triste ter que afirmar e é difícil, até impossível, acreditar em V. Exª, quando fala que este é o caminho, porque o Delfim de hoje que fala que este é o caminho é o mesmo Delfim do milagre brasileiro, é o mesmo Delfim da manipulação dos dados de 1973. E V. Exª fala em acidentes. Os fracassos são acidentes. Mas quantos acidentes, Sr. Ministro! De acidente em acidente, o povo vai se machucando e nós temos que concluir que, na verdade, o maior acidente nacional é a presença desta equipe, conduzindo a política econômica do País.

Mas, eu não venho aqui pedir, Sr. Ministro, a sua renúncia. Isto não seria novidade. Vários companheiros do seu Partido já pediram a sua renúncia e a dos seus colegas de política econômica do Governo. Porque, para nós, a renúncia de V. Exª não seria solução. A solução seria uma renúncia maior; seria a mudança do regime, seria a mudança do modelo político e econômico através de eleições diretas, ou de uma Assembléia Nacional Constituinte. Por isso, não viemos aqui pedir a renúncia de V. Exª

V. Exª fala em eficácia. Gostaríamos de saber quais são os critérios adotados por V. Exª, para definir a eficácia da política econômica, porque eu não posso ver uma política econômica eficaz, quando ela produz a maior dívida externa; quando ela joga o País à condição de campeão mundial de inflação, campeão de dívida externa, campeão de dívida interna, campeão de dívida social. Não sei e eu gostaria de ouvir de V. Exª, depois, quais os critérios que adota para estabelecer a eficácia da política econômica vigente no País. Eu gostaria também que V. Exª explicasse melhor. Falou que moratória determinaria fechamento. Eu gostaria de saber que fechamento: fechamento político, ditadura, que tipo de recado é este, Sr. Ministro? Mas, eu gostaria também que V. Exª tivesse oportunidade de responder às perguntas do Senador Itamar Franco, que não respondeu, a respeito de Decreto-lei nº 2.012, que, acima de tudo, é inconstitucional, numa demonstração de que este Governo não respeita nem mesmo o que ainda resta de lei neste País.

V. Exª fala em chegar a 6 bilhões de saldo comercial. Mas como fará para reduzir em 15,2 o serviço da dívida, tendo promovido uma renovação maciça dos financiamentos a curto prazo?

Como baixar para 3 e meio bilhões o balanço de serviços, se essa conta tende a acompanhar o volume de comércio que se mostra incompreensível nos últimos anos?

Como fechar a conta financeira em apenas 7,5 bilhões em vermelho, se falharem as previsões de investimentos diretos?

Digamos, entretanto, Sr. Ministro, que estas questões possam ser solucionadas por V. Exª

Mas, ainda assim, ficam-nos sérias inquietações e vamos chegar à pergunta do Senador Itamar Franco: para obter êxito, nessa empreitada, teremos que realizar um enorme esforço de exportações e arcar com uma brutal contenção das importações. Teremos que reduzir em 13%, neste ano, as importações, exceto o petróleo de 9,8, em 82, para 8,5, em 83.

Vamos trabalhar duro, Sr. Ministro, para pagar os nossos credores. Mas, podemos matar de fome o povo, ainda mais que se terá que aumentar essa aplicação de trabalho a um novo arrocho salarial e S. Exª afirmava ao Jornal *O Dia* que, rebaixando os reajustes salariais, estaria buscando aumentar o nível de emprego e diminuir a angústia dessa rotatividade feroz.

Ora, desde a outorga do malsinado Decreto-lei nº 2.012, passaram-se mais de 15 semanas ou 4 meses, durante os quais, manteve-se contínua e inexorável a rotatividade e o desemprego.

Tanto que nem a mudança da metodologia da pesquisa mensal de empregos consegue esconder. Em São Paulo, de lá para cá, o desemprego aumentou em 3%. E, com essas taxas de juros, empurradas pelo Governo, mantendo-se tão elevadas, essas dispensas não pararão de ocorrer nem com dez decretos dessa natureza.

Sr. Ministro, atendo ao apelo do Presidente da Casa. Eu gostaria que V. Exª dissesse à Nação se o Governo pretende manter esse Decreto nº 2.012, que é um crime que se comete contra os menos privilegiados desse País.

Sabemos, como disse o Senador Fábio Lucena, sabemos que a Nação conhece as suas respostas. Mais uma vez, vamos ouvi-las e, como sei, não poderei debater com V. Exª, pois permitido não será, deixo essa tribuna para ouvir a resposta de V. Exª ao lado dos companheiros na Bancada da Oposição.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. *(Muito bem!)*

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Sr. Ministro, com a permissão de V. Exª, nos termos regimentais, a Presidência propõe ao Plenário a prorrogação do tempo da presente sessão por 60 minutos. *(Pausa.)*

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovada.

Fica prorrogada a sessão pelo prazo mencionado.

Concedo a palavra ao Ministro Delfim Netto.

O SR. DELFIM NETTO (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o ilustre Senador Álvaro Dias cometeu várias impropriedades e vários equívocos. O maior deles todos, ao final da sua exposição, quando, realmente, confundiu o saldo da balança comercial com o saldo em conta corrente.

Para quem quer argüir isto é, realmente, imperdoável. Confundir serviços com Balanço Comercial, começar a misturar a exportação e a importação com o problema de balanço em contas correntes, significa que não se entendeu absolutamente nada do que se está tratando. O déficit no balanço comercial é que é de 6 bilhões de dólares; o déficit em contas correntes é de 7.9 bilhões de dólares, este é que contempla os movimentos de capitais. E era isso que era preciso corrigir, inicialmente.

O segundo argumento diz respeito à credibilidade, credibilidade que o Brasil demonstrou, mais de uma vez, quando negociou com os banqueiros internacionais os seus quatro projetos. Credibilidade que o Brasil demonstrou, mais de uma vez, quando foi capaz de superar a maior crise que se tem, desde a II Guerra Mundial, sem, realmente, ter recorrido à suspensão de pagamentos. Credibilidade que o Brasil está a demonstrar, a cada instante, na medida em que vai manobrando essa dívida.

Não importa o que pensa o ilustre Senador da Oposição. S. Exª tem que pensar é isso mesmo e é uma pena que não peça a minha renúncia. Deveria pedir, pois essa é a sua função. Não deveria ficar preocupado com isso não. Deveria pedir a minha renúncia, se estou prestando tão maus serviços. Seria uma coisa muito interessante para V. Exª a minha permanência e não a minha renúncia. De forma que isso são formas que não levam a coisa nenhuma, são proposições que não conduzem a nada, são simples jogos de palavras, simples brincadeira que não condiz com a seriedade com que deve ser tratado um assunto como este, principalmente para quem não sabe a distinção entre balanço comercial e balanço em contas correntes.

O segundo problema, V. Exª puxa um jornal, um jornal respeitável, uma notícia de Frankfurt, pena que não tivesse lido em alemão, porque teria crescido o espetáculo de uma maneira extraordinária, imagine realmente em alemão o que está escrito lá, que significado maravilhoso teria, e como ficariam pequenos todos os seus interlocutores, diante dessa manifestação de informação. O que significa, afinal de contas, um correspondente de Frankfurt mandar uma notícia? Que significado maior tem, com relação à credibilidade da Nação ou do Ministro, um correspondente dizer que ouviu de um banqueiro desconhecido, de um cidadão desconhecido, num bar desconhecido, *off the record*, o seguinte. Que significado maior pode ter uma proposição como essa? Que interesse pode ter uma notícia como essa, para a elevação dos debates numa Casa tão séria como esta? Qual é a manifestação de credibilidade ou não, a que pode levar uma transcrição de uma transcrição de uma conversa não ouvida? Quem não tem credibilidade é que imagina que pode usar argumentos como esse. Há argumentos muito mais simples, muito mais diretos para serem utilizados. Não é preciso, realmente, ficar imaginando que em alguma casa de salsichas e chopps alguém fez uma declaração em alemão para que fosse transcrita em português.

E mais grave do que isso, porque termina V. Exª, depois de uma arenga extraordinária, o que nos privou desse alemão magnífico, dizendo "portanto". Portanto, coisa nenhuma! Como, portanto? Nas suas premissas não se conclui coisa nenhuma, das suas premissas não se tira nenhuma conclusão. E ilógico é V. Exª — e não antilógico — é ilógico mesmo, de tudo que V. Exª disse não sobra nenhum argumento para resposta. Mas, vou responder sobre o 2.012, porque V. Exª fica imaginando que estou aqui morrendo de medo de dar essa resposta. Só não a dei ao ilustre Senador Itamar Franco porque faltou-me tempo, porque o ilustre Senador tomou uma parte do meu tempo.

Enviamos a Mensagem para o Congresso, hoje é um problema político que está sendo discutido no Congresso. O Governo está tratando disso politicamente e vai continuar a tratar desse assunto desta maneira. De forma que o ilustre Líder do PDS na Câmara, está tratando desse assunto, e é ele quem vai continuar cuidando disto.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Campos.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Sr. Presidente:

Não era minha intenção intervir neste debate. Sou bastante metódico para primeiro aprender. Pretendia devotar os meus primeiros dias no Senado Federal, simplesmente, a uma tarefa de aprendizado. Mas, Sr. Presidente, não posso deixar de protestar contra o personalismo injurioso que degrada o debate desta Casa. *(Muito bem! Palmas.)* E posso fazê-lo com autoridade, pois adquiri muito mais a tecnologia de "bode expiatório" do que de promotor de acusação.

Sr. Presidente, esta Casa deve discutir temas e soluções. A injúria personalística é o argumento dos que não têm argumentos. *(Muito bem!)*

Quais são os temas e soluções que devemos discutir? A primeira coisa a saber é quais as opções reais da socieda-

de. E a sociedade é confusa e contraditória, muitas vezes, em sua opções, ou às vezes se recusa mesmo a fazer opções concretas. Acho que o nosso problema, quando da adptação à crise do petróleo, foi exatamente a recusa da sociedade em fazer opções cruéis. Essas opções poderiam ser o quê? Uma recessão catártica, como fizeram os países da Organização e Cooperação Econômica e Desenvolvimento, OCDE? Não, a sociedade não queria parar de crescer. E o que o Governo fez, com o Ministro Simonsem e depois o Ministro Delfim, foi meramente registrar essas preferências da sociedade. Eu teria feito diferente, porque sou basicamente um pessimista. Mas reconheço que eles interpretaram melhor a urgência nacional de continuar a crescer, a despeito da conjuntura adversa. Essa opção tinha conseqüências. Ao nos recusarmos a aceitar uma recessão, estávamos indiretamente aceitando, ao invés de conter a demanda global, expandir o mercado interno, como tantos pregam, através da substituição de importações. Mas, a substituição de importações cobra um preço. Um desses preços é a inflação, outro preço é o endividamento. Porque, todo mundo sabe, a substituição de importações não significa um espetacular surto imediato de produtividade. Pelo contrário, a produtividade da indústria, durante o seu período de aprendizado, é baixa. Somente terminada a curva de aprendizado é que a produtividade ascende a níveis razoáveis. A substituição de importações, maciçamente como fizemos, — buscando simultaneamente várias alternativas energéticas e lançando grandes projetos industriais — é inflacionária. E é também, uma receita de endividamento, porque, no período que medeia entre o investimento e o seu produto, há importações adicionais de insumos e há dívidas a pagar.

Meus senhores, não tenhamos ilusão. A sociedade fez, como um todo, as opções erradas. E não vi nenhuma voz protestar contra o crescimento econômico que, segundo o Ministro Delfim Netto, ocorreu em nível auspicioso após a crise do petróleo. Repito, eu não teria feito essas opções, mas sou um mau intérprete das opções da sociedade. Mas não ouvi da Oposição protestos contra o crescimento; também não ouvi da Oposição nenhuma aceitação realista de medidas recessivas. Quem pregou a austeridade, quem aceitou a recessão como processo de ajustamento, foram o Professor Bulhões e o Professor Goudin, os grandes profetas que, por isso mesmo, não são politicamente idolatrados.

O Professor Bulhões me disse outro dia que, pela primeira vez, em muitos anos, se sentia satisfeito, porque um dos seus ferrenhos opositores, que o dizia obsecado com ajustamentos recessivos, foi procurá-lo para dizer: "bons tempos aqueles maus tempos". Isto significou para o velho uma grande satisfação.

Meus senhores, a sociedade brasileira é contraditória, mais contraditória que o Ministro Delfim Netto. A sociedade quer o combate à inflação; não quer nenhum dos métodos de cura da inflação; a sociedade, face à inflação, é como o músico que dizia: "eu odeio a música Wagner, mas não posso suportar outra". É isso que a sociedade está dizendo.

O que se diz contradição da parte do Ministro Delfim Netto, é contradição num sentido inflexível do termo. Outros chamariam uma adaptação sinuosa e flexível à conjuntura, o chamado jogo de cintura, talento de que infelizmente careço.

Uma vez, nas Nações Unidas, senti-me inteiramente acuado pelo Delegado Soviético — Fionov. É que eu, habituado a não receber instruções do Itamaraty, fabricava minhas próprias instruções, e decidi tomar posição contra a tese dos países devastados pela guerra, que queriam reservar para si próprios o Fundo de Assistência à Infância, o FIS. Eu queria que o critério para o auxílio das Nações Unidas não fosse a devastação da guerra, e sim o grau real de pobreza infantil. Sem eu saber, os países devastados pela guerra se haviam mobilizado, através de suas Embaixadas no Rio de Janeiro, conseguindo que o Itamaraty apoiasse aquela tese. Eu persisti num posicionamento contrário. Mas notei no delegado russo um certo sorriso irônico. Quando cheguei ao escritório da Delegação, verifiquei que as instruções do Itamaraty eram totalmente contraditórias. No dia seguinte tive que desdizer-me. E o delegado russo me perguntou, com ar sarcástico: "Noto uma certa contradição na posição do Delegado brasileiro". Safei a onça respondendo-lhe: — "meu caro Sr. Fionov, a contradição é o privilégio dos homens inteligentes, das mulheres bonitas e dos governos realistas". *(Risos.)*

O Ministro Delfim Netto nos disse várias coisas importantes; uma é o seu cansaço, a sua fadiga, com a enorme dimensão do déficit do setor público, a elefantíase do setor público. Mas eu duvido que os membros da Oposição, que tanto se queixam da política atual, estejam dispostos a recomendar a privatização maciça das empresas. Quero ver quem tem coragem de pedir a privatização das empresas da PETROBRÁS... Um dos fatores de déficit público é o gigantismo das empresas estatais, que cresceram desmesuradamente, abocanhando uma fatia que pertencia ao setor privado. Isso explica, em grande parte, a alta da taxa de juros. Todos aqueles que pedem a baixa da taxa de juros fazem-no com uma convicção patriótica, de que isso é necessário. Mas se esquecem de promover as medidas a isso conducentes. Qual a medida mais compatível com a redução da taxa de juros — a eliminação de subsídios! Quem propôs, aqui, a eliminação de subsídios da agricultura? Quem propôs, aqui, a eliminação de subsídios a exportação? Não vejo ninguém, nem na bancada do Governo, nem na bancada da Oposição... Todos se queixam da alta da taxa de juros, sem aceitar os pré-requisitos necessários, como todo mundo quer a cura do câncer, sem a bomba de cobalto.

Caro Ministro Delfim Netto, tenho duas perguntas a lhe fazer; a primeira é: qual a sua visão da conjuntura internacional? E até que ponto ela evoluiu para nos trazer algum alívio?

Minha impressão pessoal é de que o alívio de nosso constrangimento externo virá no dia em que se conjugarem três fatores: uma baixa no preço do petróleo, um baixa nos juros internacionais e uma reativação econômica mundial. Mas gostaria de ter a apreciação de V. Exª sobre essas perspectivas.

Minha segunda pergunta seria: que perspectivas reais há de contermos o déficit do setor público, ante essa ambivalência de que todos sofremos. Todos queremos as despesas, mas ninguém quer mais impostos, ou poupar receitas mediante o corte de subsídios.

O SR. DELFIM NETTO — (Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, ilustre Senador Roberto Campos:

Tenho até uma certa dificuldade de dar essa resposta. Reconheço em Roberto Campos, junto com o Dr. Bulhões, realmente, os artífices da grande modernização deste País.

Estou absolutamente certo — e agora me permita que lhe diga, Roberto — de que da mesma forma que procuraram o Dr. Bulhões para dizer "que bons tempos aqueles maus tempos", hoje todos sabem, que bons tempos aqueles em que V. Exª pôde fazer as reformas reclamadas por este País; reformas que permitiram que pudéssemos, depois, caminhar seguramente na trilha do desenvolvimento sem problemas com o balanço de pagamentos e reduzindo a taxa de inflação.

V. Exª tem toda razão quando diz: quais opções. Ninguém faz nenhuma opção; todos querem ambas; ninguém quer escolher nada. A verdade é que todas as pessoas que reclamam, por exemplo, contra a alta da taxa de juros, são as mesmas pessoas que batem às portas do Ministério para aumentar a demanda na indústria de bens de capital.

Todos aqueles que vêm exigir, aqui, uma redução do déficit público são aqueles mesmos que, nos seus Estados — e esses agora governadores da Oposição — vêm conversar comigo para aumentar a sua participação, aumentar o lançamento dos seus títulos públicos, renovar as suas dívidas.

V. Exª tem toda razão, e não é um pessimista, eu diria que V. Exª é um realista. Os argumentos de substituição de importação são perfeitos. Acredito que tive oportunidade de utilizá-los, aqui, na resposta que dei ao ilustre Senador Roberto Saturnino. Nenhum país conseguiu sair de uma dificuldade com balanços de pagamentos através de substituição de importação. Não existe exemplo de que isso tenha acontecido. Nós sabemos que todos aqueles que se meteram nesse caminho, realmente, acabaram com maiores problemas no balanço de pagamentos. E é exatamente por isso que não podemos prosseguir, como não estamos prosseguindo nessa linha.

Quanto ao crescimento, eu disse também que alguns achariam até cínico, e estava pensando que V. Exª iria exatamente se referir a este problema. O fato óbvio, apontado na minha argumentação, nos números que estão aí, quando fiz a minha exposição, e que, infelizmente, ninguém levantou, é que aquelas disparidades de taxas de crescimento é que produzem o déficit.

V. Exª sabe que uma economia como a nossa, a não ser que tenha uma exportação extraordinariamente dinâmica, como teve no passado e como teve nesses últimos quatro anos, não pode ter uma taxa de crescimento muito diferente da do mundo, sem que, mais cedo ou mais tarde, tenha problemas com balanço de pagamentos.

Agora vou às suas duas questões. A minha visão do cenário internacional eu também tive oportunidade de me referir, rapidamente, a isso, no final da minha exposição, é de que caminhamos para uma situação um pouco mais fácil. Acho que o preço do petróleo caiu, não sei se voltará a cair; com as pessoas que converso, infelizmente, o Senador Roberto Saturnino, no seu espaço, não me informou se o petróleo vai cair mais um pouco, o que me permitiria, realmente, melhorar a minha programação, mas há suspeitas de que o petróleo ainda caia mais um pouco, e há informações de que talvez isso aconteça, mas não é seguro.

Com relação à taxa de juros, sabe V. Exª melhor que eu, conhecedor do mercado internacional que é, que todos os banqueiros acreditam numa baixa da taxa de juros. Mas eu também, como V. Exª, aprendi a acreditar, quando todos acreditam na baixa da taxa de juros é preciso desconfiar, porque a credibilidade dos banqueiros não é tão alta quanto se desejaria. De forma que acho que a taxa de juros deve cair um pouquinho, mas não de forma dramática.

De qualquer forma, no caso brasileiro: um dólar no petróleo representa 250 milhões de dólares de economia; e 1%, na taxa de juros, representa entre 500 e 600 milhões de dólares de economia. Essas duas variáveis acho que estão na direção de declinar.

Quanto à reativação, acredito, hoje, que a situação é um pouco mais confortável do que foi há uns dois ou três meses atrás; pelo menos com quem tenho conversado, nos Estados Unidos, começa-se a acreditar que a reativação veio para ficar, e ela é feita com muito cuidado, não está sendo acelerada demais. Acho que, se os preços tiverem uma retomada, realmente, Mister Volcker não vai deixar as coisas caminharem livremente. De forma que tenho a impressão de que a retomada nos Estados Unidos será um pouco mais lenta, mas muito mais segura do que se poderia imaginar. Da mesma forma, as manifestações na Alemanha são na direção de um certo crescimento; na Inglaterra, que V. Exª conhece tão bem, pela primeira vez parece que há alguns sinais realmente de uma reativação. Não encontrei sinais tão flagrantes no Japão, os japoneses estão um pouco assustados realmente com o mercado, e como ele vai ter um superávit de alguns bilhões de dólares, ele fica muito preocupado, achando que aquilo é pouco. Mas, a minha convicção é a de que vai haver uma reativação mundial.

Eu diria hoje, com as informações que nós temos, que nós devemos ter um sinal positivo na direção do preço do petróleo, um sinal positivo na direção dos juros e um sinal positivo na direção da reativação. Aliás, foram esses sinais claros que nos levaram a realizar a desvalorização cambial, que nos levaram a fazer a *máxi*, que era o desejo realmente de engatar o nosso vagão num mundo que estava começando a partir.

A minha esperança é de que isso aconteça. Se isso acontecer, acho que teremos algumas vantagens: primeiro, esta diminuição dos juros e esta elevação da demanda devem elevar discretamente, eu espero, os preços das matérias-primas. Digo discretamente, porque estou convencido de que os Estados Unidos não permitirão uma reativação das expectativas inflacionárias, depois do sucesso que foi a política monetária americana. Nem na Inglaterra acho que se permitiria isso e muito menos na Alemanha. De forma que acho que haverá uma discreta recuperação nos nossos preços de exportação. Por outro lado, a reativação deve ampliar um pouco a demanda de importações brasileiras. Acho que essas três variáveis devem caminhar na direção que estamos esperando. Não espero nada espetacular, mas não espero nenhum sinal negativo nessas três variáveis, no futuro próximo.

Quanto a sua segunda pergunta, eu gostaria de ter uma resposta para lhe dar. Se há alguém que não tem nenhum projeto, se há alguém que nunca promoveu nenhum projeto, se há alguém que apenas tentou cortar projetos, esse é o Ministro do Planejamento. V. Exª, que já viveu essa posição em tempos tão difíceis quanto esses, sabe que todos são a favor do equilíbrio, mas todos também são a favor das obras, todos são a favor de reduzir o déficit, mas todos têm uma prioridade. Acontece, freqüentemente, que as pessoas tentam colocar no orçamento exatamente o que não é prioritário, porque sabem que conseguirão depois, fora do orçamento, o financiamento daquilo que é prioritário.

Tenho procurado seguir as instruções do Presidente Figueiredo, reduzindo o déficit público. Temos realmente reduzido o ritmo dessas obras, temos procurado racionalizar um pouco a aplicação dos poucos recursos de que dispomos, temos procurado reduzir um pouco o subsídio, não na exportação, é verdade, mas nos outros setores, mas creio que neste instante a Nação inteira compreende que é preciso um espaço muito mais forte para reduzir o déficit público, não só o déficit federal, como os déficits estaduais.

É preciso realmente que a Nação tome consciência de que ela não vai poder viver com um déficit que atinge a 9%, 10% do produto, que um déficit como este vai produzir inflações crescentes, um déficit como este não se sustenta a não ser com uma taxa de inflação crescente.

Nós temos que enfrentar esse problema e vamos enfrentá-lo. Ele é duro, ele é amargo, mas acho que nós vamos ter que fazer ainda mais cortes nas atividades do Governo e reduzir alguns subsídios, principalmente no petróleo e no trigo, com maior velocidade. Vamos ter, também, de induzir os Estados a caminharem para o equilíbrio. Não há como deixar de fazer isso, sem realmente incorrer numa inflação crescente que vai terminar, inexoravelmente, ampliando de novo o déficit do balanço de pagamentos, porque essas coisas estão ligadas umas às outras e não podemos correr esse risco.

Acho que este é o momento em que vamos ter que cortar, não só mais um pouco, mas de uma forma dramática, o déficit público, se quisermos realmente privatizar a economia, se quisermos devolver a essa economia a eficiência que vem de uma economia de mercado, se quisermos baixar as taxas de juros. Este é o tema central de todas as nossas discussões, este é o tema central sobre o qual é preciso uma certa compreensão geral.

Hoje, assisti aqui a uma demonstração extraordinária de desprendimento, em que realmente se reconhece que uma obra não tem prioridade e deve ser cortada. De forma que esta é a minha opinião e é isso o que o Presidente deseja.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Sr. Presidente, permita-me apenas um comentário — não é uma pergunta e fa-lo-ei rápido. (Assentimento da Presidência.)

Não consigo compreender a obsessão — que eu diria quase sexual — desta Casa com o problema do Fundo Monetário Internacional. V. Exª mencionou que estive presente à Conferência de Bretton Woods. Àquela ocasião, o Presidente era Getúlio Vargas, o Ministro da Fazenda, Souza Costa, os delegados, Dr. Bulhões e Dr. Goudin — eu era um humilde Secretário, talvez um aprendiz de feiticeiro. Nunca nos passou pela idéia que, após ter comprado uma apólice de seguro-saúde, considerássemos um escândalo recorrer ao hospital. E que, cada vez que isso ocorresse, tivéssemos que enfrentar uma espécie de terremoto institucional. Só assim posso descrever essa obsessiva preocupação com o problema da "independência" no recurso ao FMI. Esse problema não existe.

Os países socialistas vivem falando em independência e auto-ajuda. Mas a China agora se associou ao Fundo Monetário Internacional. Estão sendo executados programas de acordo entre o Fundo Monetário Internacional e a Polônia e Romênia, sendo a Hungria um dos países que melhor se relacionam com o FMI. Nenhum desses países tem receio de que sua independência seja violada, apesar de a instituição ser basicamente capitalista. A Polônia está muito mais ameaçada em sua independência, por quatro divisões blindadas soviéticas que lá estão estacionadas, do que pelo pobre Fundo Monetário. Por que essa obsessão com perda de independência, se a França não a teve, se a Itália não a teve. Hoje, 3/4 dos membros do FMI são países subdesenvolvidos. Eles têm entendimento dos nossos problemas, estão interessados em preservar sua própria independência, e nada indica que queiram roubar a nossa...

O problema de "foro judicial" foi colocado aqui de forma dramática. Mas — meu Deus do Céu, são 134 nações... Há que escolher um fórum judicial, que é simplesmente o foro da sede: se a sede fosse no Brasil, teria sido o Brasil; quando se faz um empréstimo internacional em Londres, os banqueiros querem o foro de Londres. Estou certo de que é compreendido no mundo todo que o credor, que corre o risco, tem o direito de escolher o foro, com o qual esteja familiarizado e cujas regras do jogo conheça. O Banco do Brasil, quando empresta ao Congo ou a Angola, acredito que não vá querer o foro de Luanda ou Brazaville. Nós não conhecemos a legislação desses países, da mesma maneira que os países que nos emprestam não conhecem a nossa legislação, e presumem, não absurdamente, que o foro do País devedor tem uma especial empatia com o devedor e pouquíssima simpatia pelo credor.

Srs., isso é um rudimentar raciocínio, *rudimentary Dear!* Fazer disto um caso dramático, parece-me fora de proporção com a dignidade desta Casa. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao eminente Senador Severo Gomes.

O SR. SEVERO GOMES (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro:

V. Exª nos fez relembrar, esta tarde, uma porção de fatos bastante dolorosos da nossa vida, que foram as maneiras do nosso ajustamento aos desequilíbrios: o primeiro choque do petróleo, o segundo choque do petróleo, o choque da elevação das taxas de juros, quer dizer, o Brasil trabalhou mais, perdeu nas relações de troca, teve encargos muito maiores com relação às taxas de juros quer dizer, transferiu um volume enorme de recursos para fora.

E isto está continuando. Neste ano tivemos agora, dois meses com saldo no balanço comercial, mas que, na verdade, representam redução de importações, revelando o grau de aprofundamento da nossa recessão interna, o grau de aprofundamento do nível de desemprego dentro do País.

V. Exª descreve um cenário onde o trabalho dos brasileiros, para se ajustar a essa ordem, vai sendo constantemente, crescentemente, transferido para fora. De uma certa maneira, o discurso de V. Exª reproduz, em parte, a parte inicial, o discurso do Presidente da República, na Assembléia das Nações Unidas, e que mostra de que forma, não só o Brasil, como todos os países subdesenvolvidos, são pesadamente espoliados nesse processo, aliás circunstância referida por V. Exª

Num País como o nosso, ficar condenado à recessão, condenado ao desemprego, sabe V. Exª que é uma situação insuportável.

Numa conferência de V. Exª na Escola Superior de Guerra, em 1980, está o seguinte:

> "O Brasil é um País com uma população muito jovem e com uma força de trabalho que cresce com muita rapidez. A manutenção das taxas de desenvolvimento é uma necessidade absoluta.
>
> Não podemos imaginar nenhuma solução que dê certo, no Brasil, a não ser que possibilite a solução desses problemas, a manutenção do nível de desenvolvimento. Isso coloca, para os Srs., uma diferença radical entre a posição brasileira e a posição de quase todos os outros países do Mundo atual."

Ora, se sofremos esse processo de espoliação, ficamos aguardando uma retomada de desenvolvimento que possa, amanhã, vir, do que, da retomada do desenvolvimento americano, ou retomada de desenvolvimento dos países industrializados. Na década de 1930, nós também ficamos esperando e não havia retomada nenhuma, até que o Brasil procurou medidas e caminhos heterodoxos e foi feliz na solução que encontrou.

Então, a primeira questão que coloco é: se nós estamos permanentemente aguardando uma retomada da economia mundial e, portanto, deixando de considerar outras alternativas, um projeto nacional que repouse numa mobilização interna, para enfrentar um grande desafio, porque amanhã poderemos nos defrontar com uma nova queda na atividade econômica americana ou mundial e há, hoje, um sem número de economistas americanos, e em todo o Mundo, que não acredita na retomada da economia americana, então nos confrontaremos de novo, para dizer às novas gerações que o Brasil trabalhou duro, tivemos excelentes performances nas exportações, só que exportamos cada vez a preços mais baixos, ajudando o resto do Mundo a viver melhor e tendo que suportar internamente o nível de desemprego com que estamos convivendo.

A segunda questão, Sr. Ministro, diz respeito ao problema do Fundo Monetário Internacional, em que pese a observação do Sr. Senador Roberto Campos, com relação a essa preocupação, que é uma preocupação, hoje, nacional. V. Exª informou que a adesão que o Brasil deu na constituição do Fundo Monetário Internacional, e referendada pelo Congresso, era a peça suficiente para que todos os acordos que viessem a se desenvolver estivessem já, vamos dizer, aprovados aprioristicamente, pelo fato de termos dado essa adesão na constituição do Fundo. Ora, na verdade, a constituição do Fundo nada tem a ver com outras negociações, onde problemas ligados ao futuro do País, ao comprometimento do País, porque esse é o espírito do constituinte, possam dispensar uma aprovação do Congresso. E, gostaria de lembrar os exemplos de outras organizações. O Brasil também compareceu para a constituição da Organização Internacional do Trabalho, para a Organização Internacional do Café. No entanto, todos os anos chegam os convênios que são feitos nessas diferentes organizações, para merecer o referendo do Congresso.

Então, no nosso entender, na verdade, esses acordos todos, eles, em primeiro lugar, deveriam merecer o referendo do Congresso. Em segundo lugar, na medida em que o Estado brasileiro aparece como garantidor de operações do Banco Central, porque é um banco que representa o Governo brasileiro, em que ele aceita o foro externo — e eu digo que as palavras do Senador Roberto Campos, não guardam relação com o nosso passado, porque sempre se discutiu o problema de foro externo. Por isso que a nossa Constituição é clara com relação a essa questão. Muitas vezes houve o caso de se aceitar o juízo arbitral, mas nunca a aceitação do foro externo, como foi aceito nos acordos realizados com os bancos, há relativamente pouco tempo.

Há duas outras questões, Sr. Ministro, que eu gostaria de relembrar. Uma foi a pergunta do Senador Itamar

Franco, a respeito do decreto-lei relativo aos salários dos funcionários, se haveria a disposição do Governo em melhorar a situação, tal como foi colocada e que todos consideram que significa, hoje, uma redução pesada no rendimento dos funcionários.

A última questão foi a dolorosa pergunta feita pelo Senador Roberto Saturnino, a respeito da demissão de funcionários do Governo que eventualmente estariam escrevendo ou criticando o Governo e por isso mereceram um tratamento sem precedente em nossa História. Muito obrigado.

O SR. DELFIM NETTO (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, ilustres Senador Severo Gomes, eu começarei pela quarta pergunta e diria que não é verdade. Estão aí as revistas, inclusive a revista do IPEA, onde se escreve livremente contra o Governo, e a favor do Governo, muito raramente aliás, e nunca ninguém foi demitido por causa disso. É preciso verificar quem foi demitido e por que foi demitido. Ninguém foi demitido por escrever contra o Governo. Estão aí os grandes economistas e reconheço, inclusive, de grandes qualidades, que são funcionários nossos, que estão trabalhando e publicando o que querem, como querem, quando querem, e onde querem.

O Sr. Roberto Campos — V. Exª me permite?

O SR. DELFIM NETTO — Pois não.

O Sr. Roberto Campos — É o que o Senador Roberto Saturnino não disse que foram demitidos os que escrevem contra o Governo, mas deu os nomes de alguns.

O SR. DELFIM NETTO — Eu gostaria de responder. Não existe nenhuma possibilidade disso ter acontecido. Eu vou tomar os nomes e me comprometo a enviar aos Srs. o porquê de terem sido demitidos. Mas posso assegurar, agora, que nada tem a ver com que eles escrevem. Deve ter sim, com o que eles não escrevem, com o que eles não trabalham, isso sim. Nós vamos ver isso. V. Exª me permite, eu vou responder de baixo para cima. Quanto ao 2.012, eu já respondi; disse que é uma questão política, está colocada na Câmara e o ilustre Líder Nelson Marchezan está negociando. É um problema inteiramente político.

O Sr. Severo Gomes — Trata-se do Decreto-lei com relação aos funcionários públicos?

O SR. DELFIM NETTO — Com relação aos funcionários públicos não há nada a fazer, é o que está lá mesmo. *(Risos.)* Mesmo porque a magnitude do déficit não permitiria sequer qualquer magnanimidade. Quanto ao FMI, permita-me V. Exª discordar, de novo. Acho que não há necessidade do referendo, nós temos ido ao Fundo 15 vezes, seguimos rigorosamente o ritual que sempre seguimos, não há nenhuma necessidade, na minha opinião, de fazer isto; há certamente uma possibilidade de discussão sobre isto e estou absolutamente convencido de que fizemos o procedimento absolutamente legal e correto. Eu compartilho da opinião do ilustre Senador Roberto Campos absolutamente de que criamos em torno disso uma grande discussão, não sobre as questões substantivas, mas sobre as questões adjetivas. O Fundo Monetário foi criado por nós e por todas as outras nações, para ser um instrumento de auxílio quando houvesse um desequilíbrio fundamental no balanço de pagamentos. Ele é um instrumento ao qual recorrem nações do mundo capitalista, nações do mundo socialista, seja lá quem for, nas condições em que ele coloca. E que é que ele coloca? O maior absurdo é imaginar que o programa do Fundo exige uma recessão, pois todo mundo sabe que seria uma coisa inteiramente incrível se reunirem as nações do mundo para cada uma, de cada vez, exigir das n-1 restantes uma recessão. Não tem cabimento. Nem o acordo que nós assinamos que é *Stand Facility*, ela, pelo contrário, prevê certo tipo de crescimento sem o qual nós não podemos viver.

A frase que V. Exª leu, é verdade. E aquilo que penso no mesmo. Só que existe um limite para as possibilidades de crescimento, e infelizmente, esse limite, hoje, é dado pela capacidade de endividamento. Esse limite hoje é dado pela nossa capacidade de gerar exportações.

Nós estamos procurando realizar um desenvolvimento e vimos nos recuperando lentamente da crise de 81 na direção que me parece a mais correta, e que acho que é a única realmente existente, que é ampliar as exportações.

É claro que as relações de troca se alteraram contra o Brasil, mas não vamos transformar isso, meu ilustre Senador, na velha tese do Prebisch, de que há uma deterioração permanente das relações de troca. Hoje, ninguém mais leva isso a sério. Nós tivemos uma deterioração conjuntural das relações de troca basicamente conhecidas pela elevação do preço do petróleo. Se V. Exª tirar o petróleo da contabilidade dos índices de preço das importações, verificará que a queda de relações de troca é muito menor do que aquela que citei. Eu citei, exatamente, a que inclui no petróleo, porque ele dá uma idéia do imenso esforço feito pela Nação brasileira para manter esse superavit. E V. Exª tem razão quando diz: ora isso significa, hoje, um grande esforço no pagamento. É verdade. Mas isso significa também que no passado nós crescemos; nós somos hoje muito maiores do que seríamos se tivéssemos adotado um processo de ajuste em 74.

É claro que isso, hoje, é uma engenharia de obras feitas — nós podemos discutir quando quisermos, se nós deveríamos ter feito o ajuste em 74 ou agora.

Eu, honestamente, acho que o Governo Geisel agiu de uma forma correta — aliás V. Exª era Ministro do Governo Geisel e deve concordar comigo. Ele agiu de uma forma razoavelmente correta, existia uma disponibilidade de recursos no exterior, existia a possibilidade de financiar os déficits em contas correntes, existia a tentação, realmente, inexorável de crescer — e mais do que a tentação a necessidade de crescer como está dito aí nesta frase que é minha, em palestra na Escola Superior de Guerra, acredito que fizemos o que era correto.

Acho que, como já disse na minha exposição, exageramos um pouco a dose na substituição de importações. Acho que nós, realmente, fizemos substituições de importações altamente onerosas, nós criamos um parque de uma indústria de bens de capital muito superior à nossa capacidade de mantê-la em plena carga o tempo todo. Nós temos, hoje, uma indústria de bens e capital que talvez, fazendo cálculos grosseiros, é uma indústria de bens e capital para um País que tivesse um nível de renda per capita de 5 mil dólares, vai ser muito difícil manter essa indústria de bens e capital a plena carga, e é esta uma das grandes contradições, porque todos querem encomendas, todos querem — a indústria de bens de capital que foi construída pelo Governo, que recebeu subsídios do Governo, que recebeu uma taxa de juros privilegiada de 20% sem correção monetária, do Governo, é muito maior do que pode ser utilizada e isso cria um problema extremamente grave, que temos procurado resolver de uma forma ou de outra, mas que cada vez que isso se resolve de uma forma se cria um déficit de outra. Este é o grande problema que enfrentamos. Mas acho que, em linhas gerais, a política de substituição de importações produziu cinco ou seis anos depois, como está produzindo hoje, resultados razoáveis, mais produziu o déficit que vivemos de 74 a 79 e até agora, produziu uma parcela importante desse déficit, porque foi realmente um programa intensíssimo de substituição de importações e que exigiu, que mais do que exigiu, que tornou impossível deixar de realizar, depois, os investimentos que estavam na metade do caminho.

Acho que estamos transferindo recursos, é verdade. Acho que transferimos recursos, mas crescemos mais do que devíamos ter crescido ou de que poderíamos ter crescido sem os recursos externos.

De forma, ilustre Senador, não estou convencido de que estas coisas se balanceiem eu diria a V. Exª que, na minha opinião, temos um saldo favorável a favor da política que foi adotada.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Chiarelli.

O SR. CARLOS CHIARELLI (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro Antônio Delfim Netto.

Ouvimos, de maneira muito clara, a manifestação de V. Exª ao fazer referência expressa, ante a argüição objetiva, quando tratou de inquiri-lo a respeito do Decreto-lei nº 2.012.

É por isso mesmo que nós não vamos reiterar a questão no aspecto de compreender, na plenitude, com já o sabíamos antecipadamente, que a solução da metéria havará de ser da competência desta Casa em conjunto com a Câmara dos Deputados — na Constituição do Congresso e naturalmente, sob a tônica do enfoque político como corresponde a um processo democrático de decisão.

Está aqui o Decreto-lei nº 2.012, para ser analisado, debatido, discutido e, afinal de contas, sobre ele pesar a decisão parlamentar. Por isso mesmo a pergunta que faço a V. Exª, ou as questões que apresento a V. Exª, são muito menos sobre a decisão que a Casa há de tomar e muito mais sobre as motivações que inspiraram a edição desse ato normativo que, evidentemente, leva assinatura de V. Exª e caracterizadamente está sob a inspiração de Exposição de Motivos da sua lavra. Por isso, Sr. Ministro, ao ler alguns depoimentos de V. Exª, algumas manifestações, até mesmo publicadas pela SEPLAN, podemos entender que entre as razões que justificaram a edição do Decreto-lei nº 2.012, estaria aquela de ser ele, ou de vir a ser ele, um instrumento no combate à inflação, um elemento capaz de contribuir na medida em que suprimisse o adicional de 10% sobre o INPC para as faixas de renda assalariadas mais baixas, um elemento capaz de contribuir para a redução dos índices inflacionários. E é por isso que, na medida em que essas manifestações sejam confirmadas, que tenha sido essa uma das intenções, a questão que se argüi é esta! O que estará acontecendo com o Decreto-lei nº 2.012? Hoje, passado cento e sete dias da sua edição e mais do que isso, da sua vigência plena, na condição de Decreto-lei, que não tenha conseguido, e por que razões não terá conseguido ter a eficiência na eficácia necessária para ter logrado êxito, aguardado pelo seu inspirador, um por um dos seus inspiradores, de maneira que possamos testemunhar que as taxas inflacionárias, na verdade, nesse período, nesses três meses e meio que medeiam entre a edição e a data de hoje,não apenas não cederam, não apenas não diminuiram como, em alguns momentos, chegara a crescer. Isso seria para que nós entendêssemos que a redução salarial decorrente do Decreto-lei nº 2.012 foi pequena para chegar ao objetivo alcançado, ou isso dá para entender que o remédio aplicado não se adequa à doença existente. De mais a mais, Sr. Ministro, e me permita que continue um pouco nesse caminho do tema salarial, porque me parece que é de extrema importância, e também por ele tenho especial interesse, e sei também do interesse de V. Exª sobre a matéria e a participação de V. Exª nas decisões a respeito. Se olharmos a lei salarial vigente como um todo, desde sua edição 6.708, outubro ou novembro de 1979, haveremos de concluir que ela foi inspirada, quando editada, por uma filosofia ou por uma política, que partia do princípio da conveniência da redistribuição da massa salarial, de maneira que pudéssemos dar mais a quem ganhasse menos, e menos a quem ganhasse mais. Ocorre que o Decreto-lei nº 2.012, que veio a ocorrer depois de uma intermediária redução nas faixas de rendas na classe média, classe média que, com aquela alteração de 1980, já perdeu uma parcela do direito de recomposição salarial, passamos a encontrar uma situação de certa maneira estranha, porque assim como se reduziu progressivamente o ganho das faixas salariais mais altas,

passamos a ver, com o Decreto-lei nº 2.012, a redução também do direito de reposição das faixas salariais mais baixas. O que de certa maneira nos leva a concluir que nem se repõe progressiva e superavitariamente os ganhos salariais dos de menor renda, nem se assegura a continuidade do valor real dos salários das faixas intermediárias e superiores. Por isso, a pergunta que se faz: preserva-se a filosofia inicial, ou ela se viu alterada por conjusturas novas, por circunstâncias hodiernas, por motivos de outra natureza, que nós ainda não conseguimos, quem sabe, entender adequadamente?

Um terceiro aspecto, Sr. Ministro, ainda no enfoque da problemática salarial. Ficamos um pouco curiosos e, às vezes, com dificuldades de interpretação, pelo fato simples de que, ao lermos as informações oficiais produzidas pelo Ministério do Trabalho, cuja Assessoria merece nossa maior consideração e nosso melhor respeito, ali verificamos que a criação da sistemática da lei salarial, a partir de 1979, com todas as reformas nelas introduzidas, não teria, a juízo das informações oficiais do Ministério do Trabalho, determinado qualquer tipo de rotatividade de mão-de-obra. E mais do que isso, que a lei salarial, geradora da sistemática dos reajustes automáticos, para fazer frente à perda do poder real dos salários das classes trabalhadoras, também não seria responsável, em momento algum, segundo aquelas informações, segundo aqueles dados, por qualquer acréscimo do índice de desemprego no País. Mas, compulsando as informações que se originam também de uma assessoria competente, como é a da SEPLAN, encontramos informações exatamente em sentido oposto. Ao Parlamentar que, justamente dentro desse enfoque do respeito ao processo democrático e da importância do processo político, há de se manifestar, sobretudo há de definir posição sobre a matéria, cabe perguntar a V. Exª, nesta hora: qual das duas informações está efetivamente atualizada; qual dos dois enfoques poderia merecer efetivamente sua linha científica, e por que estão elas apresentando dados diversificados, quando analisam situações similares, segundo entendo eu?

Sr. Ministro, eu lhe perguntaria na função de Senador representante de uma das Unidades da Federação, variando um pouco a tônica salarial, em termos de interesse da Unidade da Federação que represento, como creio do interesse de tantos quantos aqui estão, e aqui chegaram na representação das suas Unidades. O que nos poderia dizer V. Exª, o que poderíamos levar aos nossos Estados, em termos da expectativa de uma reformulação, de uma revisão, de uma reforma tributária? Se fosse capaz efetivamente de viabilizar condições mais adequadas aos Municípios e sobretudo aos Estados brasileiros.

Não faço comentários ao tema, apenas sei da preocupação que essa matéria traz a cada administrador municipal e estadual e a sociedade brasileira como um todo. Seguramente, V. Exª sente perfeitamente esse quadro de circunstâncias. E acredito ser V. Exª a pessoa mais habilitada, mais informada, para nos elucidar sobre a matéria.

Finalmente, Sr. Ministro, uma questão que realmente me traz uma dúvida. Não sei se V. Exª considerará que está fora da pauta, eu creio que não, dada que a largueza das atribuições de V. Exª, permita que lhe formule a questão: no Brasil, foi criado, há alguns anos, sendo V. Exª se não me engano Ministro da Fazenda, um competente Ministro da Fazenda, o programa de integração social, baseando sua sistemática arrecadadora numa contribuição incidente sobre o faturamento. E aí está, creio eu, produzindo valiosos resultados, não tendo tido responsabilidades maiores em problemas econômicos que possam ter ocorrido no País. Quando tivemos agudizada a crise da Previdência Social, levantávamos a questão de corrigirmos a sistemática de contribuições da Previdência, criando um sistema de arrecadação que ao invés de incidir na folha de pagamentos, que sabemos extremamente danoso e desestimulador da geração de empregos, se visse ele substituído por uma sistemática de contribuição sobre o faturamento, ou sobre o valor agregado. Soubemos, à época, da sua posição teórica e praticamente contrária à idéia, a partir do ponto de vista de que seria tal sistemática capaz de estimular um acréscimo nos índices inflacionários. No entanto, poucos meses passados, criou-se uma nova instituição, um novo sistema, um novo programa que foi o FINSOCIAL, baseado exatamente na sistemática da contribuição sobre o faturamento. Por isso, fica a questão argüida: é tal sistemática estimuladora do processo inflacionário, e o foi com o PIS e o é com o FINSOCIAL? Ou não o é? É realmente um instrumento tributário adequado capaz de arrecadar recursos e, de certa forma, permitir que, com esses recursos, venham a ser destinados afinal de contas, condições materiais para a aplicação de programas e projetos adequados?

Finalmente, Sr. Ministro, uma pergunta: nós estamos em face de uma dívida externa que é a maior preocupação de V. Exª e creio eu ser uma das maiores preocupações deste País, e vemos, acompanhamos e nos solidarizamos com o esforço permanente de V. Exª na tentativa de atender aos encargos, aos serviços, de levar avante uma política eticamente merecedora de nosso aplauso, para preservar o crédito deste País. Por isso, acreditamos que as críticas feitas à conduta pessoal e ao comportamento de V. Exª, nesse particular, são absolutamente de palanque discursivo.

Agora, a questão que lhe proponho e a pergunta que lhe formulo: acredita, V. Exª, que a continuidade da estratégia desenvolvida, da negociação individualizada pelo Brasil perante o contexto de credores, será capaz, no hoje, sobretudo no amanhã, de nos levar a uma satisfação efetiva em termos dessa dívida externa, ou seria viável a adoção de uma política que sendo a dívida externa volumosa, hoje, uma epidemia que se propagou praticamente por todos os países em vias de desenvolvimento ou não desenvolvidos, independente da sua fisiologia, não seria uma fórmula compatível, uma ação e uma estratégia de política externa, onde nos solidarizássemos para honrar os compromissos com esses outros países em situação similar a nossa, para que, através de uma pressão de natureza evidentemente vinculada a posturas estratégicas internacionais pudéssemos obter condições reformuladas, renovadas e inovadas que nos permitissem superar, afinal das contas, as imposições e os encargos que se multiplicam e que, malgrado o nosso esforço permanente, malgrado a ação de V. Exª, malgrado o esforço da sociedade brasileira, muitas vezes, não se vêm bem sucedidos?

É a questão que formulo a V. Exª Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Com a permissão do Sr. Ministro, nos termos do Regimento Interno, a Presidência propõe a prorrogação do tempo da presente sessão por mais 60 minutos. *(Pausa.)*

Não havendo objeção do Plenário, fica a sessão prorrogada pelo tempo mencionado.

A Presidência comunica que a sessão conjunta do Congresso Nacional, convocada para às 19 horas e 30 minutos fica transferida para as 20 horas e 30 minutos.

Continua com a palavra o Sr. Ministro Delfim Netto.

O SR. DELFIM NETTO (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e ilustre Senador Carlos Chiarelli, eu gostaria de começar esta resposta fazendo algumas considerações sobre este problema salarial que V. Exª colocou. Um dos problemas fundamentais de toda a política salarial é saber os objetivos a que se destina essa política.

V. Exª colocou originalmente que a intenção da política salarial em vigor era uma certa redistribuição de renda. De fato, se imaginava que seria possível fazer uma redistribuição de renda entre o capital e o trabalho, de um lado, e dentro do próprio setor salarial, do outro, uma vez que o Brasil revelava diferenciais de salários gigantescos entre os menores salários e os maiores salários.

A continuação dessa política provou, entretanto, que existem alguns inconvenientes sérios. O primeiro desses inconvenientes é o de que, hoje, é obviamente claro, e já claro para mim naquela ocasião, que dificilmente se altera o salário real com qualquer política que se faça sobre o salário nominal. Quando, hoje, as pessoas argumentam que ela não tem nenhuma pressão inflacionária, porque ao fim do processo se compara o valor da folha de salário com o índice de preços e se verifica que a massa global de salários não cresceu, a conclusão correta não é de que a lei não tenha produzido os seus efeitos. A conclusão correta é de que a inflação cresceu o suficiente para impedir que o salário real crescesse. É por isso que, estatisticamente, é sempre difícil capturar este efeito. Não há a menor dúvida de que a tentativa de elevar o salário real, através de qualquer mecanismo, como uma elevação no salário nominal, produz inflação. No nosso caso, quando passamos do reajuste anual para o semestral isso produziu, ou deveria ter produzido, um aumento do salário real da ordem dos 8%, porque é fácil verificar que tínhamos uma correção anual e a taxa de inflação era da ordem de 45%. Quando se passa à correção semestral, eleva-se o salário real, porque se faz duas correções.

O que aconteceu? Aconteceu, realmente, que a inflação acabou subindo suficientemente para aniquilar a tentativa de aumentar o salário real. É óbvio, ilustre Senador, que não é a política salarial que produz a inflação que está aí. Isso não poderia ser dito por ninguém, ela é simplesmente mais um mecanismo, um acelerador desse processo que aí está. A origem, o fundamental, no processo que está aí é a eliminação, que temos discutido aqui, do déficit público. Nós precisamos eliminar esse déficit para poder, realmente, dominar a inflação que está aí. É evidente que a mudança da lei salarial, na minha opinião, conduz, ajuda esse objetivo.

O que é que temos hoje? Temos um mecanismo no qual está tudo ligado. Fazemos uma correção dos preços, uma correção de salário; corrigimos os preços novamente; o preço corrige o câmbio, o câmbio corrige o petróleo, o petróleo corrige o preço. Uma coisa está ligada à outra. No momento em que se está preparando — e isso é um fato importante — fazer um corte dramático num déficit público eu acredito que uma lei salarial adequada é fundamental, é decisiva. Não foi à toa que a Comunidade Econômica Européia impôs à França a desanexação do salário como condição básica para dar um empréstimo de quatro bilhões à França. Isso não aconteceu por acaso, isso não aconteceu porque os parceiros europeus não gostem dos franceses, não. Aconteceu, porque essa é uma das condições sem às quais você não tem sucesso na redução da inflação.

Quando a política monetária americana começou, realmente, a produzir os efeitos que se esperavam dela e que, hoje, é um sucesso inegável? Quando, realmente, as correções nominais de salário ficaram ligeiramente abaixo do crescimento de preço. Foi o que aconteceu na Alemanha, na Inglaterra e é o que acontece em todos os lugares. De forma que qualquer tentativa de elevação do salário real, através de truques sobre o salário nominal não conduz, rigorosamente a nenhum aumento do salário real. Pode conduzir, isto sim, ao desemprego. Também dizer que o desemprego todo que está aí foi produzido pela Lei Salarial, seria um exagero que nenhum de nós teria coragem de dizer. O desemprego que está aí foi um desemprego produzido pela restrição, imposta pelo balanço de pagamentos e, também, pela Lei Salarial. Aliás, V. Exª mesmo, na sua argumentação sobre o PIS, reconheceu que não desejava que o imposto fosse colocado sobre o salário, porque isso poderia gerar desemprego, e era verdade. O imposto, como o PIS, não causou perturbação maior, ilustre Senador, pelo seguinte: o PIS foi feito num momento em que as vacas eram gordas, que nós baixávamos os impostos. Se V. Exª se lembra, o

ICM, Imposto sobre Circulação de Mercadorias, era de 16,5% e as coisas caminhavam tão bem lá pelos idos de 70, que nós combinamos com os Estados uma baixa do ICM de 0,5%. E todos os Estados concordaram com essa baixa. Então, o PIS foi colocado no lugar do ICM, que estava baixando e foi por isso que, naquela ocasião, não teve efeito praticamente nenhum, ainda que seja um imposto em cascata, com dificuldades.

No caso do FINSOCIAL, aconteceu rigorosamente o que nós havíamos previsto. V. Exª se lembra da enorme inflação de junho do ano passado, quando se introduziu o FINSOCIAL. O mecanismo de tributação do FINSOCIAL é realmente inflacionário e produziu uma elevação de preços que foi notável. Passamos de uma média de 6%, 6,5% para 8%, no mês. Depois, ela voltou para o nível anterior porque esse sistema é feito uma vez. Mas, parece que esse tipo de tributação em cascata tem realmente este incoveniente, ele produz um aumento de preço. Pior ainda, ele não permite uma eliminação nas exportações — no PIS estamos conseguindo isso agora — mas não produz uma eliminação nas exportações e V. Exª chega à seguinte conclusão absurda: tributa-se o consumidor externo, o que é absolutamente incompatível com um País que está desejando tornar a sua exportação competitiva.

Não há menor dúvida de que qualquer tentativa de elevar o salário real, através de truques sobre o salário nominal, está destinada a fracassar, como nos mostra aexperiência mundial. Não existe nenhuma possibilidade de se ter sucesso numa política antiinflacionária sem uma política salarial adequada, uma política que mantenha o salário real — não se trata de uma política que diminua o salário real. Não existe nenhuma outra fórmula de corrigir as pressões inflacionárias causadas por esse processo de indexação generalizado que temos, a não ser realmente diminuindo esse tipo de indexação em cada um dos pontos e, certamente, a Lei Salarial é um dos pontos.

Mas, confesso que o fundamental, o necessário dentro desse programa é uma redução do déficit público.

Finalmente, com relação ao problema da reforma tributária, acho que nós estamos fazendo um grande esforço de produzir uma reforma tributária. Temos uma primeira versão dessa reforma tributária. Trata-se de uma reforma tributária que deve beneficiar a agricultura. O ICM é um imposto extremamente engenhoso, do ponto de vista das exportações, mas é um imposto muito danoso para a agricultura, porque a agricultura funciona num sistema de livre competição, contra um número reduzido de compradores, de tal forma que se consegue transferir para a agricultura todo o peso do ICM. Ele é um imposto que foi imaginado para um Estado unitário e que exige, para funcionar bem num país como o nosso, um organismo como o CONFAZ. A idéia é realmente reduzir o ICM e o IPI num imposto comum, diferenciado, em que diminua a pressão sobre o setor agrícola e sobre o setor pecuário.

Eu sempre digo que a tentação de sonegar o ICM é tão grande que ele é incontrolável. E ninguém cria cem bois, quando vê aqueles cem bois, tem que separar dezessete bois para entregar para o Governo, não existe sujeito que faça isso; ele, realmente, abre uma porteira, no meio do caminho, e toma uns nove bois do Governo, no mínimo. Por quê? Porque realmente o imposto é injusto; ele é gigantesco. Não se pode exigir que o sujeito crie cem bois, depois, você vai lá e tira um quinto do que ele criou. É um imposto de tal ordem, e ele é físico. O sujeito enxerga o boizinho dele andando embora e não deixa. O que acontece? Estou convencido de que, no caso da agricultura, se você reduzir o ICM, você mantém o mesmo nível de receita. Estou rigorosamente convencido de que, na pecuária, isso vai acontecer. Nós já fizemos isso no passado, funcionou, e é uma das idéias da reforma.

Uma segunda idéia da reforma é reduzir um pouco os impostos indiretos, é realmente ampliar a extensão dos impostos diretos. A reforma, entretanto, deve conter, não apenas uma modificação da receita, mas também uma transferência de certas obrigações.

É muito fácil, hoje, para os Estados argumentarem de que eles estão em déficit, porque a receita cresceu menos. Freqüentemente, isso não é verdade; freqüentemente, o ICM cresceu em termos reais. É que as despesas cresceram muito mais. As despesas se ajustam inexoravelmente à receita. É uma lei velha, mas é absolutamente verdadeira. O que os Estados estão vivendo hoje é, no fundo, uma grande ampliação de suas despesas, incompatível com o nível de receita que têm. Exatamente aquilo que o Governo Federal está vivendo. Quer dizer, todos nos, no fundo, quisemos fazer muito mais do que era possível fazer com os recursos que tínhamos disponíveis. É por isso que apareceu essa dívida pública imensa, uma dívida pública que não é privilégio da União, uma dívida pública que está destruindo a economia dos Estados, porque a União, afinal de contas, tem o último recurso que é a maquineta. E os Estados não a têm. Então, quando você vê um Estado pagando, emitindo uma RDB, ou CDB, pagando 30% de juros reais para conseguir recursos para pagar o funcionalismo, é óbvio que isso não pode funcionar, não há gasto, ainda mais quando é custeio que possa vir a cobrir isso. Então, eu acho que é preciso compreender. Reforma tributária deverá ser enviada ao Congresso, eu espero, em meados do ano que vem, para ser discutida e posta em prática em 85. É a minha esperança, pelo menos, e as linhas gerais da reforma são estas.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Fernando Henrique Cardoso, último orador inscrito.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro Delfim Netto:

Faz quase trinta anos da última vez em que vi o Ministro Delfim Netto — e não era Ministro então — numa situação, em que eu não diria equivalente, porque a distinção de Ministro sempre ameniza a discussão, facilita, quando defendia ele uma tese, não me recordo se de doutoramento ou se livre docência. Mas, eu gostaria de dizer ao Ministro que, de lá para cá, notei que o cuidado de S. Exª no que diz respeito aos fatos diminuiu. A tese era sobre o café; era um trabalho bem feito. Hoje, o Ministro fez algumas afirmações que me parecem que contêm incorreções de fato: primeiro, uma ligação pouco precipitada, e não defendo a tese, entre o fato da moratória levada adiante por Oswaldo Aranha e o regime autoritário. Aí, há uma distância de quatro anos. A moratória foi em 33, o regime autoritário foi em 37. Quatro anos, em história, como bem sabe o Ministro que a vive todos os dias, é um tempo imenso. Às vezes, passa-se da ditadura à democracia e vice-versa. Não se pode fazer uma imputação direta entre um fato e outro fato. Nem defendo a tese, nem quero entrar na discussão sobre os riscos das conseqüências de uma moratória, apenas uma conversão de fato. E a outra diz respeito a uma afirmação que eu assisti, no início, quase com uma ponta de ironia: eu via o economista Delfim Netto nos explicar aqui que existem, perdoem-me o espanholismo, "es anterior de los temas del intercambio". Boa parte da exposição, no início, baseava-se no fato de que o valor das exportações nossas, porque são basicamente em *commodities*, caía com relação ao preço dos produtos industrializados. Isto é a essência da tese Prebish. Prebish não afirmava o que V. Exª afirmou, e nem afirma nunca, porque é mais bem Hans Singer, mas não de Prebish, que é uma tendência constante. Prebish é um economista de boa formação e que leu Keynes, além de outros autores, e que sabia que havia uma flutuação cíclica e não defendia a estabilidade da deterioração dos termos de troca, mas sabia que elas existem. E tantas vezes nos foi dito a nós todos, da Oposição, nas épocas de expansão, de que se tratava de uma espécie de miragem nossa. Agora, eu vejo o Ministro usando os mesmos argumentos que nós todos usávamos. Mas isso são detalhes, apenas para mostrar que, muitas vezes, é difícil manter uma posição de rigor. E o fundamental não está aí. O fundamental está em que eu vejo, aqui, nesse Senado, hoje, a repetição, de algum modo, do que eu vi, há pouco tempo, quando veio aqui o Ministro Galvêas.

Eu pensava, quando escutava, do que se tratava? Se se tratava efetivamente da defesa de uma política ou da descrição de acontecimentos quase naturais que teriam ocorrido sem responsáveis.

Não sei por que, talvez, analiticamente, possa entender, recordei-me de um livro que li há muito tempo, que está em total desuso e que se chama "A Crônica da Tomada de Ceuta, de João de Barros. Não pelos pés de V. Exª João de Barros fazia descrição da tomada de Ceuta pelos portugueses — é um ator clássico.

Pois bem, ali, também se descrevem os acontecimentos como se houvesse uma força divina que os desencadeasse, como se fosse a tragédia grega. Ouvi de V. Ebx 9 a tragédia brasileira, como se ela fosse grega. Houve um acidente, o segundo acidente, o terceiro acidente, o choque do petróleo. Então, nós passamos a investir além do limite das nossas forças. Mas, nós quem? O Senador Roberto Campos disse aqui — e disse que ele era pessimista — talvez, concorde com V. Exª, é mais realista do que pessimista, disse aqui que, na verdade, se trata de que, e certos momentos, a sociedade tomou a decisão. Tomou a decisão de tudo fazer no mesmo momento, de investimento e não aceitar o imposto. Mas que sociedade tomou essa decisão? Não nós e não, seguramente, a maioria da população brasileira. Não foi a sociedade; foram aqueles que a interpretam, não sei se por obra e graça de Deus ou por algum outro milagre — este sim milagre de capacidade de se sentir intérprete de uma sociedade, não tendo tido a delegação do povo para tanto.

Não é verdade que o conjunto da sociedade tenha afirmado, tenha consentido nisso; aqueles que mandam consentir. Disse também o Senador Roberto Campos — eu quero dizer que, pelo menos, de minha parte, não é assim, que qualquer tentativa de corrigirmos os subsídios não encontra eco na Oposição. Pois afirmo a V. Exª Sr. Ministro, Srs. Senadores, Sr. Presidente, que pelo menos de minha parte encontrarão eco, sempre quando, no corte dos subsídios, haja justiça.

Aí entro noutro tema: ouvia V. Exª, quando descrevia, com o ânimo de um cronista, o que acontecia neste País, ouvi V. Exª pintar um quadro otimista, realmente otimista, até pensei que daí algumas conclusões — e não me venham dizer que é o *non sequitor* porque creio que se seguem, algumas conclusões pederiam seguir. Quais? Primeiro, um certo alívio, pois ouvi há pouco o Presidente da República dizer que se a situação ficasse muito difícil ele seria candidato a Presidente da República, se não é tão difícil, disso estamos livres. A outra conclusão que me pareceu que poderia ser favorável, a partir do raciocínio lógico de V. Exª e espero que a lógica não tenha sido atacada aqui por algum deslize meu, é de que se a situação não é tão ruim, por que penalizar de novo os assalariados e os funcionários?

Se há esperança, e ouvi agora com muita atenção, e V. Exª bem o notou, eu suponho, a explicação do seu debate com o Senador Carlos Chiarelli sobre os salários, V. Exª disse que pela cabeça de ninguém passaria a hipótese de que nesta conjuntura são os salários que puxam a inflação, eu concordo. Disse mais V. Exª, que seria necessário, talvez para conter os efeitos em cadeia dos salários sobre a inflação, evitar que os salários nominais subam muito sob a ilusão de que eles poderiam significar algum aumento real de salário, também concordo. Disse também V. Exª que os salários nominais poderiam estar levemente abaixo dos salários reais.

Pois bem, Sr. Ministro, nos cálculos que me chegaram às mãos sobre o que aconteceria com a massa dos salários, o salário médio no Brasil, até janeiro de 1982, tendo em vista a sistemática que agora é derrogada pelo 2012, pois os salários, em média, ficaram levemente abaixo da inflação. Houve uma perda de salário real, por que então agora, se quer que essa perda aumente? Disso se trata, o 2012 não está posto para conter a inflação, V. Exª bem o disse, está posto porque é preciso evitar certos

mecanismos em cadeia, mas eles já não existem. Por que então, penalizar? Alguns dizem que o Fundo Monetário Internacional exige tal procedimento.

Não sou daqueles que vêem fantasma no Fundo, acho que há um certo nível de racionalidade possível. E vejo que nos acordos com a Argentina, na Carta de Intenções, o Fundo aceita um aumento de salário real para os argentinos. Por quê? Por que lá, na Argentina, há sindicatos fortes, porque lá, na Argentina, há capacidade de pressão da sociedade, então, o Fundo aceita como um dado. Aqui, cabe a nós, da Oposição, aumentar a voz daqueles que recusam que os preços, os ajustes que são necessários recaiam unilateralmente sobre a massa dos assalariados. Gostaria de ouvir de V. Exª se há outros argumentos, porque os aqui expendidos não contrariam as minhas afirmações, se há outros argumentos que levam o Governo a endurecer a posição e manter a vigência do Decreto nº 2.012.

Diria mais, que num momento tão dramático, como o que vivemos no Brasil, e não sou tão otimista como V. Exª, porque vejo os números a todo instante — V. Exª os tem em primeira mão- mas de repente vêm à imprensa e eu tenho acesso. Há dificuldades novamente em discussões relativas a novos empréstimos, percebo que há dificuldades em todos os setores, V. Exª bem o disse, nos Estados, na União, o déficit público é imenso, isso tudo é muito certo. Numa situação desse tipo, não há dúvida alguma, que cortes serão feitos, não há dúvida alguma — V. Exª citou Ricardo e talvez, ao cita-lo não tivesse explicitado diante deste Senado todas as consequências do que diz V. Exª aqui é o imposto que vai ter que ser aumentado, e é correto que assim seja. Mas, que imposto? Quem paga? Essa é a questão. A questão não é mais econômica, nem creio que seja política *stricto sensu*, é social. É social e é discussão ao grande debate que está por trás de tudo isso, é saber quem vai pagar os custos desse reajuste. E eu gostaria de ouvir de V. Exª se estou certo e se V. Exª, sendo Ministro do Planejamento, está disposto, de fato, a aduzir argumentos e justificar políticas que sejam de corte, mas que esses cortes não sejam sempre e só sobre os mesmos; que não sejam sempre e só a maioria da população quem pague, mas que também as taxações que virão recaiam sobre os lucros extraordinários, como os dos bancos, por exemplo, que só em 1981, se acercaram a 150% de lucros reais.

Há uma disposição do Governo em dialogar com a sociedade? De fato, o Governo quer expressar a necessidade de um reajuste? Pois falemos claramente sobre esse reajuste, mostremos claramente quais são as razões. Nós somos homens não apenas lógicos, mas responsáveis, não apenas homens que somos capazes de compreender um raciocínio, mas que temos uma ética, uma responsabilidade, e poderíamos, perfeitamente, em nome dessa ética e dessa responsabilidade, sentindo o problema do País, verificar se podemos dizer sim ou não a cada passo. O que nós não podemos é ser enganados, ainda quando esse engano venha através de raciocínios complexos, ainda quando esse engano venha cheio de nuances.

Sr. Ministro, nesta mesma linha, gostaria de registrar a minha decepção com o que ouvi, como resposta, quando perguntei ao Ministro Galvêas — e bem sei que V. Exª não responde diretamente por ele — que me explicasse um pouco o mecanismo dos *spreads* da dívida brasileira, e V. Exª repetiu aqui que a nossa dívida é bem administrada, que nós sempre cuidamos de manter um prazo de 8 anos, em média, e um prazo de carência de 30 meses. É verdade que os 8 anos vão chegar, no 8º ano depois de um ano muito duro de dívida eles estarão pensando, mas de qualquer maneira o cuidado é necessário. E perguntei ao Ministro, por que então, com tanta competência, nós pegamos um *spread* tão alto — não vou repetir dados — mais altos que da Polônia, mais alto que do Gabão e mais alto do que de vários países. Citei, até, os nomes em Inglês dessas várias taxas que V. Exª conhece melhor do que eu: dos *commitment fees*, do *spread*, das taxas de administração, dos *flat fees*, enfim uma enorme quantidade de designação para aumentar a taxa de juros e, pelo que pude ver, se calculava que a dívida, em média, de 75 bilhões de dólares, pagamos 12 bilhões e 600 milhões de dólares, e a taxa média de juros do ano passado foi de 17% ao ano. É muito elevado.

Então, pergunto a V. Exª: será que isso significa bem administrar uma dívida? Havendo exemplos de outros países? O Ministro Galvêas — supondo que V. Exª não me fará essa injustiça, porque fomos ambos alunos do mesmo Professor de estatística, Stevens — imaginou que eu fosse ingênuo suficientemente para ter tomado por base empréstimos com prazos diferentes. Mostrei a revista *Eurofmoney* —não é necessário mostrar a V. Exª que a conhece de cor — no mês de abril deste ano há resumos das várias taxas do *spread*, e mostrei que eu havia feito alusões a um *spread* referente a contratos com prazo constante de 8 anos. O Ministro não respondeu nada. Deu várias respostas baseadas num erro meu que, tal omissão tão pecaminosa, assegura a V. Exª que, embora afastado da estatística, não faria.

Gostaria de ouvir V. Exª, também, porque tão altos os *spreads?* Por que razão não se negocia essa dívida de uma maneira mais agressiva? V. Exª disse, aqui, que a Oposição sempre pediu que se negociasse. E é verdade. Faz tantos anos. V. Exª disse, com certa ironia, que o Senador Saturnino Braga tinha um espaço que não lhe era dado alcançar. Esse espaço foi nos dado a todos alcançar, está traduzido em livros, em textos, em documentos que foram ironizados por V. Exª, quando se dizia que era necessário uma negociação há mais tempo, na época em que se fazia uma cortina de fumaça, em que parecia, se tinha a ilusão de que nós já tínhamos passado o umbral do subdesenvolvimento, e que nós estávamos — meu Deus! — quase nos aproximando do clube de Paris, do clube dos ricos. Era o que nos diziam naqueles momentos, quando, na Oposição, economistas, e eu não o sou, mas eu os acompanhava, diziam: "os sinais de dificuldades estão à mostra, estão à vista, elas virão, vamos atuar enquanto é tempo".

Pois bem, Sr. Ministro, talvez tenha V. Exª razão. Faço sinceramente, como brasileiro, para que tenha, torço sinceramente para que tenha razão no sentido de que existem sinais de recuperação. Não saberia julgar esses sinais, conheço-os possivelmente. Creio que existem alguns sinais, o que eu temo não é isso. O que eu temo, basicamente, são duas coisas. Temo, por um lado, que esses sinais, mesmo existentes, custem muito a chegar até nós, é natural. E há um período difícil de travessia e, neste período, só há um caminho, Sr. Ministro, é a verdade diante do País, esse caminho é mostrar as coisas como elas são, e pedir o apoio para as coisas corretas, dizendo a razão se tivermos que discutir com funcionários, dizer o que V. Exª disse aqui, eu bem registrei, que não há magnanimidade possível, há que mostrar mais os números; há que mostrar mais os números para convencer os líderes, pelo menos. Se não forem convencidos, eles acreditarão que comparando as dificuldades que sofrerão eles, com as benesses que outros setores da sociedade recebem, não verão a justiça, e não vendo justiça protestarão e nós com eles.

E a outra dificuldade que percebo, Sr. Ministro, não diz respeito agora ao túnel, é quando começarmos a sair do túnel. Neste País, ou reformamos o País, ou mudamos profundamente, ou transformamos em prática o que todos dizemos em palavras, que é preciso diminuir as desigualdades, ou não haverá possibilidade nenhuma de consenso, Sr. Ministro. E o consenso era mais fácil na época do crescimento, quando V. Exª dizia, na época, que era preciso primeiro crescer o bolo para depois dividir; ele cresceu, agora, depois, mingou; talvez comece a crescer de novo. Vamos aproveitar, se de fato a maré for essa, para começar a dividir logo; não na irresponsabilidade, mas no cálculo do investimento, entendendo que ao investir também se faz a distribuição da renda, e conforme o padrão de investimento e quem o controle, se terá um perfil diferente de distribuição da renda, como V. Exª bem o sabe. E é neste momento que é preciso realmente mudar com menos custo social.

Termino, Sr. Presidente, e o faço dizendo a V. Exª que se hoje nós todos temos consciência de quais são os problemas — e ouvi aqui Senadores do PDS argüirem V. Exª em linhas não muito diferentes das argüições que nós próprios fizemos, talvez com menos calor, mas em linhas não muito diferentes — mas se nós todos temos consciência dos problemas que aí estão, para V. Exª não existe a indulgência da consciência, porque V. Exª tem a capacidade de ação, cabe a ação. V. Exª tem a responsabilidade de quem decide, e se V. Exª decidir — e digo V. Exª sintetizando o Governo — numa direção correta, pois, então, não somaria a minha voz àqueles que pedem que se mude, já, a condução da economia do País. Mas se V. Exª persistir a não dizer a nós com franqueza as coisas, se V. Exª persistir numa posição de espectador, de que mantém as mesmas tradições de manipulação — e não me refiro a dados, refiro-me a políticas — saiba V. Exª que o País inteiro, e uníssono, não quererá outra coisa senão uma mudança para trazer a esperança.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. DELFIM NETTO (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, agradeço ao ilustre Senador Fernando Henrique Cardoso a lembrança. Acho que nós não nos víamos, talvez, realmente, há 30 anos e a tese era sobre café mesmo. Era uma tese cuidadosa, como cuidadosos foram os dados expostos aqui, hoje. E, realmente, pode-se discutir se a moratória tenha sido ou não uma das causas do golpe de 1937. Acho que há bons argumentos para se concluir. Mas essa é uma questão que se poderia estudar, e seria até capaz de dar uma tese de doutoramento ou uma coisa interessante.

Mas eu gostaria de responder as questões substantivas do ilustre Senador. Primeiro, que é evidente que a tese da tendência secular, da queda secular de relações de troca foi uma tese cara à CEPAL, e foi uma tese produzida na CEPAL. Hans Singer usou um pedacinho dessa tese, não a tese toda.

Mas, o que é importante é o seguinte: eu não apelei; as relações de troca foram simplesmente uma tentativa de mostrar o custo enorme do ajustamento. Eu não acredito em tendência decrescente das relações de troca; primeiro, no caso concreto, a base da explicação da modificação de relações de troca foi a existência de um cartel. Ora, isso não figurava em lugar algum. O que se imaginava é que as forças de mercado é que produziam aquela flutuação. Aqui não, aqui foi um cartel que, deliberadamente, produziu uma modificação dos preços do petróleo e, dessa forma, produziu uma modificação radical nas relações de troca. Eu ainda tomei o cuidado de dizer que se nós excluirmos o petróleo, a dramaticidade da modificação é muito menor do que parece. Obviamente a modificação da taxa de juros, nos Estados Unidos, a recessão no mundo produziu uma diminuição do preço das matérias-primas. Todos nós sabemos dos mecanismos pelos quais isso acontece. Caíram também os preços dos minérios, e caíram também os preços dos produtos industrializados.

De forma que, a modificação das relações de troca produzidas pelo mercado essas são muito menos dramáticas do que aquelas que o cartel produziu. Quer dizer, o cartel introduziu um novo fator, que é como se fosse uma indenização de guerra. A coisa mais próxima do que aconteceu é uma indenização de guerra; isto é, alguém que tivesse ganho uma guerra impõe ao vencido o pagamento de um imposto de guerra. É exatamente esse o símile mais próximo do que aconteceu com o preço do petróleo.

Mas, acho que o nobre Senador não faz justiça à minha exposição, quando diz que eu narrei como João de Barros. Não. Eu mostrei que a cada instante o Governo agia e produzia o reajuste, e produzia o equilíbrio. Tanto é verdade que a partir de um equilíbrio, em 1973, temos um grande desequilíbrio em 1974, e o preço do petróleo se mantém constante. O Governo age, trabalha na di-

reção de corrigir esse desequilíbrio, e consegue fazê-lo cinco anos ou quatro anos depois. Em 1979 se tem um desequilíbrio muito mais sério, em que os preços do petróleo não passam para um novo patamar, mas sobem continuadamente, ao longo de um ano, passando de 12 para 34 dólares, e o Governo age, modifica a taxa cambial, o Governo modifica a sua política fiscal, o Governo caminha na direção de produzir o equilíbrio. De forma que o Governo não foi um espectador, mesmo porque seria inimaginável imaginar, digamos, que o simplesmente deixar o mercado à sua própria sorte ele produziria os efeitos que produziu. Ninguém poderia imaginar um restabelecimento de um equilíbrio, depois de rompido na proporção em que foi rompido, isto é, em que se passa de um dispêndio de 20% para 50% das exportações, em menos de um ano, e esse desequilíbrio fosse restabelecido em trinta meses, sem uma atuação enorme do Governo.

Pode-se dizer que o Governo poderia ter agido ainda mais; pode-se ter o desejo de que o Governo tivesse feito outras coisas; o que não pode se dizer é que o Governo foi espectador, e muitos menos que eu descrevi o processo. É claro que eu descrevi o processo, e descrevi como ele foi corrigido, como ele foi encaminhado, como é que foi mudando a configuração, de tal forma a caminhar na direção de restabelecer o equilíbrio.

Há aqui o problema a respeito das conclusões. De fato, o ilustre Senador não cometeu nenhum pecado, em matéria de lógica, como aliás é conhecido, e eu também não esperava que S. Exª cometesse. As conclusões que se podem tirar, meu ilustre Senador, não são aquelas a que V. Exª se referiu. Acho que a grande conclusão que se deve tirar, deste debate tão agradável que se travou aqui hoje à tarde, é de que ao contrário do que diz o Senador Roberto Saturnino, não há dois espaços; há realmente um único espaço no qual todos nós vivemos; há um único espaço em que a alguns cabe a missão difícil de tomar as decisões, e aos outros cabe a missão um pouco menos difícil de observar essas decisões. A alguns cabe a dificuldade de enfrentar, realmente, os problemas todos os dias; a outros cabe o papel de espectador. V. Exª hoje, que participa, de uma certa forma, de um Governo de Oposição, em São Paulo — não de Oposição mas de um Governo que está no Estado — hoje deve sentir as dificuldades da administração. Hoje sabe o que é se sentar na cadeira e ter de administrar. O nosso Governador Franco Montoro dizia que não administrava em dólares, e está aí pedindo para que a gente aumente o limite da dívida externa, porque ele precisa dos dólares. Porque uma coisa, realmente, é colocar a questão em termos abstratos; uma coisa é colocar a questão de que isso podia ter acontecido, que aquilo podia ter acontecido; eu disse, há três anos atrás, que o petróleo ia subir; eu descobri que a taxa de juros ia se modificar; outros escreveram não sei o quê. Outra coisa é operar, realmente, essa realidade. E não houve uma descrição, houve uma descrição de como se operou essa realidade. É possível que ela não seja satisfatória, que o tipo de operação pudesse ser melhor. Certamente, pessoas mais competentes podiam fazer melhor. Mas dizer que não agiu, que não se tentou corrigir isso é realmente, na minha opinião, uma grave injustiça, não é uma postura razoável. Eu acho que o Governo tem procurado agir e agir a cada instante, agir tentado contraverter as forças que existem, que estão aí fora e que, a cada momento, mudam todo o cenário dentro do qual nós atuamos.

V. Exª tem dúvida quanto a recuperação da economia mundial. Eu suspeito, pela pergunta do ilustre Senador Roberto Campos, que ele também tem dúvidas sobre a recuperação da economia mundial. Se V. Exª for olhar no nosso *cash floor*, verá que nós não estamos fazendo nenhuma hipótese sobre uma recuperação da economia mundial. Agora, eu torço por uma recuperação da economia mundial, eu faço votos para que ela aconteça, eu acho que existem sinais de que ela vai acontecer. Mas ela não foi levada em conta no nosso cronograma de caixa e, muito menos, na nossa previsão do balanço de pagamentos. Não tem nenhuma idéia de ampliação das exportações ou de uma modificação dos preços para ajudar a solução do problema. Não, nós estamos trabalhando, ao contrário do que se diz, ma pior hipótese. Eu espero que seja na pior, pelo menos que é aquela em que não haja nenhuma modificação nos preços externos e de que não haja um momento importante da demanda produzida por uma recuperação da economia mundial.

Muito menos estamos esperando isso, meu ilustre Senador. Se nós estivéssemos esperando isso, não teríamos feito o que fizemos. Nós aumentamos as exportações 84% em 3 anos, enquanto a economia mundial diminuía de tamanho. Ora, ninguém faz isso sentado na cadeira, esperando para ver a economia andar. Só se faz isso trabalhando realmente e agindo na direção correta, porque não foi 10% ou 20%, aumentamos 84% as exportações brasileiras, enquanto o comércio mundial estava diminuindo de tamanho. Portanto, não é possível imaginar que o Governo não aja, que o Governo está sentado esperando a recuperação mundial. Se ela vier, acho que estamos preparados para tirar os benefícios desse fato. Se não vier, espero que o balanço de pagamentos revele os números que lá estão previstos, mas ela não está sendo levada em conta como uma premissa para a consecução dos objetivos finais.

V. Exª se refere aos *spreads* e eu vi a relação. De fato, eles são fixados pelo mercado, ilustre Senador. O Brasil é um País que tem uma dívida substancial, é claro que isso pesa nos *spreads*, é claro que os *spreads* dos outros estão subindo, e subiram. V. Exª que já o consultou pode consultar o, *Enro-money* de dois anos para cá e verá o *spread* do México chagando no *spread* brasileiro, quando se descobriu o quanto o México devia.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Mas, não chegou ainda.

O SR. DELFIM NETTO — Evidente que não chegou ainda, simplesmente porque o México é a quarta reserva mundial de petróleo, meu ilustre Senador.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — A Polônia não tem petróleo algum, Ministro.

O SR. DELFIM NETTO — Mas a Polônia não tem *spreads* inferiores ao Brasil.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Tem, sim Senhor.

O SR. DELFIM NETTO — Não! Os banqueiros alemães têm feito, com a Polônia, um certo negócio para recuperar o que está lá. Nós não temos esse tipo de negócios. O que acontece é o seguinte: o *spread* brasileiro é dois e um quarto e todas aquelas outras taxas a que V. Exª se referiu, rigorosamente iguais àquilo que acontece no mundo para países parecidos com o Brasil — nada mais do que isso.

Nós podemos dizer: "Bem, você não tem competência". Eu gostaria de, na próxima negociação, colocar na mão de um dos Srs., para saber se conseguem um *spread* menor. Esta é uma prova cabal...

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — V. Exª propõe entregar o Governo a nós?

O SR. DELFIM NETTO — Não...

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Aceitamos.

O SR. DELFIM NETTO — Só entregar a negociação.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Ah, então, não.

O SR. DELFIM NETTO — Assim, V. Exª não quer. Eu já sabia.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — O Governo queremos, mas resolver os problemas criados pelo seu governo, não. Resolvam-nos primeiro.

O SR. DELFIM NETTO — "Nós não queremos os problemas, queremos só o Governo." *(Muito bem!)*

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Queremos a política do Governo. Mas a política errada, feita por V. Exª, para estourar nas nossas mãos, não somos tão ingênuos assim, Ministro. V. Exª tem que pagar o seu tributo, o seu imposto.

O SR. DELFIM NETTO — Pago o meu tributo com a maior alegria, com a consciência tranqüila de quem está trabalhando realmente na direção correta e convicto de que está fazendo isso. Não estou, realmente, procurando esconder coisa nenhuma, nem há necessidade de esconder nada.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Então, como V. Exª não está procurando esconder ou o *Euromoney* publica dados errados ou, então, o que eu disse eu sustento.

O SR. DELFIM NETTO — O que V. Exª disse é o seguinte: existe batata com o preço vinte e existe batata com o preço dezoito. De que batata se trata? É isto que V. Exª disse. As condições de mercado são umas para o Brasil e outras para qualquer outro país do mundo.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — O que estou dizendo é que as nossas são piores. Estou dizendo a V. Exª que apesar...

O SR. DELFIM NETTO — Perdoe-me ilustre Senador, mas V. Exª queria tirar disso, a conclusão de que o Governo negocia mal, o que é falso. A verdade é que o Governo negocia bem. Tanto é verdade, que de todos esses vinte e cinco países e dos outros cento e trinta e tantos que tiveram de renegociar a sua dívida, nós fizemos a nossa com um outro estilo e continuamos operando...

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — V. Exª permita-me um pequeno aparte. Eu me lembrei de João de Barros e me equivoquei. V. Exª vem da linha dos apologetas, porque é o autor e elogia a obra.

O SR. DELFIM NETTO — Eu tenho a obrigação de elogiá-la, pela consciência que eu tenho de que está sendo bem feita.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Vou conceder a palavra aos Líderes de Partido.

Vamos ouvir o Líder Humberto Lucena, e eu convido o Sr. Ministro a tomar assento na Bancada, porque não haverá resposta às palavras das Lideranças.

O SR. HUMBERTO LUCENA (Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro:

O povo brasileiro vive angustiosos momentos de dúvida.

Por um lado, temos razão para duvidar, porque não sabemos em que momento V. Exª — formulador inconteste da política econômica deste País desde 1967 — está dizendo a verdade. Por outro, duvidamos porque não sabemos exatamente se V. Exª cometeu erros de *concepção*, de *incompetência* ou se, como dizem alguns membros do Governo, apenas tem tido *má sorte*.

Fica difícil decidir sobre a autenticidade de suas afirmações, porque agora já se tornou uma praxe, um costume, um vício do povo, não acreditar no que V. Exª afirma pelos jornais e televisão em suas entrevistas.

O ilustre Senador Luis Cavalcanti, do PDS, fez recentemente nesta Casa, um pronunciamento que reflete os

tristes dias em que vivemos. Ele mostra, com base em declarações públicas de V. Exª, como suas posições variam dia a dia ao sabor do acontecimento mais recente, e nunca conforme um plano traçado coerentemente para enfrentar os problemas, pelo menos a médio e longo prazos. Cito, para ilustrar, trechos do discurso do nobre Senador alagoano. Diz ele:

> "as previsões do Ministro Delfim Netto não têm sido mais felizes. S. Exª ao assumir o Ministério do Planejamento, em agosto de 1979, teve estas palavras:
>
> "Nós vamos crescer aceleradamente ao mesmo tempo em que conseguirmos um equilíbrio no nosso balanço de pagamentos e taxas de inflação decrescentes."

O que tivemos foi desequilíbrio do nosso balanço de pagamentos e taxas de inflação sempre crescentes, infelizmente.

Depois, em 22 de agosto de 1979, — extravasante otimismo do Ministro Delfim Netto:

> "Agora, temos uma tarefa de curto prazo que é reduzir a taxa de inflação e pôr este País para andar, rapidamente."

Como já reiteradamente lembramos, a taxa de inflação não foi reduzida, mas aumentada: de 77,2% passou a 110,2%.

Nova declaração do Ministro Delfim Netto, em 24 de setembro de 1979:

> "Se tudo funcionar bem, teremos no ano que vem oportunidade de brigar com a inflação de cerca de 40%."

Nessa briga, o Ministro levou uma sova tremenda, porque ao invés de 77%, em 1979, a inflação foi para 110% no ano seguinte.

Outro bom augúrio, a 15 de janeiro de 1980:

"Não é concebível que a inflação não caia, não adianta chorar. Pode demorar ainda dois ou três meses, mas é o que vai acontecer."

As taxas inflacionárias já foram tantas vezes repetidas que não é mais preciso lembrá-las. A inflação caiu para cima.

E para 1983?

Tenho em mãos uma publicação oficial da SEPLAN. É uma entrevista do Ministro Delfim Netto aos jornalistas Joelmir Betting, Alberto Tamer, Salomão Esper e José Paulo de AnNdrade, no programa "Gente", da Rede Bandeirantes, da rádio de São Paulo, no dia 31 de dezembro de 1982. O jornalista José Paulo de Andrade fez esta pergunta:

"Ministro, nós já temos o índice de inflação do ano: 99,7%, mas com os dois índices alcançando os três dígitos, o preço ao consumidor e o custo de produção. Como o Senhor vê o término do ano com este índice?" Resposta do Ministro:

"A inflação foi ligeiramente superior à do ano passado, se você considerar, ela é praticamente a do ano passado. E ela vai baixar. Vai baixar agora."

Isso, o Ministro Delfim Netto declarou no último dia do ano passado. Pois bem, a inflação de dezembro de 1982 foi de 6,1%, e a do mês de janeiro último — aquele mês em que o Ministro disse que a inflação iria baixar — foi de 9%."

Desse perfil de V. Exª, traçado tão fielmente por um respeitadíssimo parlamentar do partido oficial, emergem duas alternativas: ou V. Exª estava desatualizado sobre a realidade do País — talvez, quem sabe, pelo estágio na área diplomática, em Paris — embora já tivesse sido Ministro, quando prometeu encher a panela do pobre e mandou o agricultor plantar que o governo garantiria — ou V. Exª é o único responsável pela grave situação econômica que se instalou no País após a sua reinvestidura no cargo de Ministro plenipotenciário da área econômica.

As falsas previsões passaram a fazer parte do ideário de V. Exª No princípio do ano, V. Exª afirmava que a inflação de 83 se situaria no patamar de 70%. Estamos no 5º mês e a inflação dos últimos doze meses atinge quase os 120%, sem perspectivas de baixar aquém dos três dígitos até o final do ano. E, agora, de quem é a culpa? É do FMI? É da maxidesvalorização recente que V. Exª afirmou ser benéfica? Ou será dos hortigranjeiros, cujos preços não se consegue controlar? Ou, ainda, do petróleo que, a despeito da queda de preço no mercado externo, continua como eterno pretexto para os insucessos do governo?

Quem — de sã consciência — poderá crer em V. Exª que estimulou empresários nacionais a contrair empréstimos no exterior — porque lá os juros estavam mais baixos — e, logo a seguir impingiu-lhes uma desvalorização do cruzeiro de 30% em relação ao dólar? Naturalmente, responde V. Exª que isso foi uma decorrência do acerto com o FMI para aumentar o saldo positivo da balança comercial. Foi possível ao empresário não ter prejuízo, repassando aos assalariados o custo de sua produção? Exatamente a esse mesmo assalariado — trabalhador ou funcionário público — a quem V. Exª insiste em conceder um aumento ridículo, retirando os 10% do INPC, num caso, fixando o reajuste em oitenta e poucos por cento, noutro; contra uma inflação de quase 120%? Quem pensa V. Exª irá acreditar quando disser que a próxima maxidesvalorização de 20%, a ser aplicada, agora, por sugestão do FMI, seria mais uma vez benéfica para o povo que teria mais emprego, como disse há poucos meses?

Senhor Ministro:

O PMDB, fazendo eco a um sentimento nacional unânime, o acusa de erro básico de *concepção*. Mas, também, o acusamos de *incompetência* pela constante improvisação nos rumos da política econômica e não aceitamos a irresponsável desculpa da *má sorte!*

Sabemos que o modelo industrializante vem de antes de V. Exª Mas quando, no começo dos anos 60, esse modelo imitativo dos países desenvolvidos em uma economia pobre começa a exaurir-se, foi V. Exª um dos que redesenhou o modelo mantendo as suas linhas principais. Foi V. Exª que formulou a diabólica saída da crise via empobrecimento de muitos para enriquecimento de alguns; e crescimento aparente via amarras de nossa economia aos bancos estrangeiros, estimulando, pessoalmente, empresas públicas e privadas à captação de recursos no mercado externo.

Senhor Ministro:

Nas últimas duas semanas, a principal personagem das notícias nacionais foi uma tal senhora Ana Maria Jul. Até um dia antes destas notícias, ninguém sabia quem era essa senhora. De repente, ela aterrisa em solo brasileiro com uma enorme pasta marron e, pelas notícias dos jornais, o Brasil treme com medo da opinião que ela formará da situação nacional. Essa senhora chilena, que ninguém nunca convidou para vir aqui, que fala um português arrevesado, tem, de repente, como num passe de mágica, mais poder que o Presidente da República. Esta senhora vai determinar as medidas que V. Exª e os demais ministros terão que tomar e assinar para receber os empréstimos de que carecemos desesperadamente. Não importa se suas medidas tenderão a aumentar o desemprego — como certamente ocorrerá — a fome, que também aumentará, concentrar ainda mais a renda, destruir nosso parque industrial, entregar nossos recursos, desvalorizar ainda mais nossa moeda. Tudo o que diga essa senhora, V. Exª terá que assinar em baixo e o povo brasileiros terá que pagar.

Senhor Ministro:

Nunca, desde as lutas pela Independência, quando aqui chegavam os emissários do Rei para recolher os impostos, por cuja razão morreu Tiradentes, nunca, nosso País foi tão vergonhosamente dependente. O PMDB o acusa, Senhor Ministro, de estar destruindo o que restava de independência em nosso País. Nós o acusamos de ter sido o mentor absoluto da política econômica que levou o País a esta bancarrota que nos torna incapazes de sermos os donos de nosso próprio destino.

É preciso que V. Exª saiba porque o criticamos, Senhor Ministro, apesar de V. Exª ter, veladamente, jogado a culpa nos poucos antecessores que, durante um curto lapso de tempo dos últimos 20 anos, ocuparam o posto que V. Exª ocupa de czar de nossa economia. Não se pode tirar a culpa dos seus antecessores que irresponsavelmente mantiveram o País no caminho que V. Exª traçou e consolidou entre 1967 e 1974. Não se pode diminuir a culpa deles. Mas seria uma leviandade dizer que deles é a culpa. Porque, Senhor Ministro, nosso problema, insisto, não foi de *imprevidência*, foi de *concepção*. E esse erro V. Exª cometeu quando, a partir de 1967, impôs à Nação o modelo economicamente *dependente*, historicamente *míope* e socialmente *selvagem*.

Dependente, porque vincula a nossa economia àquela dos países desenvolvidos, em vez de, dentro de uma racionalidade histórica, pensar na nossa real disponibilidade de recursos e sentir as prementes necessidades do nosso povo.

Míope, porque V. Exª acredita que o processo social é como uma equação matemática que tem o povo como componente inerte e sem função. Não teve em nenhum momento a visão de que o mundo muda, a sociedade pensa, as coisas evoluem. E não adianta mais pôr a culpa no petróleo. A crise que se abateu sobre o mundo teve início justamente em 1973/74, anos em que V. Exª foi cuidar dos negócios brasileiros... em Paris. Ficou, portanto, V. Exª *cinco anos* no epicentro da crise. Deveria ter procurado conhecê-la melhor pois, enquanto isso, nós, por aqui, atônitos, começávamos a ver cair a máscara do milagre brasileiro, pré-fabricado em números fictícios por sua gestão no Ministério da Fazenda, no Governo Médici. A miopia decorre, pois, da rigorosa falta de visão para gerir a economia brasileira à luz da crise econômica mundial.

Selvagem, porque para montar seu modelo, para poder copiar aqui as estruturas dos países ricos, para poder vincular nossa economia àquelas do exterior, V. Exª deliberadamente usou sua política econômica para concentrar a renda criando uma minoria de consumidores com os padrões da Europa e uma imensa maioria com nível de vida da África. V. Exª transformou nosso país em dois países: um com o tamanho de duas Bélgicas e outro com miséria de dois Congos.

O resultado, Senhor Ministro, é que o País está vergonhosamente dependente. Como consta ter dito o próprio Presidente Figueiredo, "O País está com sua honra ferida". E, sobretudo ameaçado externamente pelas senhoras Anas Marias do Fundo Monetário Internacional, pelos banqueiros de Nova Iorque, Tóquio e Frankfurt. Pelos donos do petróleo, pelas multinacionais, por todos que ao longo desses quase 20 anos de gerência de V. Exª, foram pouco a pouco se apoderando de parte do País. E ameaçado, também internamente, pelos motins sociais, pelas revoltas, pela política selvagemente anti-social que V. Exª e seu Governo nos impôs nestes 20 anos, pela insatisfação que foi paulatinamente sendo criada em toda a sociedade que tem registrado o maior índice de desemprego de sua história — como comprovam os dados agora divulgados pelo BNH referentes aos saques e depósitos do FGTS no mês de abril!

Será que é preciso alertar V. Exª para o que está ocorrendo em diversos países da América Central? Talvez, quando V. Exª conseguir enxergar isso, seja tarde demais. Será, então, que não tocará a V. Exª a maior parte da culpa por levar este País à instabilidade institucional e, quem, sabe, até mesmo à comoção social?

Senhor Ministro:

Nosso próximo fracasso será, não há dúvidas, o festejado superávit da anunciada balança comercial exigido, implacavelmente pelo FMI. Anuncia V. Exª a meta de 6 bilhões de dólares que espera alcançar no corrente exercício. É possível que alcance. Todo brasileiro faz votos para que alcance. Mas, como homem público, devo indagar a V. Exª a que custo social essa meta será alcançada? Em troca da falência da PETROBRÁS e do calote em seus acionistas? À custa da paralisação de um

sem número de empresas que vêem se empilhar na CACEX os pedidos de importação de matérias-primas indispensáveis à sua produção? À custa do aumento do índice de desemprego porque o empresário — industrial ou comerciante — não encontra no mercado interno os produtos similares aos que pretendia importar e porque a CACEX não libera as Guias de Importação? Ou V. Exª acredita que se pode esperar até agosto, quando há expectativa do incremento das exportações pela saída da safra agrícola? Quem irá arcar com os prejuízos até lá?

Responsabilizamos ainda, V. Exª, Senhor Ministro, pela perda da credibilidade que desfrutava o Banco do Brasil no exterior e pelo desastre contábil em que se envolveu a PETROBRÁS com a sua participação na composição do balanço de pagamentos para aumentar o superávit; ou seja, reduzir o estoque estratégico, comprar a prazo, mais caro, e vender no "spot" à vista e, conseqüentemente, mais barato.

Há poucos dias, o Senhor Ministro da Aeronáutica, na Ordem do Dia relativa à comemoração do Dia da Vitória disse que a *soberania brasileira não estava posta à venda.* Comunga V. Exª com o pensamento do seu colega de Ministério? Na verdade, Senhor Ministro, V. Exª negocia essa soberania em cada um dos seus atos no exterior. Como fez na primeira rodada de negociações com o FMI (e outra já está em curso, e logo virá mais outra) quando autorizou, através do Aviso nº 133 de 07 de fevereiro de 1983, o Banco Central do Brasil a renunciar ao foro nacional e à impenhorabilidade dos bens, violentando claramente a Constituição Federal que atribui ao Congresso Nacional a prerrogativa de dispor dos bens da União (art. 43, inc. VI) e à Justiça Federal a competência para dirimir os conflitos oriundos de contratos internacionais que a União seja signatária (art. 125, inc. III), e ao Supremo Tribunal Federal a competência de processar e julgar originariamente os litígios entre Estados estrangeiros, organismos internacionais e a União, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios (art. 119, item I).

Registre-se, a propósito, parecer do Procurador da Fazenda Nacional que, apesar de admitir a inexistência de disposição legal que ampare a renúncia ao foro e à impenhorabilidade dos bens, estranhamente, neste caso, considerou que não existem as restrições apontadas, embora omitindo a forma negociada.

Sr. Ministro:

Finalizando, tenho a convicção de que a História de nosso País não o perdoará por ter sido o símbolo máximo do antinacional e o símbolo máximo do anti-social.

Era o que tinha a dizer. *(Muito bem! Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — A Presidência prorroga de ofício, por mais dez minutos, a sessão, para que o Senador Aloysio Chaves ocupe a tribuna.

Concedo a palavra ao nobre Senador Aloysio Chaves.

O SR. ALOYSIO CHAVES (Como Líder, pronuncia o seguite discurso. Sem reunião do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, ilustre Ministro Delfim Netto:

V. Exª compareceu, hoje a esta Casa por iniciativa do PDS — do seu Partido — que desejava mais uma vez dar uma demonstração pública do propósito de submeter todos os problemas nacionais ao exame, ao crivo do Congresso brasileiro, do Senado da República, porque o Governo nada tem a ocultar.

Nós estamos prontos a enfrentar o debate em qualquer terreno, em qualquer circunstância, e V. Exª, hoje, deu uma demonstração disso pela maneira altiva, mas moderada, como se houve nesse debate, não obstante as notórias provocações de que foi vítima.

Para a Oposição o que se concluí, nesta noite, é de que esse debate teria sido inútil, mas nada é mais importante para a democracia, para o seu fortalecimento, do que o debate parlamentar que, entretanto, só é fecundo quando é isento e a Oposição não se houve com isenção, Sr. Ministro; a Oposição substituiu o debate pela encenação teatral e vazia e, por isso mesmo, inaceitável.

O debate pode não ter sido fecundo, na medida em que a Oposição desvirtuou, quando pretende que a defesa da soberania nacional, que o sentimento do amor à pátria é privilégio, apenas, de alguns brasileiros que se encontram sob a égide das legendas oposicionistas. Mas este é um sentimento nosso, profundamente arraigado no nosso coração e a nossa vida pública tem sido um testemunho inquestionável desse procedimento inarredável, porque sempre colocamos e continuaremos a colocar, acima de todos os interesses eventuais ou transitórios, os interesses supremos e impostergáveis deste País.

O amor ao Brasil é um privilégio dos brasileiros, é um sentimento que está arraigado no nosso coração e o debate não é isento, e o debate não é fecundo, na medida exata em que se pretende apenas transferí-lo para um determinado grupo.

O debate pode não ser fecundo, Sr. Ministro, quando se pretende afiançar que há uma espécie de conluio entre o Governo e o seu Partido para alienar a soberania nacional porque o Brasil foi ao FMI.

Mas o nobre Senador Roberto Campos e tantos outros aqui mostraram à saciedade, sem necessidade de reiterar os argumentos, de que o FMI foi constituído exatamente para preencher essa finalidade e que o Brasil, por mais de quatorze vezes, já a ele recorreu e que países socialistas e capitalistas também o têm feito. No entanto, este convênio, que foi ratificado pelo Congresso Nacional, agora se procura identificar como a fonte de toda essa alienação quando, na verdade, constitui apenas um documento normativo comum a todas as organizações dessa natureza, ou similares.

Nós sabemos que no Fundo, Sr. Ministro, estão hoje mais de cento e trinta e quatro países e que a regra é normal, é atribuir a sede desse organismo, o foro para dirimir as questões e os litígios e como no caso o maior cotista são os Estados Unidos da América do Norte, este é o foro, o foro estabelecido no documento, *Oretton Woods* quando se constituiu o Fundo Monetário Internacional.

Nós sabemos, Sr. Ministro, e sabe o Senado perfeitamente, que também nas relações bilaterais, como aqui foi demonstrado à saciedade, é o credor que impõe o seu foro. O argumento expendido pelo nobre Senador Roberto Campos foi de uma clareza meridiana, que dispensa comentários. No entanto, se faz uma distorção proposital, para atribuir à ação de V. Exª, no Ministério, à ação do Governo, um propósito oculto, que somente a crítica vesga pode vislumbrar.

Não é fecundo e nem construtivo o debate quando se esquece um conceito que foi aqui dito, de maneira lapidar, pelo Ministro Ernane Galvêas: "Quem tem crédito usa o crédito, não pede moratória".

Não é isento quando se procura assinar com a moratória, sem avaliar previamente as conseqüências de uma solução violenta, unilateral, imposta aos nossos credores. O que representaria para a PETROBRÁS, para a Companhia Vale do Rio Doce e as empresas siderúrgicas do grupo SIDERBRÁS, a perda de mais de seis bilhões de linhas de crédito no exterior, ou ainda a paralisação brusca das importações financiadas de equipamentos, de petróleo, de trigo; não é isento, Sr. Ministro, pretender-se afirmar que falta ao Governo a credibilidade necessária, para se apresentar perante a Nação e se apresentar também no plano internacional. Que falta de credibilidade é essa que levou todos esses países a virem ao encontro das proposições brasileiras, para permitir ao Brasil escapar à moratória, enquanto nela se engolfam outros países como a Polônia e o México? Que falta de credibilidade é essa que dá ao Brasil, em meio a essa tormenta, a essa crise universal, uma posição que outros países em desenvolvimento não se alçaram?

Aqui, Sr. Ministro, não se deu uma palavra da Oposição para reconhecer o esforço extraordinário feito pelo Governo no setor da agricultura, com quatro grandes safras voltadas para o mercado interno e destinando seus excedentes para a exportação. Não se falou no arroz, no milho, e de outros cereais em que o Brasil, hoje, é autosuficiente. Esforço que tem, também, concorrido em alta escala para criar novas oportunidades de trabalho e abrir novos horizontes para o desenvolvimento deste País.

Aqui se falou de uma versão, de uma declaração atribuída a um jornalista estrangeiro. No entanto, aqui não se referiu, por exemplo, à opinião do Banco Central da Alemanha Ocidental, do Sr. *Klaus Kohler,* quando afirmou, também ontem, em Frankfurt, que mesmo sem ajuda financeira dos bancos internacionais o Brasil conseguirá superar suas dificuldades. Idêntico ponto de vista está expresso no estudo divulgado ontem pelo Banco Nacional do País. Não foram os jornalistas, é o Banco Central da República Federal da Alemanha, é o Banco Nacional do País, são instituições deste porte que vêm e mostram a credibilidade e o acerto da conduta do Governo brasileiro.

De sorte que eu poderia, Sr. Ministro, alongar-me nestas considerações para demonstrar que exatamente hoje, aqui, tivemos uma oportunidade excepcional não só de examinar, de esmiuçar esses problemas mas também, sobretudo, de evidenciar o acerto como se tem conduzido V. Exª

V. Exª está numa posição difícil. V. Exª é o responsável maior pela condução dessa política econômica financeira. V. Exª já disse, com muita *verbi* e com uma certa dose de ironia, que hoje é um esporte nacional falar mal do Ministro Delfim Netto.

V. Exª se transformou numa espécie de pára-raios das iras de todo mundo, mas quando passar esta tormenta, daqui a alguns anos, quando se fizer análise e avaliação correta deste período, o julgamento, que só a perspectiva histórica permite, será favorável a V. Exª

V. Exª poderia dizer que esta é uma observação amarga. Eu diria no superlativo concreto absoluto, amaríssima observação, no momento em que V. Exª, por todos os lados é atacado e vitupérios e acusações infundadas lhe são dirigidas. Homens do porte de V. Exª não foram feitos para serem julgados pelos seus contemporâneos, V. Exª ainda terá esse julgamento de todos nós, eles foram feitos, sobretudo, para terem seus procedimentos e suas condutas julgados pela História.

Vamos chegar a época em que se fará esse reconhecimento, quando se há de proclamar o grande serviço que, nesta difícil conjuntura da vida nacional, V. Exª prestou ao Brasil.

É a antecipação desse julgamento que o seu Partido faz hoje, através do seu Líder, agradecendo o comparecimento de V. Exª ao Senado, a maneira correta, lúcida, perfeita, exata, como expôs os problemas, a meneira altiva e digna como respondeu às invectivas, e respondeu não às críticas mas às objurgatorias que foram lançadas contra V. Exª

V. Exª sai daqui, recolhendo este aplauso que se não é unânime, tenho certeza de que está na consciência de todos os homens de bem.

Ministro Delfim Netto, receba o reconhecimento e a gratidão do seu Partido, o PDS, que hoje se viu honrado com a presença de V. Exª nesta Casa, que também a honrou, pela exposição extraordinária que fez sobre problemas de tal magnitude para o Brasil, neste momento.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. *(Muito bem! Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Srs. Senadores, Sr. Ministro:

O Congresso Nacional recebeu hoje a visita de uma das mais autênticas figuras do mundo contemporâneo. Durante a conversa no Salão de Recepção do Senado, o Rei Juan Carlos teve oportunidade de dizer que a coisa mais difícil do Governo era a construção democrática. E na construção democrática, mais difícil do que o diálogo político, era a justificação do comportamento econômico financeiro. Era ditar salário, era encontrar verbas para fazer obras, ou não encontrar verbas.

Neste instante em que V. Exª vem a este Senado e não deixa nada sem resposta e que foi quase que objeto de um julgamento bem duro de 30 interlocutores que estavam inscritos e 12 tiveram oportunidade de se fazerem ouvir, V. Exª não faltou a nenhum, nenhuma pergunta ficou sem resposta. Todos somos testemunhos da manifestação pronta de V. Exª do que foi possível dizer do seu

comportamento à frente do seu posto que com sua inteligência, com sua dedicação, com sua equipe, tem enfrentado todas as dificuldades que o País vem sendo desafiado.

Neste instante, a Mesa e a Presidência têm apenas a dizer a V. Exª: muito obrigado, Sr. Ministro por ter comparecido a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 50 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. JAISON BARRETO NA SESSÃO DE 5-5-83 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:

O SR. JAISON BARRETO (PMDB — SC) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Os acontecimentos de Santa Catarina, por sua gravidade, obrigam-me a vir a esta tribuna hoje à tarde. O professorado do meu Estado está em greve, por razões legítimas, debaixo de pressão e de ameaças, mas reivindicando legítima e democraticamente aquilo que entende de seu direito.

Na verdade, durante a campanha para o Governo do Estado, a criatividade do Sr. Esperidião Amin, hoje Governador, não foi além da proficiência em escrever longas cartas, demagógicas, inclusive, à população. Cito uma delas, dirigida especificamente à administração pública — ao funcionalismo — onde além de inúmeras outras garantias, afirmava que a concessão de aumentos salariais que superassem sempre os índices inflacionários do período, na freqüência determinada pelo custo de vida, era compromisso seu.

Diante das condições de vida que assolam toda a população do País, mercê da política míope e obtusa do Governo Federal, em que os Estados foram levados à falência, os professores catarinenses e funcionários públicos, em geral, tiveram reposição salarial abaixo dos níveis inflacionários e dos níveis do INPC. Isto não constitui novidade! É da essência do modelo desgarantir direitos adquiridos, como níveis salariais e garantias assistenciais, através de uma inflação programada, de modo a aumentar o desemprego e forçar uma competição por baixos salários entre os trabalhadores.

Os professores de Santa Catarina, como vanguarda intelectual e classe mais numerosa, dentro do funcionalismo público do Estado, tomou em suas mãos a tarefa de corrigir as disparidades geradas por esse modelo econômico.

Trata-se, além do mais — e é preciso salientar — de um ato de sacrifício consciente em favor da própria classe e do restante da população. É, também, um ato heróico, porque sabem dos riscos que correm, das perseguições que lhes pode promover a oligarquia ainda organizada em termos de Governo, que ata, sem quaisquer escrúpulos, todas as instituições sociais.

O que defendem e o que solicitam os professores do meu Estado?

Depois de permanentes contatos, inclusive com o então candidato a Governador, que assumia compromissos públicos e através de documentos assinados, estão a cobrar, exatamente, o cumprimento daquelas promessas. De reajuste salarial, por exemplo, de 60% em abril, sem parcelamento, porque não é fato desconhecido para o atual governador que o reajuste salarial proposto, que chega no máximo a 40%, não atende às necessidades do funcionalismo estadual, numa situação de intensa carestia e inflação. Alegam eles que:

> "Se considerarmos apenas o INPC do período compreendido entre novembro/82 (último reajuste) e abril/83, chegamos a um índice de 51,1%. Entendemos que o INPC se coloca sempre abaixo da inflação, concluindo que somente um reajuste de 60% em abril pode repor o poder aquisitivo de outubro."

O que defendem mais os professores?

"Um reajuste semestral de 15% acima do INPC, a partir de outubro/83, pois quando estabeleceu a obrigatoriedade de reajustes semestrais de acordo com o INPC, o Governo federal reconheceu a impossibilidade concreta de sobrevivência dos trabalhadores brasileiros com salários reajustados anualmente, mesmo que de forma parcelada. Reconheceu, inclusive, a necessidade de evitar a perda do poder de compra da população, que gera restrição do mercado interno e o acirramento do processo recessivo."

Que mais estão solicitando os professores?

"Um plano de carreira do magistério catarinense, feito com participação dos professores, através de sua entidade representativa, a ALISC", porque entende que "os professores constituem categoria das mais numerosas no quadro do funcionalismo estadual. Mesmo considerando a importância social da função do educador, esta categoria coloca-se como das mais mal-remuneradas no Estado. Por isso é necessário repor o poder aquisitivo do magistério, como condição básica para elevar suas condições técnicas, didáticas e pedagógicas, visando-se, assim, à melhoria de qualidade educacional".

Insistem e reivindicam também a elaboração de um novo Estatuto do Magistério do Estado de Santa Catarina, com participação dos professores, através de sua entidade representativa, a fim de que possam dispor de um instrumento capaz de permitir-lhes acesso funcional, garantias que, inclusive, previstas na Lei nº 5.692: 13º salário, eleição das diretorias pela comunidade escolar, concursos anuais de ingresso e remoção, promoção e acesso automáticos, resolução da situação dos designados etc.

Os professores de Santa Catarina têm sentido, a cada ano que passa, a queda da qualidade do ensino no Estado. Esta realidade é claramente demonstrada em dados oficiais, que apresentam uma crescente evasão, ainda mais alarmante nas últimas séries do 1º Grau.

E vamos dar, a título de exemplo, apenas um dado, que demonstra bem a perversão do modelo educacional:

> "De cada mil alunos que iniciam a primeira série, 717 não completam a 8ª série. Este dado angustiante não toca ainda na questão do rendimento e aproveitamento escolar. Os professores sentem na pele a existência de alunos semi-alfabetizados ao término da 8ª série."

É este dado angustiante, que atinge os educadores do meu Estado, que estão embutidos nesse movimento grevista, que merece a solidariedade da Bancada Federal do PMDB e que traduzo, aqui, no apoio que faço, irrestrito, à luta que vêm empreendendo.

Acresce, mais, que toda essa manifestação que vem ocorrendo, hoje, em Santa Catarina, com apoio de setores que fogem à categoria do funcionário público, vem sendo tratada com descaso e sob ameaça, através de colocações feitas, mais uma vez, por cartas, tentando jogar a opinião pública contra aqueles que, de maneira ordeira, organizada e consciente, entendem da necessidade de fazer um confronto com o Sr. Governador, no sentido de que S. Exª adote os compromissos que assumiu publicamente durante a campanha e que não podem ser esquecidos sob nenhum pretexto.

Numa longa carta em que faz colocações que merecem contestação, com longo introito sobre a situação do Estado, o Sr. Esperidião Amin afirma, no segundo parágrafo da página dois:

> "Tenho consciência de que a dispensa de servidores — na quadra de dificuldades que nossa economia atravessa — agravaria o problema social, em cuja solução o Governo tem a obrigação de despender seus melhores esforços."

Essa ameaça velada, de dispensa em massa está, agora, sendo feita através dos meios de comunicação, numa tentativa de abortar o movimento grevista.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, talvez não fosse este o melhor lugar para digredir e informar que, em todos os movimentos sociais importantes da história (como na greve de Turim, em 1922 ou na dos metalúrgicos paulistas em 1979) a fabricação de uma recessão, pelo aumento desproporcional dos preços, com vistas ao fechamento das pequenas indústrias e à diminuição do trabalho nas grandes empresas tenha sido a mais original e a mais inteligente das formas criadas pelas classes dominantes para conter o ímpeto organizativo das massas trabalhadoras.

Mas a natural associação de idéias sobre a ameaça que paira sobre o professorado catarinense obriga-me a colocar em foco também essa questão.

Eis por que, no parágrafo seguinte (página dois, terceiro parágrafo), o Sr. Esperidião Amin complementa:

> "O corte dos investimentos em obras foi determinado imediatamente pelo que significa em termos de contenção de despesa. Mas esta via, se levada ao extremo, priva a sociedade do benefício direto de obras em setores essenciais — tais como saúde e educação, por exemplo — e impede a geração de milhares de empregos. Assim, embora forçado ao corte de investimento, tenho procurado evitar a paraliação total das obras."

Veja Sr. Presidente, vejam, Srs. Senadores, que ameaça transparente! O Governador Esperidião procura jogar a responsabilidade de uma crise sobre a outra. Para as obras não por que o Estado já está falido pelo festival de mordomias e gastos publicitários com a manipulação de índices de opinião pública em grandes revistas nacionais ou na sustentação de setores visceralmente corrompidos da grande imprensa catarinense, mas porque os professores "não têm espírito público".

A malícia de tal gesto é maior do que se pensa!

De uma só penada, com o treino de quem aprendeu, por longa prática de embromação, a ser objetivo, o Governador Esperidião mata inúmeros coelhos de uma só cajadada:

— anuncia que não atenderá também às promessas da campanha sobre a saúde e a educação (esta última já obviamente em crise total);

— ameaça com o desemprego noutras áreas, procurando jogar outros setores das classes trabalhadoras sobre o professorado catarinense;

— acena com a mesma preocupação para o pequeno e médio empresário da construção civil;

— acena com a ameaça de "paralisação total das obras" contra o empresariado em geral.

Goebels não teria sido mais proficiente em matéria de manipulação de sentimentos coletivos, através do uso da comunicação de massas!

Já em parágrafos seguintes, o Governador Esperidião faz o jogo do "bom moço compreensivo e incompreendido" que termina por esta interessante constatação (2º parágrafo da página 3):

> "De minha parte, reconheço que o reajuste proposto não atende satisfatoriamente as aspirações e necessidades do funcionalismo estadual, nem chega a remunerar adequadamente o trabalho realizado pelo servidor."

Ora, Sr. Presidente, é uma questão de justiça. Ou Sua Excelência era irresponsável durante a campanha ou estava mistificando. Assumir compromissos públicos — o povo tem memória! — de garantir, como compromisso de honra seu, aquilo que é de justiça, ou seja, a não defasagem dos vencimentos dos funcionários submetidos a um processo inflacionário que lhes tira o direito de sobreviver.

Por isso, se há justiça a fazer, que se faça! Existem recursos. Se S. Exª cobrar, por exemplo, do Governo Federal aquilo que perde o orçamento de Santa Catarina, através de esforço exportador que o Estado faz e não rece-

be recompensa ou compensação por parte do Governo Federal, haveremos de manter aquilo que é fundamental.

Como no exemplo anterior, o parágrafo em tela se completa no imediatamente a seguir, que informa:

> "Todavia, posso asseverar que, dentro dos limites que as circunstâncias impõem, chegou-se, com estes índices de reajuste, ao máximo permitido pelas finanças estaduais. Um índice maior do que o já definido implicaria na absoluta impossibilidade de pagamento dos servidores estaduais."

Tradução: ao contrário do que propaga a vasta e dispendiosa matéria paga do Governo, informando que o Governo só tem dinheiro para ganhar tempo mentindo à população através de anúncios jocosos, como o que tenho às mãos, fica comprovado que existem duas verdades no Estado de Santa Catarina: a publicada nos jornais e revistas de circulação nacional e a triste realidade brasileira.

Trago aqui, publicado na revista *Veja*, que foi muito atenciosa à campanha do Sr. Esperidião Amin, mostrando fantasiosos índices do GALLUP, interessante publicidade.

Aliás, seria importante cobrar da revista *Veja* e do GALLUP uma satisfação à opinião pública do meu Estado, porque, quando insistíamos com os responsáveis pela revista e pelo Instituto que os índices apresentados durante a campanha eleitoral eram completamente distorcidos e manipulados, a revista insistia em afirmar que aqueles dados correspondiam à coleta que haviam feito de opinião pública. É hoje o que fazem, no máximo, é publicar, na sua revista, resultados dizendo que acertaram nas eleições. Quer-me parecer — e toda a Nação sabe — que não havia necessidade de se fazer pesquisas eleitorais em São Paulo, no Paraná ou em Minas Gerais, porque as perspectivas de eleição do PMDB eram tranqüilas. Mas em Santa Catarina apresentavam o índice de 15,18% que, de antemão, garantiam uma vitória do PDS por 360 a 400 mil votos. Encerrada a eleição, constatou-se que não chega a 1%. Foram míseros 11 mil votos para o Governo do Estado e 1.600 votos para o Senado Federal, a demonstrar que estavam manipulando e distorcendo. Por isso estão na obrigação moral de prestar satisfações à comunidade, sob pena de ficar comprovada a denúncia que fazíamos de que as pesquisas eram manipuladas.

Mais uma vez, parece-me que prestando serviço a quem lhe deu tão fundamental ajuda, o Governo de Santa Catarina publica, na *Veja* do dia 4 de abril do corrente ano uma insólita propaganda. Diz lá:

> "Santa Catarina já decifrou a crise. Por isso, apesar dos ventos contrários, a média do desempenho catarinense é excepcional: de 1970 a 1982 a economia estadual cresceu, em média, 10,6% ao ano, enquanto o PIB evoluiu de Cr$ 543 bilhões para Cr$ 1 trilhão e 821 milhões em moeda de hoje. No mesmo período, a renda per capita, uma das maiores do País, evoluiu de US$ 1.042,91 para US$ 2.672,81."

É uma publicação que nada tem a ver com a triste realidade, repito, da nossa gente, violentada pelo processo inflacionário e pelo alto custo de vida. Vai, entretanto, mais longe a publicação:

> "Os catarinenses já entenderam o significado dos novos tempos. E vão mostrar ao País que é possível prosperar sem importar todos os dólares que edificaram a esfinge da dívida e da dúvida."

Essa é a progaganda do Governo do Estado, provavelmente muito cara, onerando os cofres do Estado, enquanto restringe os vencimentos e retira condições de sobrevivência ao nosso funcionalismo, em especial aos nossos professores. Por isso é que nós estamos aqui denunciando, em primeiro lugar, a farsa do processo eleitoral, quando S. Exª assumia compromissos públicos por escrito perante a comunidade e já os nega agora, de saída, no Governo, mostrando uma outra realidade distinta daquela que denunciávamos então. Em segundo lugar, ameaça agora nosso professorado, que está, lá nas ruas, sofrendo a violência, sofrendo a perseguição e até a ameaça de demissão, mas cumprindo aquilo que é das elites verdadeiramente conscientes, que estão a encampar a luta de setores da classe trabalhadora que, por mais débeis, por menos organizados, não podem assumir esta postura democrática e legítima, de defesa de suas reivindicações. Por isso, nesta oportunidade, solidarizo-me com a greve dos professores.

Acho que o momento é de confronto.

Os governantes deste País devem assumir verdadeiramente uma outra postura durante o processo eleitoral e, muito mais do que isso, devem primeiro cumprir o que dizem em seu discurso.

Todos afirmam que a meta é o homem, mas no momento, em vez de se atender ao homem, procuram-se razões econômicas para se preterir reivindicações que são legítimas e que fazem parte das garantias mínimas para que nossa população possa continuar sobrevivendo, apesar desses desgovernos.

Por isto, manifesto a minha mais irrestrita solidariedade aos professores do meu Estado, na certeza de que não serão derrotados, aconteça o que acontecer. Que tentem violentar, perseguir ou demitir professores, Santa Catarina ainda vai se libertar das oligarquias que a desservem e vamos nos impor ao conceito do País, por uma postura mais democrática e mais aberta.

Era isso que queria dizer. *(Muito bem!)*

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JAISON BARRETO EM SEU PRONUNCIAMENTO:

SANTA CATARINA
JÁ DECIFROU A CRISE*

Os dólares sumiram. Por isso, 83 é o ano da crise. Mas Santa Catarina decidiu enfrentá-la. Mesmo sabendo que nesses tempos de sinistrose é impossível passar ao largo da crise que desafia o País. Como todos os Estados, Santa Catarina padece as conseqüências da retração econômica. Mas, sem dúvida, é um Estado bem aparelhado para suportar os efeitos do combate à inflação e do desequilíbrio do balanço de pagamento porque, por exemplo, tem uma das mais ajustadas distribuições fundiárias do País, baseada na pequena propriedade, o que certamente atenua uma série de problemas sociais. Além disso, o Estado pode exibir um dos mais expressivos índices de atividade econômica em relação à população: quase metade dos três milhões de catarinenses está alistada na sua valente força de trabalho. Por isso, apesar dos ventos contrários, a média do desempenho catarinense é excepcional: De 1970 a 1982 a economia estadual cresceu, em média, 10,6% ao ano, enquanto o PIB evoluiu de Cr$ 543 bilhões para Cr$ 1 trilhão e 821 milhões em moeda de hoje. No mesmo período, a renda *per capita*, uma das maiores do País, evoluiu de US$ 1.042,91 para US$ 2.672,81. Essa economia assim calibrada engajou-se no esforço exportador com toda a sua eficiência e disciplina. Santa Catarina é, hoje o Estado mais industrializado da região do sul, ostentando a invejável taxa de crescimento global de 5% em 1982.

Os catarinenses já entenderam o significado dos novos tempos, e vão mostrar ao País que é possível prosperar sem importar todos os dólares que edificaram a esfinge da dívida e da dúvida. Vamos decifrá-la juntos. Vamos crescer.

Publicado na Veja — 4-4-83, pág. 122

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. MÁRIO MAIA NA SESSÃO DE 9-5-83 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. MÁRIO MAIA — (Para discutir.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Projeto de Resolução nº 109/81, cuja redação final está em discussão, autoriza a Companhia de Habitação do Acre — COHAB — ACRE, a contratar operação de crédito no valor de Cr$ 1.070.825.000,00, correspondentes a 1.450.000 UPCs, quando o valor nominal destas era de Cr$ 738,50. Acredito que esse valor sofrerá a devida correção monetária, uma vez que a UPC, nesta data em que está sende aprovado o projeto, hoje, será bem outro, pois que atualmente, a UPC está valendo Cr$ 3.588,63.

Aliás, indago da Mesa se essa correção será feita agora na redação final ou se será feita pelo órgão financiador?

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Nos termos do contrato.

O SR. MÁRIO MAIA — Agradecido a V. Exª.

Então, de acordo com a UPC atual, esses Cr$ 1.070.825.000,00, equivalerão no presente, para o meu Estado, a Cr$ 5.203.513.500,00. Destina-se essa quantia à execução do Plano Nacional de Habitação Popular, o PLANHAP, no Acre, abrangendo o período de 1980 a 1985.

Para ser justo, o pedido desse crédito teve início quando o então Governador do Acre, o Sr. Joaquim Macedo, solicitou à Assembléia Legislativa do meu Estado, e a obteve, a devida autorização para o endividamento, através da Lei Estadual nº 692, de dezembro de 1969, que dispõe sobre a execução do Plano no Estado do Acre para referido período.

Das gestões do Governador junto aos órgãos competentes — como sejam: Presidência do BNH, Banco Central, Ministério da Fazenda, e, por fim, a obtenção de autorização do Conselho Monetário Nacional — resultou a Mensagem Presidencial o nº 232/81 ao Senado Federal, encaminhado a esta Casa em 25 de junho de 1981. Estava assinada pelo Presidente em exercício, o Vice-Presidente Aureliano Chaves. A Mensagem tomou nesta Casa o número 127/81.

Com os pareceres favoráveis das Comissões de Economia e Constituição e Justiça, de 9 a 16 de setembro de 1981, respectivamente, o projeto de resolução ficou apto a ser incluído na Ordem do Dia. Foi incluído na Ordem do dia, pela primeira vez, em 3 de novembro de 1981.

Sr. Presidente, fiz levantamento do processo que deu origem...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Termino já Sr. Presidente. Só vou lembrar a um pequeno histórico, para concluir as minhas considerações sobre o projeto, agradecendo e me congratulando com esta Casa por o ter aprovado e estar o projeto agora em redação final.

Esta proposição entrou na Casa no dia 25 de junho de 1981 e foi distribuída ao nobre Senador José Fragelli, Relator da Comissão de Economia, que lhe deu parecer favorável em 6-8-81. Em 9-9-81, parecer favorável da Comissão de Economia. Em 9-9-81 foi o projeto distribuído ao nobre Senador Bernadino Viana, Relator da Comissão de Constituição e Justiça, que, por esta Comissão, deu parecer favorável em 16-9-81. Foi, então, encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa, e, em 3-11-81, incluído na Ordem do Dia. Em 4-11-81 teve votação adiada, por falta de quórum. Desta data, de 4-11-81 até 3-12-81, ficou na Ordem do Dia, não sendo apreciada por reiterada falta de quórum. No dia 12-12-82, foi arquivado porque terminara, a sessão Legislativa. Verifica-se que durante o ano de 1982 o projeto permaneceu na Se-

cretaria do Senado, sem que nenhum Senador da República, representando o Estado do Acre — e senadores havia aqui que pedisse a sua inclusão em pauta. Portanto durante todo a ano de 82 o projeto permaneceu na Secretaria do Senado, sem que o nobre colega Senador Jorge Kalume ou o Senador José Guiomard, então vivo, pedisse a sua inclusão em pauta.

Chegando agora ao Senado e verificando que o projeto estava arquivado, tomei a providência do seu desarquivamento. Qual não foi a minha surpresa, Sr. Presidente, quando o companheiro de bancada do Estado do Acre, nosso opositor, o ilustre Sendor Jorge Kalume, do PDS, tentou obstruir o meu pedido, encaminhado à Mesa requerimento para adiamento da apreciação de meu requerimento de desarquivamento. A muito custo, por intermédio da Liderança do seu Partido, consegui dissuadir o Senador Jorge Kalume, e S. Exª retirou, então, o seu requerimento de pedido de adiamento de meu requerimento de desarquivamento.

De qualquer forma, Sr. Presidente, me congratulo com o Senado Federal, com a Liderança do Governo, porque estive ausente do Senado durante uma semana e tive a surpresa de verificar que o ilustre Senador Jorge Kalume mudara de opinião e, na minha ausência, concordou, por final, que o projeto entrasse em pauta, e o projeto foi aprovado.

Portanto, neste instante, terminadas as divergências sobre o projeto, congratulo-me com a Casa, com o Senado da República, e agradeço à Mesa e à Liderança do PDS, por terem concordado em colocar o projeto na Ordem do Dia, sendo então aprovado.

Deixo aqui registrado nosso empenho e nosso esforço para que o projeto tivesse aprovação, uma vez que é notório o desinteresse que outros senadores tiveram sobre este mesmo projeto, de grande importância para o Estado do Acre, porque a operação de crédito aqui aprovada, autorizando o endividamento do Estado, destina-se à construção de casas populares, principalmente no Projeto Tucumã, que tive oportunidade de visitar recentemente, verificando que está inacabado, com as ervas daninhas invadindo as casas, que estão com suas obras a meio caminho ou paralisadas, havendo até depredação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, agradecendo a V. Exª *(Muito bem!)*

TERMO DE CONVÊNIO

Termo de Convênio entre o Senado Federal, representado por seu Presidente, Senador Jarbas Passarinho, e a Fundação Nacional *Pro-Memória*, representada por seu Presidente, Dr. Marcos Vinicios Vilaça, para intercâmbio de material hemerográfico de microfilmes e assistência técnica, que se regerá pelas cláusulas e condições seguinte.

Cláusula Primeira — O Senado Federal doará à Biblioteca Nacional coleções de jornais antigos, constantes da relação anexa ao presente Convênio, bem como fornecer-lhe-á, quando do interesse dela, cópias de microfilmes, dentro dos padrões técnicos de microfilmagem sistêmica internacionalmente adotados.

Cláusula Segunda —O Senado Federal, em 1983 e 1985, imprimirá as edições de atualização do Catálogo Coletivo de Periódicos Brasileiros em Microformas.

Cláusula Terceira —A Bibiloteca Nacional fornecerá à biblioteca do Senado Federal não somente cópias de microfilmes dos periódicos doados, senão também outras que ao Senado interessem e para obtenção das quais ele contribuirá com os respectivos filmes virgens, até um total de duzentos rolos anualmente duplicados.

Cláusula Quarta — A Biblioteca Nacional prestará orientação técnica na microfilmagem da documentação histórica do Senado Federal, comprometendo-se, para esse fim, quer a treinar no Rio de Janeiro funcionários da biblioteca do Senado, quer a enviar servidores seus a Brasília, contanto que em ambos os casos corram as despesas de passagem e hospedagem a expansas do Senado Federal.

Cláusula Quinta — O presente Convênio, com prazo de vigência até dezembro de 1986, poderá ser renovado, se assim o entenderem ambas as instituições.

E por estarem de acordo com os termos, deste Convênio, o Presidente do Senado Federal e o Presidente da Fundação Nacional *Pro-Memória* o subscreveram em (4) quatro vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas que também o assinam.

Brasília, de novembro de 1982. — *Jarbas Passarinho — Marcos Vinícios Vilaça.*